

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História Social

**Tempos Vermelhos:
A Aliança Nacional Libertadora e a Política Brasileira
1934-1937**

Dissertação de Mestrado
apresentada para obtenção de
grau de mestre em história social
da Universidade Federal da Bahia

Jacira Cristina Santos Primo

Orientador: Prof. Dr. Antonio Luigi Negro.

Salvador/ Ba
Dezembro/ 2006

Agradecimentos

Quero registrar nessa página minha gratidão por algumas pessoas que foram por demais importantes para a confecção desta dissertação.

Aos meus pais, Jandira Santos Primo e Rubem de Lima Primo, pelo apoio incondicional e pelas lições de coragem e persistência que sempre me passaram. As minhas irmãs, Bárbara Rosângela Santos Primo e Judite Santos Primo, pela especial atenção, estímulo e carinho a mim dispensados. Nunca foi tão bom ser a caçula da família. Quero estender os agradecimentos familiares a minha tia, Judice Santos, e a meus primos, Heloísa, Wilson e Sidney, que me acolheram com zelo e afeto quando da minha passagem pelo Rio de Janeiro.

Ao Professor Dr. Antonio Luigi Negro que me orientou nesses dois anos e meio. Sua instigação intelectual muito me estimulou e me impulsionou na pesquisa histórica e no desenvolvimento desta dissertação. Procuro guardar com desvelo seus ensinamentos e dicas que fizeram a diferença durante o percurso. Pela minuciosa leitura, pelo apoio contínuo e por acreditar.

Aos meus amigos Ângela Moreira, Bruna Ismerin, Edlene Marback, João Carlos Gomes, Kátia Lorena e Patrícia Mota Sena por terem tornado tudo mais leve com as conversas, conselhos, brincadeiras, almoços, cinemas; agradeço igualmente pelo apoio e incentivo que me forneceram. Apreço tenho por Mariele Araújo que de colega de mestrado se tornou amiga e num bate papo quase diário pela internet, ajudou-me a superar as angústias, as crises de travamento e de ansiedade. Pelo bom humor e pela força que sempre me passou, lhe sou grata.

Aos Professores Dr^{os} Muniz Ferreira e Wlamyra Albuquerque pelas críticas e sugestões apresentadas ao meu capítulo quando este foi submetido ao exame de qualificação. Agradeço ao pesquisador e professor Carlos Zacarias que gentilmente me cedeu alguns documentos e ao professor dr. Petrônio Domingues que me enviou seu texto e que pude utilizá-lo neste trabalho.

À Marina, bibliotecária da UFBA, pela amizade, presteza e pelo carinho com que sempre me recebeu. Agradeço também aos funcionários do Arquivo Público do Estado da Bahia, Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Arquivo Público Estadual João Emereciano, Arquivo Nacional, Arquivo Público do Rio de Janeiro, do Centro de

Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas.

Esta dissertação contou com o apoio financeiro da Capes. Estendo meus agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em História da UFBA, como também ao Programa Procad da Capes e ao Programa Primeiros Projetos da Fapesb.

Agradeço aos Professores Dr^os Muniz Ferreira e Rita de Cássia Perreira por terem aceito o convite de participar da banca examinadora e pelas contribuições que trouxeram a este trabalho.

Resumo

Esta dissertação visa analisar o movimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em relação com a política brasileira entre os anos de 1934 e 1937. Apresentando-se na cena política com um caráter de frente popular e democrática, a ANL, após a promulgação da constituição de 1934, atraiu para suas fileiras diferentes grupos sociais que lutavam por garantia e ampliação de direitos sociais, configurando-se em uma agremiação de massa. Porém, a condução que comunistas e tenentes deram ao movimento serviu de justificativa para o desencadeamento da repressão que recaiu sobre amplos setores da sociedade brasileira, abreviando as promessas e a experiência da ANL.

Palavras-chaves: ANL, comunismo, governo Vargas, história social.

Abstract

This dissertation aims to analyze the movement of the National Libertarian Alliance related to the Brazilian politics in the years between 1934 to 1937. National Libertarian Alliance presents itself in a political scene with a democratic and popular front character and after the promulgation of the constitution in 1934 has attracted different social groups to its rows. They fought for the guarantee and magnifying of their social rights, configuring a mass grouping. However, the direction given to the movement by communists and lieutenants has been a justification to a chain reaction, the repression, that fell upon ample sectors of the Brazilian society, abbreviating the promises and the experience of the National Libertarian Alliance.

Key words: National Libertarian Alliance, communism, Vargas government, social history.

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo I: Anos de Instabilidade.....	6
• Ventos de democracia.....	16
• A Outra Face da Moeda.....	22
• Primeiros Passos.....	32
Capítulo II: Movimentos Sociais e o discurso Aliancista.....	37
• Trabalhadores e Aliança Política.....	38
• Reproduzindo Discursos.....	50
• PCB e ANL: fios que se interligam.....	52
• Combatendo o Integralismo.....	60
• Outros Grupos.....	63
• A Polícia Chegou e o Povo Sumiu.....	71
• Fechamento.....	74
• Aliança Desfeita.....	76
Capítulo III: Ação e Repressão.....	79
• Vigiar para punir.....	80
• Precedentes.....	85
• Um Movimento em três atos.....	93
• Repressão.....	97
• Combatendo o Integralismo II.....	107
• Nadando na Repressão.....	111
Considerações Finais.....	121
Bibliografia.....	123
Arquivos e Fontes.....	127

Introdução

Num sábado, em 30 de março de 1935, num período de reconstitucionalização do Brasil e de abertura política, realizou-se a primeira reunião pública da Aliança Nacional Libertadora (ANL). O teatro João Caetano, localizado na Praça Tiradentes no Rio de Janeiro, acolheu um expressivo público que presenciou a concretização de um projeto que vinha sendo gestado desde fins de 1934. A nova entidade era resultado da confluência tanto de parte de diversos setores descontentes com os primeiros anos do governo de Getúlio Vargas, quanto de setores antifascistas da sociedade. Seu programa, juntamente com o rol de exigências apresentadas, formulados por uma direção com líderes oriundos de classe média, revelava a atenção dada às greves dos trabalhadores, aos projetos dos partidos e organizações de esquerda, como também o inconformismo de vários “tenentes”.

Extrapolando os limites de um grêmio partidário, a ANL foi uma frente política que empunhava os slogans do antifascismo, antiimperialismo e antilatifúndio e que prometia lutar contra o avanço da direita, enquanto se batia também por reformas sociais. Utilizando-se de um vocabulário e de uma forma de organização, partilhados por outras entidades (pois existiam outras frentes), a ANL logrou sobrepôr certos sectarismos e rigidez, transformando-se em uma agremiação de massa.

Na historiografia, não há autor que negue esse caráter de massa da ANL, obtido rapidamente, mesmo num breve período de existência. Seu nível de mobilização foi comparado por Jorge Ferreira com o do movimento queremista (1945) e o das Diretas Já (1983), dois fenômenos surgidos em períodos de incipiente abertura política vivenciados pelos brasileiros.¹ Neste momento, muitos perdem o medo causado pelos regimes autoritários, possibilitando uma certa desenvoltura aos movimentos sociais, que se impõem na cena política buscando mudar o rumo dos ventos.

Na literatura, a história da ANL aparece, por vezes, confundida com a história tanto do Partido Comunista Brasileiro (PCB) quanto do levante de 1935. Nessa fusão de siglas, nomes e questões, a ANL pode surgir como um órgão de fachada do PCB, que se valeu da tímida democracia de volta à cena política para perpetrar uma insurreição. Por outro lado, noutros momentos, a história da ANL é posta como uma

¹ Ferreira, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura popular 1945-1965*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006, p 26.

alternativa democrática mais a esquerda num período de tímida abertura política. De certa forma, o próprio PCB ajudou a difundir essa visão da ANL como entidade democrática assim como ressaltou sua influência no movimento. No período em que o partido consegue sua legalidade, o jornal pecebista *O Momento* ao buscar recontar a história do PCB menciona a ANL da seguinte forma:

A instalação da Aliança Nacional Libertadora, em 1935 no Rio e logo depois na Bahia e demais estados veio trazer um maior fortalecimento democrático à luta contra os integralistas. Não era, todavia, a ANL uma instituição do partido comunista, embora muitos comunistas tivessem agido de modo direto e como líderes em seu glorioso movimento.²

A propósito deste debate, em seu estudo sobre as *esquerdas brasileiras e o antifascismo*, Ricardo Figueiredo de Castro traz um argumento interessante ao falar da história do PCB. Como partido que conquistou o papel principal na esquerda brasileira até a década de 60 e 70, acabou influenciando na produção da historiografia política das esquerdas. Pelo impacto e a repercussão que teve o movimento de massa da ANL e o levante de 35 esses acontecimentos transformaram-se em “eventos faróis que nortearam o referencial das atividades das esquerdas”, ofuscando o processo que lhe deu sentido, assim como a formação da Frente Única Antifascista, a fundação do Partido Socialista Brasileiro, a atuação das esquerdas na constituinte de 1933, a Frente Comum Antiintegralista (1930), Frente Única Popular Antiintegralista (1935), Frente popular contra o Fascismo e a Guerra, Liga Antimperialista do Brasil, entre outras.³

Enxergando-se como herdeiro da política de esquerda, o PCB, de certa forma, em um certo período, acabou pautando a memória e o esquecimento da história dos movimentos de esquerda. Por outro lado, não houve outra agremiação de esquerda com força para disputar com ele o espólio político desses eventos. A maioria dos livros memorialísticos publicados entre as décadas de 60 e 70 foi de militantes do PCB (Astrogildo Pereira, Otávio Brandão, Heitor Ferreira Lima) os quais tenderam a ver a história das esquerdas pelo ângulo específico do PCB. Se esses relatos contribuíram para a historiografia por uma via, igualmente tenderam a simplificar a mobilização de diferentes partidos, como também de militantes não-pecebistas.

² *O Momento*, 30/3/1946.

³ Os três parágrafos abaixo também retirados de Castro, Ricardo. *Contra Guerra ou contra o fascismo: as esquerdas brasileiras e o antifascismo, 1933-1935*. Tese de Doutorado apresentada a Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 1999. p. 21-26.

Castro coloca que, a partir da passagem dos anos 1980 para 1990, surgem trabalhos que ampliam o recorte temático e cronológico para entender a complexidade em torno do movimento aliancista, desvelando assim outros acontecimentos igualmente relevantes da história política brasileira. Neste sentido, sua tese aparece como uma contribuição, um passo adiante ao abordar a Frente Única Antifascista (FUA). Alargando as análises, percebe-se que não somente o PCB, mas outras agremiações, grupos e personagens tiveram ligação e participação na ANL e esta nem sempre foi o bastião de democracia proferida nos discursos em praça pública, haja vista o elitismo de certos dirigentes de classe média, o salvacionismo autoritário dos tenentes e o sectarismo do PCB, todos participantes ativos da frente.

Um outro ponto a ser ressaltado é sobre a luta antifascista; uma contenda que já se desenrolava, no Brasil e mundo, desde a década de 20 e que toma outra dimensão na década de 30. O que surge de novo, ao menos no Brasil, é que, com o aparecimento da Ação Integralista Brasileira, em 1932 e ANL em 1935, dois movimentos de massa, as questões referentes ao fascismo e o antifascismo rompem o espaço geográfico do eixo Rio-São Paulo, ganhando uma visibilidade de âmbito nacional.⁴

Apesar do estudo aqui apresentado procurar ter um olhar especial na política baiana, por ter sido a ANL um fenômeno nacional, não foram desperdiçadas fontes de qualquer outro estado por considerarmos que é preciso entender o fenômeno em sua complexidade e desta forma iluminar melhor o objeto de pesquisa aqui analisado. Além disso, fontes insuficientes na Bahia, em especial a impossibilidade de acesso à documentação policial, devido ao fato dos arquivos do Dops baiano encontrarem-se ainda fechados, dificultou um estudo centrado na política baiana. A pesquisa em arquivos de outras cidades (Brasília, Recife, Rio de Janeiro), juntamente com a sedutora influência da narrativa nacional feita na obra *O Regime Vargas*, do brasilianista Robert Levine, nos conduziu a uma análise com foco mais ampliado e mais atento às questões da política nacional.

Proposta e objetivos

Mesmo informados sobre uma historiografia que avança em seus estudos para além de partidos e sindicatos, mostrando os desorganizados, os “comuns”, que

⁴ Castro, *contra guerra ou contra o fascismo*, op. cit., pp. 51-52.

preferiram a barganha como forma de compensação, revelando assim novos aspectos da história social,⁵ essa dissertação, uma vez mais, procura ressaltar um movimento organizado que aglutinou diversos grupos sociais – trabalhadores, mulheres, estudantes - que forçaram sua entrada no cenário público através da representação institucional assim como da luta social e, neste caso, também armada.

O objetivo deste trabalho é analisar as forças políticas que se fizeram presente no movimento aliancista. Buscamos compreender também qual o discurso produzido pela ANL para atrair os diferentes grupos sociais e o que cada um pretendia ou qual o seu principal interesse em participar da nova entidade. Intencionamos, enfrentando a escassez de fontes, encontrar o espaço ocupado e conquistado por sujeitos históricos até bem pouco tempo ignorados ou menosprezados pela historiografia (mulheres e negros). Uma outra questão verificada é se, como movimento social a ANL utilizou-se de uma maneira nova de agir diante dos velhos limites impostos e até que ponto rompeu barreiras e quais as que continuaram sendo reproduzidas. Por fim, objetivamos compreender a participação popular nos movimentos sociais, evidenciar suas ações que procuravam confrontar o discurso que lhes desqualificava continuamente e reconhecer sua luta por melhores condições de vida e por mudança nos padrões sociais.

* * *

O primeiro capítulo parte da revolução de 1930, passa pelo processo da reconstitucionalização do país, pela efervescência política vinda no bojo da abertura política e caminha até a formação da ANL em fins de 1934, início de 1935. Visamos detectar as práticas que as classes dominantes forjaram para manter-se no poder e, posteriormente, visamos perceber como os outros atores sociais buscaram incluir-se, em sua diferença, no processo político no início dos anos 30.

Tendo inicialmente como cenário as greves dos trabalhadores na década de 30, o segundo capítulo busca examinar a permeabilidade da ANL junto aos operários, mas não somente, pois outros grupos sociais foram investigados. Desta forma, o objetivo é analisar as forças políticas que se fizeram presentes ou representar no movimento aliancista: classe média, PCB, operários, estudantes e mulheres. Qual o discurso produzido pela ANL para atrair os diferentes grupos sociais e o que cada um deles

⁵ Negro, Antonio Luigi; Gomes, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. In *Tempo Social*, Vol 18, nº 1. São Paulo, 2006, pp. 217-240.

pretendia ou qual o seu principal interesse em participar da nova entidade. Esse capítulo vai da formação da ANL até o manifesto de Prestes em julho de 1935, ou seja, é um exame sobre a brevíssima fase legal e de frente popular do movimento aliancista.

O terceiro capítulo centra-se na fase de ilegalidade da ANL e nos rumos que o PCB e os militares imprimiram ao movimento, os preparativos para o levante de novembro de 1935 e a repressão que se segue a ele. Tencionamos examinar aqueles que decidiram por continuar no movimento, enfrentando a repressão que já havia sido desencadeada pelo governo de Vargas e em que condições essa sobrevivência do movimento pôde ser feita.

A ANL buscou ser novidade na política brasileira, sobressair entre diversas agremiações formadas no mesmo período e, tornar-se uma alternativa de poder ao governo Vargas. Que possibilidades havia para a concretização de tamanhas ambições políticas?

Capítulo I: Anos de Instabilidade

Meu querido Lobato,

A sua carta chegou-me aqui em plena revolução. Não se admire, pois, que venha com atraso lhe responder. Faltava liberdade de espírito e “liberdade de escrita” para escrever cartas. Hoje, segundo dizem, continua a faltar liberdade de escrita – há censura no correio para o estrangeiro – mas já tenho liberdade de espírito bastante para lhe escrever toda uma página sobre um *bath-tub* americano enquanto fiquem a amadurecer os frutos da revolução brasileira, e os senhores ditadores julguem que podemos dizer se os achamos ou não gostosos.¹

Anísio Teixeira

Pairava uma certa inquietude no ambiente político logo após a vitória do movimento revolucionário de 1930 e a subsequente instauração de um governo provisório. A euforia sentida pelos outubristas que alcançaram os postos de comando foi aos poucos sendo substituída pela insegurança, em particular quando, ficou clara a rearticulação dos grupos aliados do governo. Afora a disputa pela direção política, tanto a nível federal como estadual, estavam igualmente em contenda distintos projetos. Assegurar-se no poder e controlar o processo em curso exigiu dos revolucionários de 30 muita habilidade para além da força que já vinha sendo utilizada.

Era o ano de 1931 quando o jovem e desconhecido tenente Juracy Montenegro Magalhães² tornou-se interventor do Estado da Bahia. Seu nome foi escolhido pelo chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, a partir de uma lista tríplice composta de candidatos militares, apresentada pelo então delegado Militar do Governo Provisório e seu Representante nos Estados do Norte, Juarez Távora.³

¹ trecho da carta-resposta de Anísio Teixeira da Bahia para Monteiro Lobato nos EUA, 26/11/1930. In Lemos, Renato. *Bem traçadas Linhas*. Rio de Janeiro, Bom Texto, 2004, pp. 308, 309.

² Juracy Montenegro Magalhães nasceu em Fortaleza (Ce) em 1905. Cursou a Escola Militar do Realengo. Em 1930, participou da revolução, integrando o grupo de tenentes liderados por Juarez Távora. Nesse tempo, servia no 22º Batalhão de Caçadores da Paraíba e combateu neste estado, como também em Recife, Sergipe e Bahia, ajudando na deposição dos governantes locais comprometidos com a República Velha. Em setembro de 1931 foi nomeado por Vargas interventor federal da Bahia.

³ Juarez do Nascimento Fernandes Távora nasceu no município de Jaguaribemirim, atual Jaguaribe (Ce), em 1898. Cursou a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro e participou dos levantes militares de 1922 e 24 deflagrados contra o governo federal. Teve papel de destaque na Coluna Prestes-Miguel Costa. Conspirou, preparou e assumiu o posto de comandante militar do movimento revolucionário de 30 no Nordeste. Após a posse do novo governo, no mês de novembro, assumiu o Ministério da Viação e Obras Públicas, por alguns dias. Participou do chamado Gabinete Negro, grupo restrito que se reunia regularmente com Vargas no Palácio Guanabara. Em janeiro de 1931, foi designado delegado militar junto aos dirigentes dos estados do Norte e Nordeste, passando, por isso, a ser chamado de "vice-rei do

Após saber da nomeação, Magalhães saiu do Rio de Janeiro de navio e sofreu com acessos de febre durante a noite, sintoma que demonstrava o temor diante da situação que iria enfrentar. Além dos problemas econômicos do estado havia uma acirrada disputa entre antigos governantes e os militares do 19º Batalhão de Caçadores pelo cargo, rivalidade que influenciou na retirada dos dois interventores civis anteriores.⁴

A apreensão de encontrar um ambiente hostil o deixara “abatido e angustiado”. Era uma “responsabilidade grande demais” sobre seus ombros, pensou Juracy enquanto se trancava no camarote para meditar. Quando a embarcação chegou na cidade de Salvador, um amigo e companheiro de viagem foi buscá-lo exclamando: “você agora pode desistir da febre. A turma que está esperando no cais não parece inimiga”.

Corri ao tombadilho do navio, debrucei-me na amurada e, de fato, avistei lá embaixo algumas dezenas de pessoas arrebanhadas por meus colegas tenentes para me oferecer uma acolhida amigável. Nenhum político da terra se interessara em me dar as boas-vindas, mas, em compensação, um orador mulato, da maior eloquência, trepado num guindaste, iniciava baianamente seu discurso de saudação, de que até hoje me recordo. Isidoro era seu nome. Isidoro Bispo dos Santos.

Apesar de Magalhães lembrar claramente dos populares em sua chegada ao solo baiano, a ocupação do espaço público e da cena política pela população não foi amplamente reconhecida neste momento em suas memórias. Nesta, os “de baixo” são vistos como “ignorantes” e “alienados”. “A massa, o povão mesmo, considerava a política um jogo de potentados, uma troca de favores a que não tinham acesso”,⁵ comentou ele em *O último tenente*.

Enquanto os populares não eram admitidos nem ingressavam na cena política institucional, os tenentes não abriam mão dela, ao tempo que procuravam aumentar seu espaço de influência. Prova disso foi que essa substituição de civis por militares acabou tornando-se uma regra nas regiões norte e nordeste. Segundo Juarez Távora, que havia

Norte" pela imprensa. Ainda em 1931, participou da fundação do Clube 3 de Outubro, agremiação que buscava conferir maior coesão à atuação dos "tenentes" revolucionários. No ano seguinte combateu o movimento constitucionalista deflagrado em São Paulo. Em dezembro de 1932, foi nomeado para o Ministério da Agricultura. Como ministro, participou dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, em 1934.

⁴ As informações deste e os três parágrafos seguintes foram retiradas de: Gueiros, José Alberto. *O último tenente*. Rio de Janeiro, Record, 1996, pp. 15, 16.

⁵ Gueiros, *o último tenente*, op. cit., p. 45.

sido oficialmente designado por Vargas para resolver problemas relativos às interventorias dessas duas regiões, talvez ele tenha sido “responsável, em parte, por essa rápida evolução no sentido de substituir, por militares, os interventores civis”.⁶ O fato de Távora ter apresentado uma lista contendo somente militares mostra suas intenções em ampliar as bases de representação política para o grupo que, nesse período pós-revolucionário, usufruía de uma legislação de exceção com o fechamento das assembleias e câmeras estaduais, dissolução dos partidos, censura a imprensa, entre outros.⁷ Numa carta enviada a Vargas, João Cabanas⁸ queixou-se da “intromissão de tantos tenentes” no governo, causando a impressão de que eles eram os verdadeiros “mentores dos governantes”.⁹ A correspondência sugeria que o Brasil havia se tornado o “país dos tenentes” e alertava para os perigos dessa situação.

Os tenentes, aos quais se juntaram militares de outras patentes, formavam um grupo bem estruturado inicialmente, apesar de sua relativa imaturidade e inexperiência, tanto política quanto administrativa. Vindos, em geral, das camadas médias urbanas mostravam-se sensível às expectativas de mudanças que se impunham ao país, “partilhando da convicção de que os políticos da Primeira República” trataram com descaso “as carências do Brasil rural e de suas regiões periféricas”, um quadro que muitos deles puderam presenciar durante sua trajetória na Coluna Prestes-Miguel Costa.¹⁰ Tencionavam alterar essa feição do país, mas a fórmula buscada para a concretização das reformas foi, em geral, a via armada e insurrecional, seguindo a descrença que alimentavam na eficácia dos processos legais vigentes. Segundo Távora, para “retomar um caminho qualquer de aperfeiçoamento político” era

⁶ Távora, Juarez. *Uma vida e muitas lutas: a caminhada no antiplanalto*. Vol II. Rio de Janeiro, Livraria José Olimpo Editora, 1974, p. 39.

⁷ Gomes, Ângela de Castro (org.). *Regionalismo e centralização política: partido e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, p. 27.

⁸ João Cabanas nasceu em São Paulo, em 1895. Militar, cursou a Escola de Oficiais da Força Pública paulista, tendo também se bacharelado pela Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1924, teve participação ativa no levante tenentista deflagrado em São Paulo contra o governo de Artur Bernardes. Por conta disso, o governo colocou sua cabeça a prêmio por quinhentos contos. Exilou-se, então, no Uruguai, não se integrando à Coluna Prestes. Voltou ao Brasil em 1930 para participar do movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luís e levou Getúlio Vargas ao poder. Nos anos seguintes, porém, decepcionou-se com os rumos do novo governo. Por essa época, ingressou no Partido Socialista Brasileiro (PSB) de São Paulo. Em 1935 foi um dos articuladores da ANL.

⁹ Carta, 4/8/1931. *A revolução de 30: textos e documentos*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 359, 360.

¹⁰ Levine, Robert. *Pai dos pobres?: o Brasil na era Vargas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p. 26.

indispensável a atuação de uma força extralegal, que rompa esse equilíbrio forçado da nau do Estado, transpondo-a, da rota fechada que ora bordeja, sem evolução possível, para um novo roteiro aberto, onde possa abertamente evoluir”.¹¹

Essa tendência à arbitrariedade e ao comando executivo era compartilhada também por setores civis, o que proporcionavam àqueles, no cenário político, eventuais interessados em tecer alianças. Desta forma fizera-se a Aliança Liberal que reuniu grupos dissidentes da República Velha e militares sob um programa (voto secreto, anistia para os tenentes, direito a aposentadoria, regulamentação do trabalho dos menores, aplicação de lei de férias) em prol de reformas sociais requeridas pela população urbana, conquistando com isso o seu apoio.

Porém, após a vitória da revolução, boa parte dos canais legais de representação institucional e parlamentar foi suprimida, a Constituinte de 1891 foi suspensa e o governo provisório “atribuiu-se poderes discricionários que combinavam funções executivas e legislativas na pessoa do presidente”.¹² A repressão que se seguiu ao movimento sindical causou surpresa nos trabalhadores, pois muitos deles haviam apoiado a campanha da Aliança Liberal. Parecia que a violência seria minimizada depois da posse de Vargas, quando este autorizou a reabertura dos sindicatos, mas a repressão seguiu em ritmos diferentes e se estendeu sob diversas manifestações. Segundo o pecebista Praxedes, a Marcha da Fome organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) em protesto contra a carestia, o desemprego e o governo, realizada em todo o Brasil no dia 23 de março de 1931, causou repercussão em Natal.

Saindo da localidade chamada peixe boi, no quilômetro seis da estrada de rodagem Natal-Macaíba, entrou na cidade pelo bairro de Alecrim e foi reprimida pela polícia já no centro de Natal nas proximidades do quartel. Na frente da marcha vinha um indivíduo com uma bandeira brasileira e um cartaz onde se lia: “Quero pão, estou com fome, quero pão”. O homem com a bandeira foi o primeiro a ser preso.¹³

¹¹ Trecho de carta transcrita em Távora, Juarez. *Uma vida e muitas lutas: da planície à borda do antiplanalto*. Vol I. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora. 1973, p. 350.

¹² Pinheiro, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: A revolução mundial e o Brasil 1922-1935*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p. 269.

¹³ Oliveira Filho, Moacyr. *Praxedes um operário no poder: a insurreição comunista de 1935 vista por dentro*. São Paulo, Editora Alfa-omega, 1985, p. 38.

Em reação a marcha da fome, somente no Ceará foram presos 56 operários, todos tidos como comunistas.¹⁴ Outro sinal dos tempos, o alagoano e fundador do PCB Otávio Brandão foi preso pela polícia de Washington Luís quando começou a Revolução de 30, a título de medida preventiva. Solto, após a queda do governo em exercício, o comunista, num discurso, atacou os vitoriosos. Por ordem do chefe de Polícia do Distrito Federal general Klinger, foi novamente mandado para o xadrez.¹⁵

O historiador Paulo Sérgio Pinheiro considera esse período como um estado de exceção, pois além de utilizar a força para conter os movimentos sociais, boa parte dos revolucionários de 30 defendiam o prolongamento do governo provisório e o adiamento da reconstitucionalização do país - dispositivo usado para garantir a manutenção dos cargos a pouco conquistados e realizar as reformas “sem leis nem embaraços”.¹⁶ O programa do Clube 3 de outubro - organização política formada em 1931 para divulgar as propostas do grupo tenentista, e assim para resguardar os objetivos da revolução - apresentava argumentos em defesa de um regime autoritário. No manifesto do clube está posto que “os regimes democráticos são cultura de todos os germes e neles sempre é possível a fermentação de ideais. As grande realizações são porém a obra das ditaduras que se implantam com programa definido e apoiados em forte correntes de opinião pública”.¹⁷

Enquanto mostravam-se receosos com a rearticulação dos grupos desalojados do poder, os tenentes nutriam a tese sobre a existência de uma população inconsciente, alegação que utilizavam como justificativa para recusar a reconstitucionalização do país. Segundo Magalhães, “a ignorância e a alienação da maioria ajudavam a perpetuar um odioso sistema”. Além disso, “só votavam de 2 a 5 por cento da população, numa faixa irrisória de eleitores conscientes dos seus deveres”.¹⁸ Em carta remetida para Vargas, o interventor da Bahia redigiu seu descrédito no eleitorado ao explicar sua posição contrária a constituição. “Quando dissemos que o Norte não está preparado para a constituinte é porque conhecemos a mentalidade do nosso povo”.¹⁹ Um povo que foi continuamente pintado, em fortes tintas e borrões, com características depreciativas.

¹⁴ Theodoro, Francisco. *Os 16 deportados cearenses*. Rio de Janeiro, Aperj, 2000, p. 8.

¹⁵ Verbete. Dicionário Histórico-Biográfico. Compact-disc. CPDOC-FGV, 2004.

¹⁶ Pinheiro, *estratégias da ilusão*, op. cit., p. 269.

¹⁷ Manifesto/estatuto/programa do Clube 3 de Outubro. Lançado no Rio de Janeiro em 1933. Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC), AAP 3F.

¹⁸ Gueiros, *o último tenente*, op. cit., p. 43.

¹⁹ Carta, 11/1/193?. CPDOC, JM 31.10.11/cig. Pasta I.

Segundo Távora os tenentes se opunham à idéia de um retorno imediato à constituição porque acreditavam que a “ditadura” ainda não havia realizado seus objetivos. “Não combatíamos a idéia da constitucionalização do país em si mesma [...] apenas queríamos que ela viesse oportunamente e não imediatamente”.²⁰ Procurou explicar ele em sua memória, argumentando que sustentavam que o “governo discricionário fora instaurado no país, pela revolução vitoriosa”, a fim de que

pudesse corrigir, satisfatoriamente, as deturpações de ordem política, econômica e social, que haviam tornado possível converter em irrisão, no decorrer de quarenta anos, o regime democrático, estruturado no liberalismo teórico da Carta de 1891.

Para Juarez, os outubristas não estavam conseguindo realizar os objetivos da revolução por estarem enfrentando dificuldades, a começar pela falta de “um programa de governo, com indicação seriada das transformações a executar”. Para ele, o programa da Aliança Liberal “já não satisfazia, nem mesmo, aos elementos civis mais moços que dela haviam participado”, alimentando, em acréscimo, agitações promovidas pela oposição e incitadas pelo manifesto de Prestes. Este, que havia se recusado a participar do movimento de 30, questionou em documento público o novo movimento, afirmando que “a revolução brasileira” não podia “ser feita com o programa anódino da Aliança Liberal. Uma simples mudança de homens”, considerou ele e seguiu queixando-se da postura das classes dominantes em se julgar a “elite capaz de dirigir um povo de analfabetos e desfibrados, na opinião deles e de seus sociólogos de encomenda”.²¹ Ao mesmo tempo, Prestes tentou conseguir apoio para um novo movimento dizendo não poder “deixar de reconhecer entre os elementos da aliança liberal grande número de revolucionários sinceros” – provavelmente tenentes, com os quais acreditava “continuar a contar na luta franca e decidida” que estava propondo contra “os opressores”,²² ou seja contra o governo.

Sua proposta de luta tomou forma na Liga da Ação Revolucionária (LAR), criada em julho de 1930, que não obteve muitas adesões. Contudo, no decorrer do processo pós-revolução surgiu uma insatisfação, de parte dos tenentes com os caminhos que seguia o Governo Vargas, sendo alguns deles afastados do aparelho do Estado, enquanto outros decidiram se afastar. Isso contribuiu para o esfacelamento de sua

²⁰ Os dois parágrafos retirados de Távora, *uma vida em seis tempos*, vol II, op. cit., p. 86.

²¹ Manifesto de Prestes transcrito em Távora, *uma vida em seis tempos*, vol I, op. cit., pp. 345, 351.

²² Manifesto de Prestes transcrito em Távora, *uma vida em seis tempos*, vol I, p. 344.

coesão, impulsionado-os a tomarem diferentes direções e realizarem novas alianças. É expressiva a trajetória de Agildo Barata,²³ pois mesmo exercendo a função de secretário de Juarez Távora na delegacia militar, após a vitória da revolução, não demorou a demitir-se por considerar que a atuação de seu chefe se tornara inoperante. Dizendo-se decepcionado com os rumos do governo provisório, incomodou-se com a “inspiração fascista das legiões revolucionárias incentivadas por membros do governo” e passou a se articular com elementos da oposição, comprometendo-se com a Revolução Constitucionalista deflagrada em julho de 1932 em São Paulo contra o governo federal.²⁴

As forças políticas afastadas do governo começaram a se rearticular para uma contra-ofensiva que acabou tomando forma radical na Revolta de 32, movimento que teve São Paulo como epicentro, mas com eco em diversos outros estados. Os protestos requeriam a volta do país à legalidade, colocando em xeque o regime de força vigente. Intencionavam com a reconstitucionalização readquirir as posições políticas perdidas que julgavam ser um direito. Ao contrário dos revolucionários de 30, os constitucionalistas apostavam na reativação da máquina político-partidária por confiarem no prestígio e influência que pensavam ter sobre o eleitorado. Para além da disputa por cargos políticos, havia no movimento constitucionalista uma legítima reivindicação pelo retorno do estado de direito, algo que vinha sendo desrespeitado pelo regime recém-instalado.

Por compartilhar destes ideais, jovens estudantes, principalmente (faculdades de medicina e direito), reuniram-se no Terreiro de Jesus, em Salvador, com o propósito de mobilizar a opinião pública em favor da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Muitos desses manifestantes tinham em comum o fato de serem “descendentes diretos ou ligados por vários vínculos aos grupos afastados do governo em 1930”. A morte de antigos políticos (Góes Calmon, Antonio Muniz²⁵) e o exílio de

²³ Agildo Barata nasceu em 1905, no Rio de Janeiro. Entre 1925 e 1928 cursou a escola militar do Realengo juntamente com Juracy Magalhães. Com ele também integrou o grupo dos militares “revolucionários” liderados por Juarez Távora no Nordeste, combatendo nos estados do Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Participou da revolução constitucionalista de 1932, sendo preso e exilado. Voltou em 1933 e ingressou no Partido Comunista do Brasil, participando também da ANL no Rio Grande do Sul.

²⁴ Verbete. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Compact disc. CPDOC-FGV, 2004.

²⁵ Antonio Ferrão Muniz de Aragão nasceu em Salvador a 30/5/1875. Com o apoio de José Joaquim Seabra, com quem fundou o Partido Republicano Democrata, elegeu-se governador da Bahia para o quadriênio 1916-1920. Duramente combatido pelos anti-seabristas, ainda assim pôde dar seguimento ao programa administrativo inaugurado no governo de seu antecessor.

Otávio Mangabeira, Miguel Calmon, Simões Filho,²⁶ entre outros, abriu espaço para que novos nomes como Nestor Duarte, Aloísio de Carvalho Filho e Luís Vianna Filho ocupassem e ampliassem a cena. Foi em torno da Liga da Ação Social e Política (LASP) que se aglutinaram, empunhando a bandeira pró-constituente. Pelo apoio que seus integrantes ofereciam aos constitucionalistas paulistas, a LASP foi apelidada de Liga dos Amigos de São Paulo.²⁷ Segundo Pandolfi, entre os estados do norte, a Bahia se configurou numa exceção nessa rápida reorganização das forças oposicionistas, conseguindo esboçar uma reação mais significativa.²⁸

O interventor Magalhães, que utilizou a força policial para dirimir a reunião no Pelourinho, seguindo a fórmula do governo federal, chamou o movimento de reacionário. “A Bahia, em matéria de reacionarismo, é o São Paulo do Norte”,²⁹ escreveu ele buscando associar o federalismo defendido pelos políticos dos dois estados. Sistema que proporcionava certa autonomia política e econômica aos estados e que vinha sofrendo críticas por parte dos tenentes que defendiam um governo central forte com a intervenção estatal na economia.

Para Ângela de Castro Gomes a constitucionalização transformou-se “paulatinamente, nos anos que vão de 1930 a 1933, no cerne do confronto entre duas propostas políticas, de duas alternativas políticas básicas para o futuro do regime e até mesmo da revolução”.³⁰ Centralização versus federalismo, esses foram os dois principais projetos que entram em choque nesse período e deram a tônica dos debates na Assembléia Constituinte.

A vitória armada conseguida pelo governo provisório sobre os constitucionalistas não foi suficiente para protelar indefinidamente a reconstitucionalização do país, processo que forçou a abertura do sistema político. Com a notícia da convocação da Assembléia Constituinte, houve mobilização para a formação ou reorganização de partidos políticos em todo o país. Juracy Magalhães criou o Partido Social Democrático

²⁶ Ernesto Simões da Silva Freitas Filho nasceu em Cachoeira em outubro de 1886. Em 1915 fundou o vespertino *A Tarde*, com o qual inovou a imprensa baiana do período. Conseguiu eleger-se senador federal, em 1930, mas não chegou a tomar posse, em virtude da revolução de outubro. Combateu o governo de Juracy Magalhães (1931-1937).

²⁷ Silva, Paulo. *Âncoras da tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico da Bahia, 1930-1949*. Salvador, Edufba, 2000, p. 35.

²⁸ Pandolfi, Dulce Chaves. “A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político”. In Gomes, Ângela. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, p.342

²⁹ Carta, 10/10/1932. CPDOC, GV c 1932.

³⁰ Gomes, Ângela. “Confronto e compromisso no processo de constitucionalização”. In Fausto, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol 3. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1991, p. 25.

(PSD), em 25 de janeiro de 1933 para concorrer nas eleições, ao passo que a oposição à sua interventoria formou a legenda “A Bahia ainda é a Bahia”, reunindo antigos adversários. O manifesto programa desta legenda procurou explicar ao público porque essa união era necessária: “Nesta hora grave da nacionalidade, uma trégua nas divergências que acederam as lutas do passado, para que coesos e fortes, saibam melhor defende-lhes, nas urnas de maio, a luminosa tradição de sua dignidade cívica”.³¹

As eleições transcorreram em duas etapas: primeiro foram eleitos os deputados estaduais e federais através de pleito livre e direto. Posteriormente, os governadores, assim como o presidente, foram eleitos pelos deputados na constituinte. Foi nas eleições para governador que a campanha da Concentração Autonomista ganhou fôlego, movimento que absorveu os participantes da legenda “A Bahia ainda é a Bahia” e agregou adversários (seabristas, mangabeiristas, calmonistas), novos e velhos políticos sob o slogan “governar-se a si mesmo”. Novidade ou não, pretendiam ao se aliar manter uma hierarquia privatista de privilégios fechado em seu próprio círculo de relações. E nisso podemos encontrar uma continuidade com a política do pré-30. Otávio Mangabeira em entrevista ao jornal carioca *Gazeta de Notícias*, explicou, ao seu modo, que o movimento autonomista não se tratava “de um partido nem muito menos de um homem”. Tratava-se “da honra da Bahia, do seu prestígio na federação, da sua autoridade do país”.³²

Se a propaganda dos autonomistas, por um lado, explicitava essa tendência ao regionalismo federalista, por outro lado, denunciava freqüentemente em periódicos de grande circulação, os problemas relacionados à administração do interventor: dívida pública com os bancos, atraso no pagamento do funcionalismo público, corrupção na administração, ineficiência no combate ao grupo de Lampião, violências e perseguição política contra os adversários.³³

A charge abaixo, intitulada “O que a Bahia quer”, publicada no *Diário da Bahia*³⁴, mostra um lance da propaganda dos autonomistas. A união dos antigos oponentes Otávio Mangabeira e J.J. Seabra³⁵ que juntos sobrepujaria Juracy Magalhães

³¹ *A Tarde* 21/4/1933. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (Bpeb), setor de jornais raros.

³² Trecho transcrito na charge “o que a Bahia quer” publicada no *Diário da Bahia* 1/11/1934. Bpeb, setor jornais raros.

³³ Silva, *âncoras da tradição*, op. cit., p. 37.

³⁴ *Diário da Bahia*, 1/11/1934. Bpeb, setor jornais raros.

³⁵ José Joaquim Seabra nasceu em Salvador em 21/8/1885. Proclamada a república colocou-se ao lado dos partidários de Deodoro da Fonseca, fazendo em seguida cerrada oposição a Floriano Peixoto, o que o levou ao confinamento no interior do Amazonas (1892). Anistiado, foi seguidamente eleito para a câmara federal, onde chegou a liderar a maioria, no governo Campos Sales. Ministro da Justiça de Rodrigues

representado, na figura, pelo réptil forasteiro. Ao Lado aparece a personagem Zé povo, utilizada em diversas charges do período, que incrédulo e desesperado pergunta: “Juntos? Abraçados? Mas... Será crível que se trate de acordo?” A “Bahia (exausta)” responde que:



Não! Nem seria crível que se falasse nisso! O que eu quero está muito acima de conchavos e de arranjos políticos. Eu quero é o reconhecimento do direito que me assiste de me governar a mim mesma, na pessoa de um baiano capaz...sem espantinho de forasteiro.

A figura mostra também que os autonomistas (em plano maior) se apresentavam como uma salvação para Zé Povo (em plano menor), que sofria com a carestia de vida, violência, os perigos do cangaço, jogatina, repressão policial, etc. Crentes em suas

Alves e ministro da Viação do marechal Hermes da Fonseca, foi por duas vezes governador da Bahia: de 1912 a 1916, quando realizou a primeira grande reforma urbana da cidade do Salvador, de 1920 a 1924. Militou na campanha liberal e participou da revolução de 1930. Opôs-se, no entanto, à orientação de Getúlio Vargas e apoiou a revolução constitucionalista de São Paulo (1932).

próprias ideologias, os autonomistas julgavam que a população era desprotegida, despreparada, entregue à própria sorte, esperando benesses do alto. Eles confiavam em sua auto-imagem de líderes, protetores e tutores. Apegados também ao desejo do controle, queriam decidir pelo destino dos “de baixo”.³⁶ A alteridade e autonomia de Zé Povo, na qual poderíamos encontrar independência de ação, de valores e estratégias próprias, não era reconhecida, sendo intencionalmente ocultadas.

Ventos de Democracia

A irreversibilidade do processo constitucional fez o governo encampar a proposta procurando esvaziá-la de seu conteúdo oposicionista. Com a proximidade dos trabalhos da constituinte, os tenentes tentaram transpor suas divergências internas visando criar uma nova base de representação. Projeto que, assim como o dos constitucionalistas, não cogitava a inclusão ou a autêntica participação popular, pois para muitos tenentes “deveria caber às elites realmente revolucionárias a determinação das linhas e do sentido do futuro desenvolvimento do país”. Consideravam que a população “não seriam capazes de detectar seus próprios interesses, sendo continuamente ludibriados pelos profissionais da política liberal”.³⁷ Eles diziam saber indicar o caminho que levaria o país rumo ao progresso, uma aspiração alimentada por muitos.

Alguns “tenentes” pensavam numa forma de proteger-se através de alianças diversas. Em carta escrita para Magalhães, Távora vislumbrava a “organização de um partido nacional com programa definido e lei orgânica rigidamente constituída”, pois isso significaria “o único ponto de partida sério contra a futura política de hegemonia incontestável dos grandes Estados”. Os encaminhamentos para a formação de um partido nacional iniciaram em fins de 1932, tomando forma no congresso revolucionário realizado em novembro do mesmo ano. O evento teve por objetivo principal unificar as diversas correntes revolucionárias em torno de um programa nacional, contando com a participação das organizações e personalidades vinculadas ao tenentismo.³⁸ O partido seguiria uma orientação centralizadora e a favor de uma maior intervenção da União nos estados, por isso seria antiliberal e anti-federalista.

³⁶ Ver Negro, Antonio. “Zé Brasil foi ser Peão” In Batalha, Cláudio; Fortes, Alexandre; Silva, Fernando (orgs.). *Culturas de classe*. Campinas, Editora da Unicamp, 2004, p. 406.

³⁷ Gomes, *regionalismo e centralização política*, op. cit., p. 32.

³⁸ Pandolfi, “a trajetória do Norte”, op. cit., p. 362.

Durante o governo provisório, os interventores nortistas tentaram realizar ações coesas como estratégia para facilitar a reconquista do prestígio que a região havia perdido na Primeira República; projeto que foi sofrendo mudanças de acordo com a alteração da conjuntura. Depois de extinta a Delegacia Militar do Norte em 1931, Juarez, que como delegado desta era um representante do governo provisório ante os interventores do norte e nordeste, acabou se transformando num representante destes interventores perante o governo federal. Um telegrama, assinado por alguns destes interventores do norte, circulou pedindo que houvesse entre eles união “cada vez mais em torno [de] Juarez, tornando-o legítimo representante junto [ao] ditador” sob pena de voltarem “a ser escravizados [pelas] oligarquias”.³⁹ Em suas memórias, Távora explicou que mesmo antes de ser designado como representante do Governo provisório perante as interventorias nortistas era comum os interventores recorrerem a ele pedindo sua intervenção “junto ao chefe de governo, ou de seus ministros, para a pronta obtenção de providências” e benesses econômicas para eles e os estados que governavam.⁴⁰

Num cenário movido de rearticulações e rearranjos, chama a atenção as mudanças de estratégias e a tessitura de pactos inesperados feitos para manutenção ou recuperação de cargos e influência política. Na continuação da carta escrita a Juracy Magalhães, Juarez comenta seu temor em relação à dissolução do bloco tenentista em um momento de turbulência política.

Se continuarmos a diluir-nos dentro de ações políticas isoladas, não poderemos garantir, no próximo quadriênio a eleição de um presidente orientado dentro da mentalidade revolucionária. E repito: só a formação imediata de um partido nacional revolucionário será capaz de garantir nos próximos anos a substância de ordem de coisas implantadas entre nós pela revolução de outubro.⁴¹

Távora via na agremiação nacional uma “taboa de salvação”. Porém, segundo Gomes, do ângulo de Vargas, a solução seria controlar o processo da constituinte. Getúlio entendeu que era crucial conduzir os rumos da abertura política e em agosto de 1933 partiu em sua primeira viagem pelo norte do país, região que havia se tornado uma aliada do governo provisório, pelo amparo que tinha dos interventores da região, como pelo apoio popular que havia conseguido. A bordo do *Lóide Brasileiro* a comitiva

³⁹ Telegrama sem data, (provavelmente, 1933). CPDOC, JM 31.10.11/cig. Pasta III.

⁴⁰ Telegrama CPDOC, JM 31.10.11 cig/pasta III. Vt: Távora, *uma vida e muitas lutas*, vol I, op. cit., p. 29.

⁴¹ Carta, 1/4/34. CPDOC, JM 31.10.11/cig. Pasta III.

presidencial, que incluía os Ministros José Américo, Juarez Távora e o General Góis Monteiro, percorreu os estados do norte-nordeste, realizando discursos oficiais e propaganda política.⁴² Entre os políticos, Vargas valeu-se de divergências para provocar cisões, fez alianças, e mostrou-se muito habilidoso em manter-se no Catete passo a passo,⁴³ contando com o apoio dos interventores para isso. Por exemplo, Juracy Magalhães conseguiu com o PSD eleger 20 constituintes para a bancada federal, enquanto os autonomistas elegeram apenas dois. Nas eleições para a assembléia estadual foram 32 cadeiras para o interventor e apenas 10 para os autonomistas.⁴⁴

Em correspondência endereçada a Vargas, Magalhães dizia-se aborrecido com a apuração dos votos que derrubou um prognóstico que ele havia feito anteriormente e que, a seu ver, confirmavam “as incoerências democráticas”, alegando que “pleito livre e secreto, exercido por um eleitor mais ou menos inculto, será sempre uma incógnita para o governo”, vaticinou ele. Em seguida expôs mais claramente sua incompreensão nas atitudes do eleitorado.

Como demonstração da falta de espírito prático do eleitor, no exercer o direito do voto, basta referir a vossa excelência que perdi as eleições em Alagoinhas e Bonfim onde foram relevantes os serviços públicos prestados por meu governo, e tive votação quase unânime em outro, nos quais minha ação administrativa trouxe poucos benefícios proporcionais as populações locais.

São incoerências políticas desafiando a perspicaz observação dos sociólogos.⁴⁵

Considerando a vitória que o PSD baiano obteve nas urnas, a carta de Juracy revela seu incômodo em governar num regime democrático tendo que lidar com a imprevisibilidade das ações populares e com os constantes ataques desferidos pela oposição, deixando subentendida sua preferência pelo governo autoritário. De fato, em correspondência emitida um ano antes, ele havia dito que só se sujeitava “aos dissabores do regime democrático” porque desejava levar até o fim os seus “esforços para que a revolução” não perdesse “o que conquistou a custa de tantos sacrifícios”.⁴⁶

Sua tendência autoritária, no entanto, não foi suficiente para apoiar um movimento que se desenrolava nos bastidores do congresso. *Pari pasu* aos trabalhos na

⁴² Távora, *uma vida e muitas lutas*, vol I, op. cit., p. 106.

⁴³ Gomes, *regionalismo e centralização política*, op. cit., p. 29.

⁴⁴ Silva, *âncoras da tradição*, op. cit., pp. 39, 41.

⁴⁵ Carta, 13/11/1934. CPDOC, GVC 1934.11.13.

⁴⁶ Carta, 1/6/1933. CPDOC, GV c 1933.06.01/2.

constituente os generais conspiravam para impedir a eleição presidencial e implantar uma ditadura militar. Magalhães telegrafou para Vargas várias vezes informando sobre as reuniões e encontros dos “conspiradores” no estado baiano depois que colocou no próprio quartel militar “rebelde uma pessoa de confiança”. Temeroso achava que “estava na hora de agir”. “Todo cuidado é pouco”, advertiu ele para logo em seguida reclamar: “parece que vossa excelência está excessivamente confiante. Só lhe peço é que nos mande armamento e munição em tempo”.⁴⁷ Ante a possibilidade de deflagrar outra guerra civil, Vargas silenciava-se e Juracy, irriquieta, voltou a escrever-lhe:

Talvez vossa excelência esteja entendendo tudo. Eu, de mim, confesso que estou enxergando mal [...] Tenho vontade de ir dar um vôo até aí afim de ouvi-lo [...] O que se passa aqui é o que se passa no resto do país. Nenhuma providência tomaria a não ser para evitar a eclosão do movimento. Será inútil desde que se faça uma ação combinada em todo o Brasil.⁴⁸

No mesmo tom, Macedo Soares⁴⁹ escrevera a Vargas afirmando que os militares eram “contrários à democracia liberal” e que se fazia necessário redobrar a cautela depois do lançamento da candidatura para presidência, na Assembléia Constituinte, do então ministro da guerra, Góis Monteiro, pois o general podia não recusar “uma situação fora da democracia liberal”. Era “preciso aparar o golpe”,⁵⁰ alertou Soares, possivelmente ciente da “conspiração” que se desenrolava e das denúncias que apontavam Monteiro como principal articulador do movimento. Os generais prepararam um manifesto para ser lido a nação depois da tomada do governo. Neste, a constituinte aparece como desvirtuadora dos ideais da revolução de 30 e os militares como salvaguardas dos mesmos. A carta magna seria, segundo o documento,

o produto de uma reação termidorana contra os sentimentos e os ideais que fizeram a revolução. Mas os que desencadearam e a fizeram vencer não podem aceitar o projeto reacionário que se pretende impor como constituição ao povo brasileiro. A nossa responsabilidade perante a nação e perante a história impõem-se este dever inelutável. A

⁴⁷ Carta, 24/4/1934. CPDOC, GVc 34.04.05.

⁴⁸ Carta, 25/4/1935. CPDOC, GV c 34.04.05.

⁴⁹ José Carlos de Macedo Soares nasceu em São Paulo, em 1883. Em 1930 deu apoio ativo à candidatura presidencial de Getúlio Vargas, lançada pela Aliança Liberal. Durante o ano de 1932 desempenhou missões diplomáticas na Europa, e por isso não teve participação no movimento constitucionalista promovido pelas forças políticas paulistas naquele ano. Ao retornar ao Brasil, elegeu-se deputado federal constituinte por São Paulo nas eleições realizadas em maio de 1933. Membro da Chapa Única por São Paulo Unido, que congregava os partidários do movimento constitucionalista que haviam escapado do exílio.

⁵⁰ Carta, 11/04/34. CPDOC, GV c 34.04.10/1.

revolução não pode morrer traída nas mãos daqueles que a encara, apunhalada pelos golpes de uma reação inexplicável. Os revolucionários não teriam perdão se emudecessem resignado, adotando como instrumento político da organização do país, uma constituição retrograda.⁵¹

Uma vez mais o governo Vargas sofria ameaças de golpe e mesmo este não se concretizando, o temor traduzido nas correspondências revelava uma certa fragilidade dos governantes nessa primeira metade dos anos 30. O governo enfrentou uma oposição virulenta desde o início e com a abertura política promovida pela reconstitucionalização continuou a sofrer pressão de diversas entidades, partidos e grupos sociais. De acordo com Negro, em seu artigo intitulado “Paternalismo, populismo e história” social, não é apropriado falar da existência de uma “era Vargas regendo, incontestemente, o período 1930-1964, pois havia rivalidades e polarizações”.⁵² A propósito deste debate, Jorge Ferreira comenta que recentes pesquisas demonstram que embora houvesse “um estado repressivo e excludente”, ele não surgiu como “todo-poderoso a ponto de moldar a mente e o comportamento de trabalhadores e populares”, pois eles necessariamente não se deixaram iludir e manipular.⁵³

A despeito disso, durante os trabalhos da constituinte verificou-se protestos contra a candidatura de Getúlio Vargas em diversos pontos do país. Em 16 de março de 1934, na cidade de São Paulo, estudantes em sua maioria atenderam a convocação para participar de uma manifestação contrária ao governo quando foram reprimidos pela força policial. Manifestantes em Salvador foram presos, sendo que o médico Emilio Diniz e o estudante Euvaldo Pires foram deportados por protestarem contra o governo, mas Juracy Magalhães teve que se haver com as denúncias feitas a ele na constituinte e um requerimento assinado por diversos deputados repudiado sua ação e pedindo a liberdade dos manifestantes como também que voltasse a “circular o conceituado jornal baiano *A Tarde*, suspenso já há dias, por tempo indeterminado, por ordem do governo estadual”. Solicitavam também que cessasse “o constrangimento, que pela firmeza de suas convicções e altivez de suas atitudes vem sofrendo por parte desse mesmo governo, estudantes e professores das escolas superiores”.⁵⁴

⁵¹ Manifesto de maio de 1934. CPDOC, GV c 1934.05.00/1.

⁵² Negro, Antonio. “Paternalismo, populismo e história social”. Manuscrito, Salvador, p. 5.

⁵³ Ferreira, Jorge. “O nome e a coisa”. In Ferreira, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2001, p. 99.

⁵⁴ Requerimento assinado por Accurcio Tores, Villas Boas, Sampaio Correia, Henrique Dodsworth, Vasco Toledo, General Tourinho, Valdenor Reikdal, Miguel Couto, Carlos Reis, Adroaldo Costa, Adolfo Konder, Chistiano Machado, JJ. Seabra, Aloysio Filho, Fernando Magalhães, Fabio Sodré, Souto Filho. Informações retiradas de: *O Imparcial* 25/5/1934. Bpeb, setor jornais raros.

Finalmente, em 16 de julho de 1934, a nova Constituição foi votada, ampliando e consagrando as leis sociais, reconhecendo o direito à livre expressão e associação, trazendo reformas eleitorais com as mulheres alfabetizadas entrando para o rol dos eleitores e buscando reduzir a influência dos grandes estados como também controlar os poderes do executivo.⁵⁵ Discutiu-se igualmente sobre unidade nacional, política imigratória, questões trabalhistas, segurança nacional e anistia aos revoltosos de 1932.

Getúlio se mostrava insatisfeito com a nova Carta Magna, pois esta limitava seus poderes ao tempo que proibia sua reeleição. Antes que a constituição entrasse em votação no plenário, anotou em seu diário: “com a constituição que será votada, talvez seja preferível que outro governe. Não tenho dúvidas sobre as dificuldades que vou enfrentar”. “O Osvaldo”, redigiu ele, momentos antes, “convidou-me para conspirar no sentido de uma revolução para outorgar nova constituição ao país, pela dissolução da constituinte ou outro processo que a substituísse”.⁵⁶ Vargas, talvez recordando-se da Revolta de 32, preferiu não atentar contra ordem constitucional, mas na véspera da promulgação da constituição criticou-a publicamente. “Quem examinar atentamente a matéria da nova constituinte”, iniciou Vargas o discurso, “verificará, desde logo, que ela fragmenta e dilui a autoridade, instaura a disciplina e confunde, a cada passo, as atribuições dos poderes da república”.⁵⁷ E continuou elencando os pontos que desaprovava:

A constituinte de 1934, ao revés da que se promulgou em 1891, enfraquece os elos da federação, anula, em grande parte, a ação do presidente da república, cerceando-lhes os meios imprescindíveis a manutenção da ordem e ao desenvolvimento normal da administração; acoroçoa as forças armadas a pratica do facciosismo partidário; subordina a coletividade das massas desprotegidas ao bel prazer das empresas poderosas; coloca o indivíduo acima da comunhão

Os tenentes, assim como Vargas e os administradores do seu governo pensavam em “modernizar” o país, mas isto seria feito de cima para baixo, resultando, conseqüentemente, em soluções contraditórias no momento de consolidação da república nova. A respeito disso, Levine comenta que “as reformas vinham de cima”, e chegavam “acompanhadas de medidas destinadas a manter (ou aumentar) o controle

⁵⁵ Pinheiro, *estratégias da ilusão*, *op. cit.*, pp. 270-271.

⁵⁶ *Getúlio Vargas: Diário*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 302, 298.

⁵⁷ Os dois parágrafos tirados do Discurso pronunciado por Vargas em 15/7/1934. CPDOC, GV c 1934.07.15/2.

social”. Por um lado o “comando das forças armadas partia do princípio de que podia intervir quando o desejasse”, e por outro, as “elites civis aceitavam o papel moderador dos militares”.⁵⁸

Os projetos que se confrontaram na constituinte (centralização x federalismo), apesar de distintos, assemelhavam-se em seu caráter elitista e salvacionista. Em seus diagnósticos, segundo Gomes, ambos consideravam a população atrasada, inculta, sem projeto político e despreparadas para integrar o sistema político.⁵⁹ O temor em lidar com um número crescente de cidadãos que cada vez mais pressionava por seu ingresso na cena pública e requeria reformas, fez as classes dominantes se cercarem de uma fala e uma ação, marcada com altas doses de violência, para se proteger e controlar o processo político em curso.

A Outra Face da Moeda

Detectar o esquema que as classes dominantes forjaram para manter-se no poder foi um passo, resta perceber como os outros atores sociais buscaram incluir-se, em sua diferença, no processo político no início dos anos 30. É à luz dessas reflexões que se pensa aqui o movimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Sua formação teve início no segundo semestre de 1934, impelida pelo clima de insatisfação popular com os primeiros anos do governo Vargas, como também pelas brigas em praça pública que uniam os antifascistas em ação conjunta contra os integralistas.

Os anos de 1934 e 1935 foram férteis em manifestações, propiciadas pela abertura política surgida no bojo da reconstitucionalização do país. Diversos movimentos populares, que estavam sendo contidos ou reprimidos pelo regime de exceção, apareceram em cena descontentes com a reordenação do Estado brasileiro, reivindicando urgência e aplicação das reformas prometidas pelo governo Vargas. Em especial o setor sindical vinha crescendo com greves e manifestações, apesar das constantes sindicâncias policiais em suas sedes; violência que foi, por vezes, denunciada por deputados classistas na Assembléia Constituinte. Quando da prisão de 402 operários que se reuniam na federação dos marítimos do Rio de Janeiro, o deputado Vasco

⁵⁸ Levine, *pai dos pobres?*, op. cit., p. 29.

⁵⁹ Gomes, *regionalismo e centralização política*, op. cit., p. 36.

Toledo⁶⁰ disse que a violência não se explicava, “pois o governo provisório tantas promessas fez, até hoje não cumpriu sua maior parte”.⁶¹ Seu comentário buscou atribuir legitimidade a ação dos trabalhadores, pois suas reclamações giravam em torno tanto do sistemático descumprimento das leis trabalhistas pelos empresários, quanto da não-regulação por parte do governo. Este apostou que o atrelamento da vida sindical iria limitar a ação dos operários, mas eles responderam de forma enérgica. Em comícios ou pondo-se de braços cruzados, os operários pressionavam para garantir e expandir os direitos consagrados nas novas leis trabalhistas, promulgada desde 1931.

O movimento feminista vinha embalado pela conquista do voto pelas mulheres, consagrado na nova constituição e seguiu forçando para ampliar sua participação na vida social e política do país. No segundo Congresso feminista realizado em Salvador, aonde discutiu-se sobre igualdade de salários, regulação das horas de trabalho, assistência a maternidade e apoio aos movimentos que lutassem por sua causa, surgiram outras propostas de luta, tais como a ocupação de cargos administrativos e judiciais por parte das mulheres, criação de um departamento da mulher que coordenasse e defendesse os interesses femininos como também organização de associação de classe feminina.⁶²

Além de manifestações por reformas sociais, sobrevieram diversas entidades como a Frente Comum Antiintegralista, Frente Única Antifascista, Frente Única Popular Antiintegralista, Frente popular contra o Fascismo e a Guerra, Liga Antiimperialista do Brasil, Aliança Nacional Libertadora, União Feminina do Brasil, União Libertadora Brasileira, Frente Popular pela Liberdade, todas formadas com o objetivo de dirimir o avanço da Ação integralista Brasileira (AIB), criada em 1932 e que crescia rapidamente no cenário político sendo que para o ano de 1934, segundo a própria AIB, esta já contava com 180 mil membros,⁶³ configurando-se na primeira organização de massa do Brasil.

A AIB Foi comparada por seus contemporâneos, em especial pela oposição, com o fenômeno do fascismo devido à semelhança que guardava nos símbolos, doutrina e propaganda, como também pelo apoio que recebeu do Partido Fascista Brasileiro,

⁶⁰ Toledo era integrante da “minoría proletária” da qual fazia parte, igualmente, João Vitaca, Waldemar Reickdal e Acir Medeiros e que procuravam defender propostas diferentes e/ou opostos aos projetos ministerialistas.

⁶¹ *O Imparcial* 21/4/34. Bpeb, setor de jornais raros.

⁶² *O Imparcial* 1/9/34, 5/9/34. Bpeb, setor de jornais raros.

⁶³ Citado em Levine, Robert. *O Regime de Vargas: os anos críticos* (1934-1938). Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, p. 132.

Legião Cearense do Trabalho, Ação Imperial Pátrio-novista, Legião de Outubro, Partido Nacional Fascista, Partido Nacional Regenerador, entre outras entidades formadas na década anterior e que seguiam uma linha fascista. Plínio Salgado, que se tornou o líder máximo do integralismo, não escondia sua admiração pelo *Duce*, Benito Mussolini. Ao voltar da Itália, em 1930, contou que “numa tarde de junho, depois de ter visto a Itália Nova, depois de ter julgado com tanto rigor, eu me vi no Palácio de Veneza, frente a frente com o grande gênio da política do futuro”.⁶⁴ Posteriormente, em 1932, escreveu em artigo publicado na revista *Hierarquia* que “a concepção fascista da existência será a luz dos tempos novos”.⁶⁵

Quando a AIB surgiu em cena, em outubro de 1932, seu manifesto pregava um Estado forte, autoritário e corporativista que fosse capaz de eliminar os males provocados pelo liberalismo. Seu lema: “Deus, pátria e família” traduzia o pensamento nacionalista e religioso dos integralistas. Ao longo dos anos a entidade procurou negar a ligação com o movimento fascista em suas publicações e propagandas. Na matéria divulgada no jornal baiano *O Imparcial* estava posto que

O movimento é pouco compreendido no meio baiano, maximé ante as classes trabalhistas que a encaram, por isso mesmo, através de errôneas informações como uma repetição do fascismo italiano. Não é tal. Se bem que o Estado de Mussolini na estruturação atual não devia ser encarado senão como uma transição devidamente se vai operando para o que definitivamente virá a ser. Apesar disto, integralismo brasileiro não deve ser olhado como uma forma estatal semelhante, em todos os sentidos ao fascismo.⁶⁶

A historiografia diverge quanto à questão de o integralismo ter sido uma simples transposição do modelo fascista, e de fato detectar a influência da ideologia fascista no integralista não dá conta da complexidade do movimento, pois a AIB abriu diversos outros espaços de sociabilidade para seus militantes através das atividades educacionais, esportivas e de lazer que promovia. Para as mulheres integralistas, chamadas de blusas verdes, a entrada na AIB significou uma oportunidade de atuação para além da esfera privada, na medida em que realizavam serviços assistenciais, atividades de alfabetização e de “arregimentação”. Segundo Pimenta, apesar do discurso da entidade

⁶⁴ Citado em Vianna, Marly. *Revolucionários de 35: Sonho e realidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 107.

⁶⁵ Citado em Rose, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e o controle social do Brasil, 1930-1954*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p. 54.

⁶⁶ *O Imparcial* 8/7/1933. Bpeb, jornais raros.

reforçar os papéis de dona de casa, mãe e esposa, a atuação feminina nas hostes do sigma não deixou de aguçar nelas as “aspirações e anseios ´modernos` e seus ideais durante as lutas no decorrer do processo de emancipação”.⁶⁷

Muitos trabalhadores aderiram à entidade, pois esta se mostrava como um novo canal de expressão política e social, visto que os manifestos e discursos da AIB prometiam lutar para fazer valer as leis trabalhistas que não vinham sendo cumpridas, como também para ampliar as conquistas dos operários. Em um panfleto, que apresentava as propostas da entidade, estava posto que a AIB organizaria um serviço nacional de assistência operária, que desse “instrução, boa saúde e higiene” sendo que esses benefícios se estenderiam à prole dos trabalhadores; prometiam igualmente lutar para que os sindicatos escolhessem “os prefeitos, os presidentes de Estado e da República. Tu poderás assim escolher até o presidente da República. Já tinha pensado nisso?”,⁶⁸ instigou o panfleto após ter valorizado sua oferta de reforma eleitoral.

O sindicalista e pecebista Armando Mazzo, que criticou os integralistas e participou de confrontos de rua com estes, admitia que a AIB crescia pelos seus modos de recrutamento, principalmente entre os jovens, presenciando isso em seu local de trabalho. A AIB, depois de ter aberto uma sede perto da fábrica de móveis São Luis, em São Bernardo, convidou os trabalhadores para as reuniões. Mazzo recusou o convite, mas no dia seguinte o seu “modesto, jovem e ótimo companheiro” contou satisfeito como havia sido a reunião e do elegante traje que recebeu gratuitamente (“calça e blusa verdes, sapato e gravata pretos, cinturão com argolas niqueladas e um cacete no cinturão”) que lhe serviria como vestimenta de luxo, além de farda política. Isso influenciou no ânimo do seu colega e sensibilizava igualmente a juventude, confessa.⁶⁹

A boa inserção social que a AIB estava conseguindo foi fato significativo para que a esquerda, receosa, buscasse romper com seu divisionismo para formar um discurso e ação conjunta, intencionando barrar a escalada da extrema direita que de início já demonstrava suas intenções de poder, mesmo porque a AIB parecia valer-se de uma certa tolerância governamental, considerando a forma repressiva com que outros movimentos sociais eram tratados. Rose nota, em seu *Uma das coisas esquecidas*, que a

⁶⁷ Pimenta, Everton. “Apontamentos para o estudo da participação feminina no integralismo”. *I Seminário de história: caminhos da historiografia contemporânea*. Universidade Federal de Ouro Preto, 2004, p. 11. Ver também Reis, Laís. *Educação e Assistência Social: as estratégias de inserção da Ação Integralista Brasileira nas camadas populares da Bahia em O Imparcial (1933-1937)*. Dissertação de mestrado apresentada a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Ufba. Salvador, 2005.

⁶⁸ Panfleto da AIB, 1932/1933. CPDOC, GV c 1932/1933.00.00.

⁶⁹ Mazzo, *Memórias de um militante político e sindical no ABC*. São Bernardo do Campo, Secretária de Educação, Cultura e Esportes, 1991, p. 62.

polícia, no início, pouco observava as atividades integralistas. Em um relatório de 1933, referente ao estado do Rio de Janeiro, consta que das 65 reuniões socialistas que foram assistidas, apenas 1 marcha integralista foi presenciada pelos investigadores.⁷⁰ Provavelmente isso contribuiu para que a oposição acusasse o governo Vargas de ter simpatias pelo integralismo. Em manifesto, a ANL chegou a afirmar que havia por parte do presidente “simpatia e solidariedade ao movimento integralista”.⁷¹ Tratamento amistoso talvez justificado pelo papel que a AIB cumpria no combate ao liberalismo e ao comunismo, tornando-se uma importante aliada do governo.

Fosse pela tolerância governamental, pelas marchas que realizavam ou pela doutrina, o certo é que a direita ganhava terreno rapidamente. Nas manifestações em praça pública os enfrentamentos entre integralistas e antifascistas começaram a causar tensão pela sua constância, altercando e radicalizando a política na década de 30. O episódio de maior notoriedade foi o da Praça da Sé, em São Paulo capital, em 7 de outubro de 1934, em que integralistas, correntes de esquerda e policiais trocaram tiros, com saldo de 4 mortos e 30 feridos. Nas páginas do *Imparcial*, jornal de feições integralistas, o episódio foi assim narrado:

Pouco depois das 15 horas deram entrada na Praça da Sé os quatrocentos integralistas milicianos e duzentas senhoritas também integralistas que deviam participar da solenidade [...] O hino de guerra do integralismo, seguido de anauês, se fizeram ouvir e sob os compassados desse cântico e desses brados percebiam-se também a forte tensão de espírito que dominava a assistência composta de grande número de populares que se comprimiam a espera das colunas que o sr. Plínio Salgado iria pessoalmente comandar.[...]

Como providência complementares, a chefatura determinara também a interdição de todos os sindicatos localizados na Praça da Sé, pois circulavam rumores de que em suas respectivas sedes os comunistas e socialistas ofereciam resistências contra a efetivação da parada.

Pouco antes das 16 horas precedidos de uma banda militarizada, apontaram os primeiros pelotões de integralismo que vinham tomar posição.[...] Inopitadamente recrudesceram os gritos de morra o integralismo e ouvem-se os primeiros disparos.[...] O grupo de pessoas que se achava a esquina da rua senador Feijó abriu fogo. A cavalaria colocada no fundo da Praça da Sé também disparou as suas armas. *Os moços integralistas se atiraram no chão. Colocaram-se alguns aos degraus da escadaria da catedral tomando ali posição de defesa e de revolveres em punho responderam a agressão de que estavam sendo vítimas.*⁷² (grifos meu)

⁷⁰ Rose, *uma das coisas esquecidas*, op. cit., pp. 53, 54.

⁷¹ *Folha do Povo*, 17/8/1935. Arquivo Público Estadual João Emereciano (APEJE).

⁷² *O Imparcial* 10/10/1934. Bpeb, setor de jornais raros.

A matéria publicada no periódico sugere que o grupo que fazia oposição aos integralistas, em especial comunistas e socialistas, seria o responsável pelos disparos ao tempo que vitimiza os integralistas no confronto e revela a lógica policial que considerava os sindicatos um local propício a prestar apoio às esquerdas. Mazzo, que presenciou a contenda, conta uma versão parecida, com pequenas alterações. Ele rememorou que assistiu o confronto da sacada de um edifício quando por ordem de um comando, começou o tiroteio partindo do alto dos prédios. Os integralistas que entravam na Praça da Sé “debandaram feito loucos”, relatou ele, afirmando em seguida que teve a impressão que

os primeiros tiros partiram do alto das janelas dos prédios. O certo é que eram balas para todos os lados contra integralistas. Ponho em dúvida a afirmação de Fúlvio Abramo de ter sido ele o iniciador da refrega e seu comandante.

Conversando muito depois desse acontecimento com o camarada Arthur Neves, antigo comunista, ele me disse, que o comando do tiroteio contra integralistas na Praça da Sé foi de comunistas, anarquistas e democratas.⁷³

Fúlvio Abramo, citado por Mazzo, era militante trotskista. Décadas depois, publicou um artigo nos *Cardernos Cemap* aonde defendia que o evento foi convocado pela Frente Única Antifascista (FUA) e que esta comandou a ação.⁷⁴ Para Ricardo Figueiredo de Castro, a “batalha da Praça da Sé virou elemento de disputa entre duas memórias”: a dos militantes do PCB e dos trotskistas participantes da FUA por ter sido esse um evento marcante da luta antifascista para as esquerdas. Criada em fins de 1933, a FUA reunia apenas agremiações de esquerda, sendo que “o seu espectro político ia da esquerda tenetista, passando pelos socialistas brasileiros e italianos, pelos anarquistas e chegando aos ‘trotskistas’”, com exceção do PCB devido à sua recusa em fazer parte de “qualquer organização frentista”,⁷⁵ decisão que não lhe impediu de participar dos confrontos de rua.

Inúmeras vezes foram publicadas nos jornais baianos as contendas envolvendo integralistas. Vinte e um dias após o ocorrido na Praça da Sé o *Diário da Bahia* noticiou

⁷³ Mazzo, *memórias de um militante político e sindical no ABC*, op.cit., p. 62.

⁷⁴ Fúlvio Abramo. 7 de outubro de 1934: 50 anos. *Cadernos Cemap*. São Paulo, no 1, outubro, 1984. Citado em Karepovs, Dainis. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo, Editora Unesp, 2003, p. 51.

⁷⁵ Castro, *contra guerra ou contra o fascismo*, op. cit., pp. 29, 125.

que uma multidão em reboição, atraída por boatos, havia se aglutinado na rua das Laranjeiras, em Salvador, desejando saber o que havia de novo. Apuraram os populares que um grupo de dez integralistas tentara afixar boletins na porta da Federação dos Trabalhadores Baianos (FTB) e que foram impedidos em seus intentos por operários que estavam dentro da entidade. Passado um tempo, os camisas-verdes voltaram em maior número para tentar divulgar sua propaganda no meio sindical, quando sobreveio o conflito com palavras de baixo calão e pedras atiradas do alto das janelas da FTB.⁷⁶ Mas nem sempre os trabalhadores baianos se mostraram hostis, pois segundo Raimundo Fontes “a atuação dos integralistas nas fábricas e sindicatos tinha alcançado bons resultados” na Bahia, nos anos 30.⁷⁷

Com a agitação em cena, os administradores do governo Vargas, resguardavam-se. Ao ser questionado sobre as posições que iam tomando o comunismo e o integralismo, Góis Monteiro respondeu que não tinha dúvida que marchavam “para dias terríveis de agitação” e que por isso mesmo ele queria “um exército forte, disciplinado e coeso”.⁷⁸ Vargas buscou prevenir-se com a Lei de Segurança Nacional (LSN), que tinha por finalidade transferir para uma legislação especial os crimes contra o Estado, submetendo os “subversivos” a punições rigorosas. A lei foi objeto de acirrado debate na sociedade e tramitou no Congresso até ser promulgada em abril de 1935, sendo aperfeiçoada nos anos seguintes, o que a deixaria mais severa e detalhada. A LSN foi chamada pelos seus críticos de “lei monstro”. Eles apontavam que com o pretexto de reprimir os “extremistas”, a lei serviria para cercear as liberdades individuais. Em matéria publicada no *Imparcial*, comentou-se que a lei

É para todas as cabeças, é para todos os que não rezarem pelo catecismo dos que estão com o poder nas mãos. É para a extinção sumária das oposições.

No afã de se prevenirem contra o povo – que já não se pode submeter ao desgoverno que lhe infligem - os detentores do poder não hesitam em praticar as maiores arbitrariedades e sob o manto de falsas aparências, transformam a lei em elemento de coação e ameaças.⁷⁹

Em reação à linha autoritária do governo Vargas, como também embalados pelos confrontos de rua com os integralistas, antifascistas e aqueles que se denominavam

⁷⁶ *Diário da Bahia*, 28/10/1934. Bpeb, setor de jornais raros.

⁷⁷ Fontes, José Raimundo. *A Bahia de todos os trabalhadores: classe operária, sindicato e política*, 1930-1947. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1997. p. 179

⁷⁸ *O Imparcial* 9/12/1934. Bpeb, setor de jornais raros.

⁷⁹ *O Imparcial*, 31/1/35. Bpeb, setor de jornais raros.

democratas confluíram resultando na formação da ANL. Porém, muitos dos participantes da frente compartilhavam de uma visão autoritária, paternalista e elitista. Quando dos contatos para a criação da Aliança, João Cabanas reclamou dos “operários boçais”⁸⁰ com que tinha que lidar. Seu comentário demonstra seu incômodo em participar de uma frente que pretendia ser popular. Por sua vez, Hercolino Cascardo, que se tornou presidente da ANL, entrou para a entidade depois de ter se afastado do governo Vargas, demitindo-se da interventoria do Rio Grande do Norte, em junho de 1932, e pedindo desligamento do cargo de representante do núcleo rio-grandense do Clube 3 de outubro, em fevereiro de 1933, por considerar a constituição um desvirtuamento da revolução de 30. Na mesma linha, Manoel Rabelo que também participou da frente, fez declarações contra o processo constitucional. Em março de 1933, ele revelou em entrevista que era “um ardoroso adepto da ditadura republicana” e explicou que essa ditadura consistia num governo de um homem que reunisse “em torno de sua pessoa todas as forças vivas da nação: o exército, a marinha, o comércio, a indústria, a lavoura, as elites”.⁸¹ Pouco depois, Rabelo tornou-se presidente do Clube Republicano Ditatorial e se envolveu nas “conspiratas” para instaurar um governo ditatorial.

A ANL atraiu igualmente para suas fileiras um PCB radical e sectário. O Partido no período vinha passando por uma mudança de direção e de linha política, saindo do chamado “obreirismo” ou “proletarização” - linha que teve como consequência a escassez de quadros e o retraimento partidário, (com expulsão e afastamento de afiliados) - e iniciando uma política de frente popular. Em *Caminhos Percorridos*, Heitor Ferreira Lima⁸² ao voltar para o Brasil; em fins de 1930, comentou que encontrou o partido “desarvorado, quase paralisado, como se estivesse acuado, numa das piores senão a pior fase de sua existência”.⁸³

Esse estado lastimoso do PCB se devia, em boa medida, à necessidade de executar diretrizes de um órgão internacional, ao qual estava atrelado, mas que pouco sabia (ou queria saber) sobre os problemas da América Latina. A Internacional Comunista, que somente em 1928 passa a demonstrar maior interesse pelo continente, categorizou os

⁸⁰ Vianna, *revolucionários de 35*, op. cit., pp. 101, 27.

⁸¹ *Diário de Notícias*, 15/3/1933. Bpeb, setor de jornais raros.

⁸² Heitor Ferreira Lima filiou-se ao PCB em 1923 e em 1927 foi escolhido para ser o primeiro brasileiro a estudar na recém fundada Escola Leninista Internacional de Moscou. No ano de 1932, foi escolhido para compor o Bureau Político do partido, posto que viria a ocupar em janeiro de 1934 na I Conferência Nacional do PCB.

⁸³ Lima, Heitor. *Caminhos Percorridos: Memórias de militância*. Editora Brasiliense, 1982, p. 139.

países latino-americanos como coloniais ou semicoloniais, cobriu o PCB com duras críticas relativas aos seus primeiros anos de funcionamento, minimizou sua autonomia de pensamento e ação ao passo que o orientou a formar sovietes (conselhos) de operários, camponeses e soldados. Tentando repetir mecanicamente as ordens da IC, o partido descolou-se da realidade nacional e perdeu as posições que havia conseguido conquistar a começar pelo setor sindical.

Além desses problemas internos que consumiam muita energia dos militantes, o PCB era alvo constante do preconceito por parte da imprensa e da violência policial, forçando-o a atuar na clandestinidade e proporcionando-lhe pouca expressão social, concentrando maior mobilização nas cidades do Rio e São Paulo. Segundo Apolônio de Carvalho, na cidade de Bagé (RS), o partido tinha expressão diminuta e foi na cadeia, em 1935, que ele teve maior contato com os discursos do PCB, despertando seu interesse pela doutrina.⁸⁴ Na Bahia, a ação dos pecebistas também não era ampla. De acordo com o dossiê intitulado “*Comunismo na Bahia*”, confeccionado pela polícia política, que constantemente vigiava as atividades dos militantes do PCB, somente de “1930 em diante é que certas atitudes foram se positivando, sendo postos em atividade, mais ou menos organizada, os militantes do credo vermelho”.⁸⁵ Em outro relatório reafirmava-se que em 1930 “sem certa organização, entretanto, começam a se firmar os militantes do credo vermelho”.⁸⁶ Do outro lado, o comunista Honório de Freitas Guimarães, codinome Martins, que trabalhou organizando o PCB baiano entre setembro e novembro de 1933, anotou em sua autobiografia que quando chegou à Bahia, encontrou um comitê regional, “dividido, lutando por posto, sem nenhum trabalho de célula”. Durante o curto período que permaneceu no estado, Guimarães diz ter conseguido junto com outros militantes

reorganizar três ou quatro dessas [células], recrutar uma vitena de elementos novos, tomar ligação e organizar o c.z do litoral sul (ilhéus) e realizarmos uma conferência regional com 14 companheiros, inclusive representantes da Zona, pouco tempo antes da minha partida para o Rio. Esse trabalho como não era possível não ficou sólido.⁸⁷

⁸⁴ Carvalho, Apolônio. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro. Rocco, 1998, p. 72.

⁸⁵ “O comunismo na Bahia”. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), fundo polícia política, setor estados, pasta 5c, fls. 595.

⁸⁶ Comitê estadual da Bahia. Dossiê 1479. APERJ, fundo DPS.

⁸⁷ “Autobiografias e relatos de elementos da direção do PCB”. APERJ, fundo polícia política, setor comunismo, pasta 21, fls. 63.

A disposição do partido para mudar de rumo deu-se justamente no início de 1933, a partir de autocríticas que levaram à sua reestruturação, sendo que sua saída do isolamento político foi facilitada pela conjuntura. Segundo um outro relatório da polícia política, mesmo o PCB não tendo participado diretamente nem dos trabalhos da Assembléia constituinte nem das eleições, por ter sido negado seu registro, ele procurou obter benefícios.

Desde os fins de 1933, o Partido Comunista do Brasil recrudescer sua atividade. Durante a reunião da Assembléia Constituinte através de sindicatos e organizações nitidamente comunistas, procurou influir na votação de medidas que lhe permitissem maior atuação nos meios trabalhistas. Votada a constituinte, o Partido Comunista começou a agir diretamente e, cada vez mais, a infiltrar-se nos sindicatos proletários.⁸⁸

Além de buscar “arregimentar” novos militantes no meio sindical, Vianna nota que o PCB começou a revelar uma nova atitude: apesar de nos seus “documentos a classe operária continuar a ser vista como a única força revolucionária, foi na força bélica dos militares que o partido começou a querer se apoiar”.⁸⁹ Optavam por tentar chegar ao poder através da via armada ao invés de intensificar a luta pela ampliação das bases democráticas, ou fortalecer a organização sindical, algo que casava com o voluntarismo golpista dos militares.

A transição de linha política que o partido estava passando o fez apresentar uma contradição: não obstante seu programa passar a ser de frente popular seu método insurrecional continuava a ser o da luta armada. O sectarismo da linha obreirista continuava acompanhando seus passos, pois além do PCB não aceitar participar da coligação eleitoral feita pelas esquerdas para concorrer nas eleições de 1933/34, rejeitou fazer alianças com a FUA. Quando a ANL surgiu, o PCB olhou-a com desconfiança. Deu apoio, mas não aderiu. Miranda, em manifesto, justificou essa posição do partido.

Não aderimos nem aderiremos à ANL, pois somos um partido político que visa o poder político para uma classe, a proletária, e a instalação da ditadura do proletariado, do governo operário e camponês, na base de conselhos operários, camponeses, soldados e marinheiros

⁸⁸ “Relatório sobre atividades comunistas”. Aperj, fundo polícia política, setor comunismo, pasta 11b, fls. 412.

⁸⁹ Vianna, *revolucionários de 35*, op. cit., p. 59.

(sovietes); neste caso a adesão à ANL seria limitar o nosso programa ou tirar da ANL do seu programa e fazer fusão programática com ela, o que nunca faremos.⁹⁰

Essa postura do PCB pode ser justificada porque a Aliança era uma frente que reunia forças muito variadas, cuja ação passava pelas instituições, entre elas o parlamento. “Nada de ilusões parlamentares [...] Nada de ilusões em descarados e traidores”, dizia o manifesto escrito por Bangu.⁹¹ Por outro lado, a iniciativa do partido em entrar para uma frente popular lhe trouxe benefícios. Olhando para um cenário mais amplo, Hobsbawm considera que o fenômeno das frentes antifascistas e populares foi uma experiência positiva para os partidos comunistas, pois, em sua análise, não existiu “Partido Comunista, por mais insignificante que fosse que não tivesse ganho um terreno relativamente grande”,⁹² conseguindo superar o isolacionismo político, mesmo que, no caso do PCB, isso não tenha sido suficiente para retirá-lo da ilegalidade à qual foi relegado.

Primeiros Passos

Em fins de 1934, as direções partidárias e grupos políticos que sentiam necessidade de unir forças para coordenar uma ação conjunta contra integralistas e a LSN, começavam a apresentar propostas para a organização de uma frente nacional. A ANL foi mencionada em 17 de janeiro de 1935 na Câmara federal, pelo deputado Gilberto Mangabeira afirmando que o movimento iria coordenar a “ação das massas populares na luta pela democracia”. Alguns membros da Aliança gozavam de influência junto aos deputados depois que participaram do Comitê Jurídico Popular de Investigação (CJPI), em setembro de 1934, conseguindo apoio da chamada Minoria Parlamentar, que reunia deputados das bancadas oposicionistas ao governo de Getúlio Vargas, visando uma ação comum de localização e crítica dos atos do governo central.

⁹⁰ “A luta pela revolução agrária e antiimperialista e a posição do partido perante a Aliança Nacional Libertadora”. 23/04/1935. In Vianna, Marly. *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, p.36.

⁹¹ *A Classe Operária*, 1/5/1935 citado em Battibugli, Thaís. *A solidariedade antifascista: Brasileiros na guerra civil*. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p.22.

⁹² Hobsbawm, Eric. *Estratégias para uma esquerda racional: escritos políticos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, p.129.

O CJPI foi formado em resposta à violência policial desferida contra os participantes do I Congresso Nacional contra a Guerra Imperialista, a Reação e o Fascismo, resultando em 3 mortos e muitos feridos.⁹³

As primeiras atas de registro de encontros da ANL datam de março de 1935. Seus participantes reuniam-se primeiramente no quarto andar do prédio número 133 da Avenida Rio Branco na cidade do Rio de Janeiro, capital federal do Brasil, onde foi organizada inicialmente. Participavam destas primeiras reuniões militares, jornalistas, intelectuais e deputados, entre eles Roberto Sissón,⁹⁴ Amorety Osório, Campos da Paz, Benjamim Soares Cabelo, Francisco Mangabeira, Abguar Bastos,⁹⁵ Rubem Braga,⁹⁶ Herculino Cascado,⁹⁷ Trifino Correa, Carlos Lacerda,⁹⁸ que decidiram sobre organização, estatutos, quotas e propaganda da nova entidade. Na reunião de 12 de março de 1935 foi aprovado o estatuto da ANL, determinando que a frente seria uma “associação constituída de aderentes individuais e coletivos, com o fim de defender a liberdade e a emancipação nacional e social do Brasil”, podendo ser membro da frente “os indivíduos ou associações que aceitarem o seu programa”.⁹⁹ Não havia qualquer tipo de restrição nos estatutos da ANL, para que alguém se tornasse membro da mesma, algo que na prática foi confirmado, por não ser verificado denúncias de expulsão ou de não-aceitação contra a Aliança.

⁹³ Informações retiradas de Vianna, *revolucionários de 35*, op. cit., p. 109.

⁹⁴ Roberto Sissón nasceu no Rio de Janeiro em 21/02/1899, tornou-se oficial da marinha. Em 1932, ingressou no Partido Socialista Brasileiro. Em 1934, começou mobilização para a formação da ANL.

⁹⁵ Abguar Bastos nasceu em 1904, em Belém do Pará. Foi eleito deputado federal, sendo relator de debates da Assembléia Legislativa 1933/1934. Foi membro da minoria parlamentar.

⁹⁶ Rubem Braga nasceu em Cachoeira do Itapemirim (ES), em 12/01/1913, foi cronista, repórter, editorialista, poeta, tradutor e crítico de artes plásticas. Em 1932 cobriu a Revolução Constitucionalista deflagrada em São Paulo, na qual chega a ser preso. Transferindo-se para Recife/PE, dirige a página de crônicas policiais no “Diário de Pernambuco”. Nesta cidade funda o periódico *Folha do Povo*, jornal que divulgava a propaganda da ANL.

⁹⁷ Herculino Cascado nasceu no Rio de Janeiro, em 1900. Militar, ingressou na Escola Naval, no Rio de Janeiro, em 1915. Em novembro de 1924, liderou na baía da Guanabara a sublevação do couraçado São Paulo. Em 1932, combateu o Movimento Constitucionalista deflagrado em São Paulo contra o governo federal. Por essa época, foi designado oficial de ligação entre os estados-maiores do Exército e da Marinha. No ano seguinte, decepcionado com os rumos da revolução e do governo Vargas, desligou-se do Clube 3 de Outubro. Fez parte do efêmero Partido Socialista Brasileiro (PSB), criado no I Congresso Nacional Revolucionário, em 1932. Foi convidado a participar da ANL.

⁹⁸ Carlos Lacerda nasceu no Rio de Janeiro em 30/04/1914. Em inícios de 1934, ainda acadêmico, aproximou-se da Federação da Juventude Comunista, órgão do PCB. Em setembro seguinte, ao lado de Ivã Pedro Martins e de Edmundo Muniz, passou a integrar a comissão organizadora do I Congresso da Juventude do Brasil, promovido pelos estudantes da Faculdade de Direito com o apoio da federação, com o objetivo de congregar os estudantes em torno de posições democráticas, debatendo formas de luta contra a expansão do fascismo no Brasil, representado pela Ação Integralista Brasileira (AIB). Participou do grupo articulador da ANL.

⁹⁹ “Ata da ANL”, 22/03/1935. Aperj, fundo polícia política, setor comunismo, pasta 18a, fls. 246.

Os aliancistas decidiram apresentar oficialmente a nova entidade numa sessão pública realizada às 20 horas do dia de 30 de março, no teatro João Caetano aonde foi lido o manifesto-programa para uma platéia de “5 mil pessoas”, segundo ata aliancista.¹⁰⁰ O investigador da Delegacia Especial de Segurança Política e Social, Serafim Braga, que acompanhou a reunião, contabilizou 2 mil pessoas entre “proletários, considerável número de pessoas de representação social, inclusive oficiais do Exército e da Armada, como também algumas famílias” que terminaram por lotar o recinto. Os assuntos ventilados nos discursos, segundo o investigador, giraram em torno do programa e de críticas desferidas contra os governantes do período.¹⁰¹ Os aliancistas levantaram as bandeiras do antifascismo, antiimperialismo e contra o latifúndio e Carlos Lacerda sugeriu Prestes como presidente de honra da entidade, o que foi energicamente aprovado pelo público presente. O nome de Prestes foi escolhido porque a direção da ANL esperava com ele conseguir adesão de seus antigos companheiros de farda, descontentes com o governo de Vargas, como também de pessoas que admiravam a áurea legendária do cavaleiro da esperança. A aposta funcionou em certa medida, mas não significou necessariamente a absorção de todos os antigos correligionários tenentistas e admiradores de Prestes.¹⁰²

Os cinco pontos da plataforma da ANL (cancelamento da dívida externa, nacionalização das empresas estrangeiras, plenitude das liberdades pessoais, direito a um governo popular, cessão dos latifúndios ao campesinato, mas proteção da pequena e média propriedade) apresentavam similitudes com outros programas de frentes populares formadas, no mesmo período, na América Latina, principalmente o do Chile, um ano mais novo, e o do Peru, favoráveis à justiça social e a reformas econômicas. No Brasil, os núcleos estaduais da Aliança apresentavam outras aspirações, de acordo com às necessidades mais iminentes de cada região. As células paulistas davam atenção especial as condições de trabalho, as células cariocas enfatizavam as questões das liberdades civis.¹⁰³ De sua parte, a célula baiana misturou questões rurais (não-pagamento do forro de terras pelos rendeiros, posse imediata e sem ônus das terras da marinha e proibição de venda de mais de cem hectares de terras devolutas) e urbanas (baixa do preço da gasolina e querosene, diminuição do preço dos transportes, consumo

¹⁰⁰ “Ata da ANL”, 30/03/1935. Aperj. Fundo polícia política, setor comunismo, pasta 18a, fls. 248.

¹⁰¹ “Reunião no teatro João Caetano”, 30/3/1934. Aperj, fundo polícia política, setor comunismo, pasta 18a, fls. 229.

¹⁰² Pinheiro, *estratégias da ilusão*, op. cit., p. 272.

¹⁰³ Levine, *o regime Vargas*, op. cit, p. 112.

de energia e telefone), atentando para as reivindicações da classe média, assim como dos trabalhadores (salário mínimo e regime de oito horas de trabalho para os trabalhadores de campo, unidade sindical e aumento salarial para os operários em geral), mulheres (salário igual para as mulheres) e estudantes (autonomismo universitário).

A sessão da ANL baiana começou a ser organizada em abril, pouco depois da reunião no teatro João Caetano (RJ), num escritório localizado na rua Chile, n 19, 3º andar, sala 3, com “expediente diário das 17 às 18 horas”, para onde as pessoas poderiam “remeter listas de adesão e apoio ao movimento aliancista”,¹⁰⁴ conforme fora anunciado no *Diário da Bahia*. O diretório composto pelos advogados Edgard Matta (presidente), Cantidio Teixeira (vice-presidente), o engenheiro Valle do Cabral (secretário geral), doutorando Fernando Marques dos Reis (sub-secretário) e Lourival Nascimento (tesoureiro),¹⁰⁵ refletia uma condição comum nos núcleos aliancistas: células com hierarquia de partidos e homens de classe média ocupando os postos de direção. O fato dos fundadores da ANL serem homens de classe média não se configurou num empecilho para que, outras classes e grupos sociais aderissem a entidade, principalmente mulheres e trabalhadores, ávidos por representação política e que buscavam novos canais de expressão social e institucional. A frente atraía porque congregava tanto reivindicações por diferentes demandas sociais e políticas como a luta contra os integralistas, um passo adiante em relação as outras frentes de esquerda formadas no período. Segundo Castro, que faz uma comparação entre a FUA e ANL, a FUA não conseguiu permanecer muito tempo no cenário, pois reunindo apenas partidos de esquerda, não aceitando adesões individuais e fazendo frente apenas a AIB, foi derrotada politicamente pela ANL que se propunha a uma luta mais ampla por reformas sociais.¹⁰⁶

Muitos entraram nesse bonde chamado desejo de democracia, liberdade e justiça social, tão presente nos manifestos da ANL, na esperança de que pudessem concretizar suas demandas, como também transformar o cenário político brasileiro. De certa forma, diversas histórias se entrecruzaram na ANL. Todo um discurso foi formulado para conquistar a simpatia de diferentes grupos, principalmente os trabalhadores, pois suas mobilizações grevistas que começaram a aumentar reluziam como ouro. Entender qual o discurso produzido pela ANL para atrair os diferentes grupos sociais e o que cada um

¹⁰⁴ *Diário da Bahia*, 16/4/1935. Bpeb, setor de jornais raros.

¹⁰⁵ *Diário da Bahia*, 31/5/1935. Bpeb, setor de jornais raros.

¹⁰⁶ Castro, Ricardo. “A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil” In *Topoi*, nº 5, 2002, p. 379.

deles pretendia ou qual o seu principal interesse em participar da nova entidade, serão nossos próximos passos.

Capítulo II: Movimentos sociais e o discurso Aliancista.

As frentes populares são a estratégia socialista
que mais assusta os inimigos.
A reação prefere que os revolucionários se isolem;
quanto mais sectário o espírito, melhor.¹

Eric Hobsbawm.

Em 21 de maio de 1935, líderes aliancistas dirigiram-se para a feirinha do Japão no bairro da Liberdade, local de intenso comércio e moradia de trabalhadores, para professar mais um discurso, anunciado dias antes em um jornal de circulação diária. Antes passaram no centro dos rendeiros para solicitar a cessão de sua sede para abrir um núcleo aliancista, e também para tratar da adesão dos rendeiros à ANL. Após conseguir o apoio desejado naquela entidade, discursaram para uma platéia de cerca de 200 pessoas, inclusive um investigador do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).² Em meio à presença da polícia política, o discurso em praça pública se configurou numa praxe dos nacional-libertadores. Tendo o comício como meio de propaganda mais utilizado para atrair afiliados e simpatizantes, percorriam sindicatos e bairros populares em busca de adeptos.

A Liberdade àquele tempo apresentava um quadro de abandono. Ruas sem calçamento e esburacadas, impedindo que os bondes trafegassem em todo o bairro, iluminação escassa e deficiente, ausência de saneamento básico e água encanada, o que levava a população a consumir água de fontes, ocorrendo surtos de impaludismo e doenças congêneres.³ Em 1932, foi local do primeiro Plenum do Comitê Regional baiano do PCB⁴ e, em 1935, voltava a ser cortejada pelas esquerdas, através da frente popular aliancista. Além da feirinha do Japão, os nacional-libertadores discursavam também no Pelourinho, Campo Santo e Plataforma, entre outros bairros. Falavam sobre o conteúdo social do programa da ANL, de sua validade, nas vantagens que a entidade traria, criticavam o governo e diziam acreditar no povo, em suas virtudes, em seu

¹ Hobsbawm, Eric. "Cinquenta Anos de Frentes Populares". In *Estratégias para uma Esquerda Racional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, p. 135.

² *Diário da Bahia*, 22/5/1935. Bpeb, setor de jornais raros.

³ *Diário da Bahia*, 23/2/1935, 2/12/1933. Bpeb, setor de jornais raros.

⁴ *O Momento*, 25/6/1945. Bpeb, setor de jornais raros.

espírito oprimido pelos governantes e empresários. Prometiam falar em nome da platéia, dos ignorados e dos anônimos. Diziam desejar ser a voz do povo.⁵

Trabalhadores e Aliança Política

Uma forma de examinar a permeabilidade da ANL aos trabalhadores é investigar sua relação com o movimento sindical que estava em processo de reconhecimento pelo Governo Vargas, ao mesmo tempo em que era disputado por variadas agremiações políticas, tanto de esquerda como de direita. Havia descontentamento por parte dos operários, demonstrado nas greves do período, por conta do não-cumprimento das leis trabalhistas pelo patronato, das péssimas condições de trabalho e da inoperância do poder público, que não conseguia fazer valer os seus decretos.

Ao criar o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC), em 1930, Vargas pretendia empreender um processo de transformação a partir de cima, tentando coordenar o associativismo sindical. Ao mesmo tempo em que o governo criava mecanismos para a inclusão social, respondendo a uma demanda continuamente reivindicada pela população trabalhadora, gerava outros dispositivos para a sua exclusão. Segundo Paoli, no governo Vargas ocorreu a “apropriação estatal dos direitos sociais”, de um lado e a “exclusão política de seus atores” de outro.⁶ Apesar disso, Gomes argumenta que:

A exclusão da cidadania política se fazia justamente pela ênfase nos direitos sociais de cidadania, ou seja, era preciso desmobilizar partidos e sindicatos livres e mobilizar a população em outro conjunto orgânico – hierarquizado e centralizado – fundado nos sindicatos tutelados pelo Estado, isto é, pelas elites esclarecidas.⁷

Desta forma, a historiadora entende que o projeto de sindicalização acabou se tornando central no governo Vargas, na medida em que “eram os sindicatos os instrumentos necessários a promoção da solidariedade econômico-corporativo dos

⁵ *Este Jornal*. Apeje, DOPS 3913, maço 1717. doc. 171.

⁶ Paoli, Maria Célia. “Movimentos sociais, movimentos republicanos?”. In Teixeira, Fernando (org.). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba, Editora Unimep, 2003, p. 179.

⁷ Este parágrafo e o abaixo tirados de Gomes, *regionalismo e centralização política*, op. cit., pp. 36, 37.

trabalhadores”, conduzindo-os “á consciência cívica capaz de lhes proporcionar os estatutos de cidadania política”.

O projeto de Vargas foi inovador ao buscar responder a essa pressão popular por sua inclusão e participação ao tempo em que procurava apagar de sua memória histórica as mobilizações anteriores dos trabalhadores responsáveis pela aquisição de direitos. Vale ressaltar que esse projeto de inclusão possuía um caráter imprescindível, pois não há formas de se republicanizar um país sem um mínimo de reconhecimento da cidadania das classes operárias urbanas e rurais. Mais de 40 anos depois de proclamada a república, ante a impossibilidade de manter o alto nível de exclusão houve reconhecimento, mas com controle e vigilância.

Por uma via, Getúlio precaveu-se com seu discurso de que o trabalhador brasileiro era, desde sempre, eminentemente ordeiro, humilde e produtivo, lembrando de forma recorrente sua origem rural.⁸ Em outras ocasiões, buscava afastar a inserção de certas correntes políticas no movimento sindical, taxando-as de perigosas e fomentadoras de desagregadores conflitos sociais. Não por acaso, o MTIC exigia “abstenção, no seio das associações sindicais, de toda e qualquer propaganda ideológica sectária, de caráter social, político e religioso”.⁹ Mas, de fato, o “Ministério da Revolução” (o MTIC) não foi exitoso em impedir a existência e reprodução de diferentes correntes políticas no meio sindical e nem sempre conseguiu controlar os conflitos entre patrões e empregados. Os trabalhadores, por sua vez, mostravam-se impacientes com a não-efetivação das leis do governo, e essa ebulição favorecia o trabalho das diversas agremiações políticas.

Os aliancistas perceberam nesse momento de mobilização dos operários um potencial que precisavam trazer como aliado para frente popular. Para tanto, parte das reivindicações dos trabalhadores foi somada ao programa da ANL, assim como em suas campanhas, discursos e manifestos (oito horas de trabalho, salário igual para trabalho igual, descanso semanal obrigatório e remunerado, comitês operários para controle da legislação em cada local de trabalho, seguro social para o sem-trabalho, caixas de pensão e aposentadoria, condições de higiene no local de trabalho).¹⁰ Além do apoio dado as greves, A ANL reconheceu o Congresso Sindical Nacional, organizado pelo

⁸ Negro, Antonio. “Ignorantes, sujos e grosseiros”. In *Trajetos*. Vol 2, nº 4, 2003, p. 13.

⁹ Fontes, *a Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., p. 53.

¹⁰“O governo popular revolucionário”. Apeje, maço 1717, panfleto 11, documento 194.

PCB, resultando na criação da Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB),¹¹ em abril de 1935.

Na década de trinta, a Bahia foi palco de 22 greves, além de campanhas e protestos que não resultaram na cessação das atividades. Em 1931 foi verificada apenas uma greve, a dos têxteis das fábricas Conceição e São Salvador. Temos duas para 1932, a dos motoristas de ônibus e a dos ferroviários da Este Brasileiro. Os índices mais elevados do período são para 1934 com oito paralisações e 1935 com sete movimentos paredistas. Em 1936, os carregadores das docas de Salvador pararam sua lida e, em 1937, os têxteis da fábrica São Braz, os motoristas e cobradores de ônibus e novamente os ferroviários da Este Brasileiro cruzaram os braços.¹² Para outros estados, Araújo contabilizou 27 greves em 1934 e 9 em 1935 no Distrito Federal, 6 em 1934 contra 3 em 1935, em Minas Gerais, e 26 em 1934 e 20 em 1935, para São Paulo.¹³

O que motivou grande parte das greves foram as questões salariais, a não-redução da jornada de trabalho, reconhecimento de entidades sindicais, concessão de aposentadoria para trabalhadores que já preenchessem os critérios legais, folga semanal e criação de institutos de aposentadoria e pensões.¹⁴ Reivindicações essas embasadas ou garantidas na lei, mas que na prática vinham sendo desconsideradas.

Se, por outro lado, considerássemos as milhares de reclamações e iniciativas efetuadas, possivelmente chegaríamos à mesma conclusão do sindicalista e pecebista Armando Mazzo: “a luta para obrigar os patrões a cumprirem as leis trabalhistas foi dura e difícil”.¹⁵ Em suas memórias, ele relata que, em São Bernardo, no ano de 1933, era comum os patrões chamarem os empregados e lhes dar uma folha de papel para assinar, quitando o recebimento de horas extras ou férias remuneradas (quem se recusasse a assinar era demitido). Passado um tempo não recebiam nem descanso, nem dinheiro. Isso, continua ele:

era uma burla, um roubo. Porém, a bem da verdade, era um roubo praticado dentro da lei.

Porque esses papéis assinados eram enviados à DRT - Delegacia Regional do Trabalho. No

¹¹ Araújo, Ângela. *A Construção do consentimento: corporativismo e trabalho nos anos trinta*. São Paulo, Scritta, 1998, p. 232.

¹² Fontes, *a Bahia de todos os trabalhadores*, op.cit., p. 160.

¹³ Araújo, Ângela. “Estado e trabalhadores: a montagem da estrutura sindical do corporativista do Brasil”. In Araújo, Ângela (org.) *Do Corporativismo ao neoliberalismo: estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo, Editempo, 2002, p.54.

¹⁴ Fontes, *a Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., p. 166.

¹⁵ Os dois parágrafos seguintes também retirados de Mazzo, *memórias de um militante político e sindical no ABC*, op. cit., pp. 47, 49,51.

caso do operário reclamar na justiça o patrão se servia dos papéis para provar que tinha pago os direitos do reclamante.

A arbitrariedade o fez procurar a própria DRT que, como órgão fiscalizador e normativo, deveria evitar e resolver abusos, mas em boa parte dos casos somente o fazia sob pressão. Para Mazzo “as leis trabalhistas não caíram do céu”, nem foram “cumpridas porque o governo ditatorial de Getúlio obrigasse os patrões a fazê-lo”. Para ele, era necessário pressionar, e as paralisações exerciam essa função, uma pressão sob patrões e governo. Foi algo semelhante a isso que Mazzo ouviu, em 1934, em uma assembléia no sindicato dos marceneiros de São Bernardo. Recém-chegado do Rio de Janeiro, o pecebista Antonio Alberto Alves explicou que a greve era “uma arma eficaz quando bem preparada”, além de ser uma linguagem que os patrões entendiam, pois mexia com seus bolsos e diminuía os seus lucros.

O mais significativo movimento paredista soteropolitano de 1934, pelo número de adesões que conseguiu, foi deflagrado em fins de agosto pelos profissionais de *tramways*, telefone, luz e força da companhia Linha Circular e Energia Elétrica da Bahia, que tinha seus serviços explorados pela firma estadunidense Bond and Share. A categoria, que já havia parado no início do ano, recebeu apoio dos operários da construção civil, portuários, pedreiros, carpinteiros, alfaiates, curtidores de couro e bancários, que se puseram de braços cruzados parando diversos serviços da cidade, havendo um indicativo de greve geral.¹⁶

Queixavam-se de atrasos no pagamento e más condições de trabalho. Em um memorial publicado no *Imparcial*, o sindicato dos profissionais de *tramways*, telefone, luz e força da companhia Linha Circular e Energia Elétrica da Bahia expunha que os trabalhadores estrangeiros do quadro da empresa recebiam pagamentos elevados e em dia, enquanto os brasileiros tinham um salário baixo em relação ao seu custo de vida. Com o agravamento da crise econômica, houve demissões em massa, supressão do serviço extraordinário e aumento nos descontos sobre os vencimentos dos operários.¹⁷

Na mesma direção, os jornais denunciavam os péssimos e caros serviços prestados pela companhia estadunidense e o descontentamento da população com os mesmos. Os bondes descarrilavam com frequência, provocando prejuízos na cidade, acidentes,

¹⁶ *Imparcial*, 28/8/1934, 29/8/1934, 30/8/1935; *Diário da Bahia*, 29/8/1934, 30/8/1935. Bpeb, setor de jornais raros

¹⁷ *Imparcial*, 17/6/1934. Bpeb, setor de jornais raros.

feridos e mortos.¹⁸ Igualmente precária era a iluminação pública - e esta não existia em todos os bairros. O quilowatt da iluminação particular era elevado, pois as taxas estabelecidas sofriam aumento e diminuição de acordo com a variação do câmbio de Nova York, conforme estava estabelecido no contrato assinado entre a companhia e o governo estadual, em 1928. Depois de seguidos protestos daqueles que tiveram sua luz cortada por não conseguirem pagar a conta, o interventor Juracy Magalhães decidiu intervir e fixar preço provisório para que os consumidores pudessem quitar seus débitos.¹⁹ Os protestos mereciam atenção, pois o aumento dos preços dos serviços da companhia já havia gerado revolta popular com a depredação dos bondes em 1930, no movimento que se convencionou chamar de quebra-bondes. O ato do interventor foi aprovado pela Federação dos Trabalhadores Baianos (FTB). Num telegrama a entidade dizia aplaudir o decreto

que fixou o preço da luz, concorrendo destarte para minorar a situação aflitiva do povo baiano, diante das imposições capitalistas, utilitárias e espera da justiça social de V. Exa., o esforço no sentido da revisão do celebre contrato.²⁰

A greve foi breve e os serviços voltaram a funcionar após acordo, entre patrões e trabalhadores, intermediado pelo governo federal. Mas seu desfecho só aconteceria, semanas depois, quando a categoria conseguiu parte de suas aspirações. Para Segisfredo da Silva e Oscar Noblat dos Santos, diretores do sindicato, o movimento foi vitorioso, na medida em que a Companhia foi submetida às disposições do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio pela primeira vez, pelo número de adesões conseguidas e pela conquista dos direitos efetivados mediante paralisação.²¹

De outro ângulo, o advogado Orlando Gomes, que se tornaria aliancista e ministrava palestras sobre socialismo nos sindicatos, considerou que o movimento não alcançara resultado positivo. Taxou-o de “greve amarela” e julgou que os “orientadores do proletariado da Bahia não estão à altura da missão que desempenham”, por terem aceito a intermediação do governo. Em linguajar peculiar, explicou que sendo “um dos contentores uma empresa estrangeira que opera num país semicolonial, satélite de Wall Street” e - “conhecida à natureza do Estado burguês” - concluiu que nada fora

¹⁸ *Imparcial*, 24/2/1934, 29/3/34, 12/4/34, 13/4/34, 23/5/34. Bpeb, setor de jornais raros.

¹⁹ *Imparcial*, 10/3/1934, 16/3/34, 21/3/34, 09/6/34. Bpeb, setor de jornais raros.

²⁰ Telegrama, 20/3/1934. CPDOC, JM/Municípios cig (salvador 16).

²¹ Fontes, *a Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., p. 173.

solucionado e por fim afirmou que o desfecho da greve foi “sem receio de contradita, uma autêntica e insofismável capitulação”.²² Preso em suas próprias concepções, Orlando Gomes não valorizou o significado dos parcos ganhos do movimento nem o poder de barganha dos operários. Em acréscimo, o MTIC para além do papel que lhe foi atribuído de controlar o movimentos sindical, por vezes, foi utilizado, indiretamente ou explicitamente, como árbitro de conflitos.²³

Para atrair os trabalhadores em suas fileiras, a ANL formulou um discurso mais comedido, assim como não organizou sindicatos paralelos aos “ministerializados”, limitou-se a criticar o governo e a apoiar as ações grevistas dos operários. Os documentos aliancistas expunham um rol relativamente extenso dos problemas nacionais, vivenciado tanto por trabalhadores como pela população em geral. Era comum os panfletos referirem-se à crise econômica, ao descalabro social, denunciarem falhas do governo e promoverem agitação em favor dos consumidores, pedindo a redução dos preços de produtos e serviços. Colado às reivindicações dos trabalhadores, promoviam campanhas e confeccionavam parte de seus manifestos, mesmo porque muitos núcleos aliancistas funcionavam em sindicatos. Em um panfleto assinado pelo núcleo ferroviário carioca da ANL estava posto que as condições econômicas dos trabalhadores se agravavam pelo sucessivo aumento dos gêneros alimentícios. Em acréscimo, havia uma vida sem conforto e precárias condições de trabalho, devido “a falta de higiene, excesso das horas de trabalho, a não concessão de férias e de folga”.²⁴ Em um outro panfleto aliancista, podia-se ler que a cada dia aumentava o preço dos “gêneros de primeira necessidade”. “Sobem os gêneros, a roupa, a casa e as empresas estrangeiras como a Light, a Leopoldina, a Cantareira, projetam aumento nos preços das passagens, volta a cobrança em ouro”. A consequência imediata disso, concluía o manifesto, era que a vida ia “ficando cada vez mais difícil porque sobe o preço das utilidades enquanto os salário se mantém no mesmo nível e as vezes são reduzidos de 10, 20 ou 30%”.²⁵

Ao levantar a bandeira do antiimperialismo, a entidade empreendia forte embate discursivo contra as empresas estrangeiras, a exemplo da Bond and Share, Great Western of Brasil Railway, Leopoldina Railway, Light and Power, Standard Oil, entre outras que controlavam serviços públicos nacionais importantes, em vários estados,

²² *Diário da Bahia*, 1/9/1934. Bpeb, setor de jornais raros.

²³ Negro & Gomes, “além de senzalas e fábricas”, op. cit., pp. 217-240.

²⁴ “Ferroviários”. Aperj, fundo polícia política, setor comunismo, pasta 17a.

²⁵ “Ao povo brasileiro”. Aperj, fundo DESPS. Panfleto 1125.

principalmente transporte, energia e comunicação. As críticas aliancistas giravam em torno das desvantagens trazidas por essas companhias que, alegavam elas, não melhoraram os serviços nem impulsionaram a economia brasileira; ao contrário, encontrando mão-de-obra barata e cobrando elevados preços à população pelos seus serviços, as companhias estrangeiras tinham lucro elevado, além de serem beneficiadas pela isenção de impostos. Um panfleto nacional-libertador baiano afirmava que:

Os lucros fabulosos das companhias imperialistas já ultrapassaram, de muito, o capital por elas investido. E, entretanto, continua o país com uma fabulosa dívida externa; continuam os capitalistas estrangeiros a dominar nossos serviços públicos, nossas fontes de energias e os nossos meios de comunicação.²⁶

O investimento de outros países no Brasil era relativamente alto, em especial dos ingleses e americanos, como indica Rose. O autor, em seu livro *Uma das coisas esquecidas*, expõe uma tabela aonde a dívida externa brasileira mantinha-se igualmente elevada, com pequenas variações entre os anos de 1928 a 1935. A solução apresentada pela ANL, a curto prazo, era a revisão dos contratos com as companhias de energia e transporte, conforme estava posto no item seis das reivindicações imediatas do programa aliancista baiano: “revisão dos contratos da companhia Energia Elétrica e Linha Circular”, além da “baixa dos preços de transportes, consumo de energia e telefone”,²⁷ de acordo com o anseio da população que frequentemente queixava-se da carestia de vida. No programa nacional falava-se em “cancelamento da dívida externa e nacionalização as empresas estrangeiras”.²⁸

Os aliancistas igualmente censuravam, em manifestos, a propaganda do governo relativa ao projeto corporativista que pregava colaboração entre estado e trabalhadores. Num panfleto alertavam: “Quando o chefe do governo” diz que “é preciso que o proletário participe de todas as atividades públicas como elemento indispensável de colaboração social” ele “pretende fazer com que o governo e proletário se apoiem mutuamente”. Entretanto, contrapunham os aliancistas, “sabemos todos qual é a situação dos trabalhadores no Brasil. Sua situação econômica é dolorosa”.²⁹ Ao ver da ANL, as medidas trabalhistas não beneficiavam, como se propunham, o operariado.

²⁶ “Pela Libertação do Povo Brasileiro”. Manifesto da ANL baiana. Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM), fundo IC, rolo 495.29.86, panfleto 8.

²⁷ *Diário da Bahia*, 31/5/1935. Bpeb, setor de jornais raros.

²⁸ Citado em Levine, *o regime Vargas*, op. cit., p. 112.

²⁹ *Folha do Povo*, 9/7/1935. Apeje.

Apesar disso, buscava não tecer amplas críticas aos sindicatos que haviam se “oficializado”, conforme faziam os anarco-sindicalistas,³⁰ sustentando que os operários deviam reclamar o direito de organizar-se livremente, e reivindicar “unidade sindical e livre ação trabalhista pela defesa dos interesses e direitos trabalhistas”.³¹ Em um artigo, sugestivamente, intitulado “Operariado está algemado”, insinuava-se que a incorporação dos sindicatos ao Estado não estava sendo proveitosa, pois o governo não era democrático:

os sindicatos operários vivem todos sob a intervenção ostensiva ou indireta do Ministério do Trabalho. Suas reuniões são rigorosamente controladas pela polícia política. O direito de reivindicar melhorias, desde a elementar prerrogativa da recusa de condições de trabalho inaceitáveis e o recurso legítimo a greve, constituem delitos pela legislação totalitária.³²

Uma vez mais, aos olhos da oposição, o fascismo italiano pairava como um espectro sobre a política brasileira. Assim como associaram o governo Vargas ao regime fascista, as leis trabalhistas foram comparadas à *Carta del Lavoro* italiana. Segundo Michael Hall, que tratou sobre a tênue relação entre os dois regimes, de fato havia semelhanças entre a política trabalhista italiana e a brasileira. O que diferiu, entre outras coisas, foi que no Brasil as mudanças vieram em conta-gotas, já que as primeiras leis sindicais de 1931 e 1934 incluíam “elementos liberais numa estrutura predominantemente corporativista”. A partir de 1937 as similaridades se acentuaram, em especial com a declaração de ilegalidade das greves e em alguns itens relativos ao trabalho contidos na Constituição brasileira de 37 retirados da *Carta del Lavoro*. Apesar disso, as leis trabalhistas formuladas no governo Vargas “acabaram provando ser únicas em sua longevidade”.³³

³⁰ Para informações mais detalhadas sobre a posição dos anarco-sindicalistas e comunistas em relação à lei de sindicalização ver Araújo, a *construção, op.cit.*, pp. 199-202, 225-235. Segundo Edilene Toledo, houve uma tendência a chamar os operários envolvidos em diversas correntes de esquerda (socialismo, sindicalistas revolucionário, etc) de anarquistas. Parte do equívoco vem da disposição de “incorporar o sindicalismo revolucionário ao anarquismo, com o nome de anarco-sindicalismo”. Toledo, Edilene. *Anarquistas e sindicalismo revolucionário: Trabalhadores e militantes em São Paulo na primeira república*. São Paulo, editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

³¹ Programa das reivindicações imediatas da ANL baiana. *Diário da Bahia*, 31/5/1935. Bpeb, setor de jornais raros.

³² *Folha do Povo*, 9/7/1935. Apeje.

³³ Hall, Michael. “Corporativismo e fascismo: as origens das leis brasileiras” In Araújo, Ângela. Ângela (org.) *Do Corporativismo ao neoliberalismo: estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo, Editempo, 2002, pp. 17, 18, 22, 27.

Esse último ponto evidencia que não é possível menosprezar o impacto que as leis trabalhistas tiveram entre os operários, no momento mesmo do seu anúncio, pois estas estabeleceram a legitimidade dos sindicatos, amparavam o empregado e os acolhia no ordenamento da República, ou seja, continham uma concessão positiva de benefícios. Um ponto não menos relevante foi o fato de um número crescente de sindicatos terem se oficializado entre 1932-35 (ver tabela I).

João Lopes, militante do PCB, relembra que era contra o registro dos sindicatos ao Ministério do Trabalho. Quando de um congresso realizado no Rio para a filiação dos sindicatos ao MTIC, ele e seus companheiros de militância pressionaram os delegados dos sindicatos. “Não vota com o Salgado Filho, não vota com esse cara não”, recomendavam.³⁴ Com aviso de que seria preso, João fugiu para o Espírito Santo e os companheiros que sustentavam a tese da não-oficialização perderam. “A maioria não quis”, comentou ele. Foi porque a maioria não quis que o PCB e os trotskistas foram mudando de postura. Abandonaram, a partir de 1933, sua resistência aos sindicatos “oficializados” e passaram a atuar nestes buscando apoio na luta contra a política do Ministério do Trabalho. Os anarcossindicalistas que mantiveram sua defesa pelas organizações autônomas, terminaram por perder influência no movimento sindical.³⁵

³⁴ Gomes, Ângela (org). *Velhos militantes: depoimentos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1988, p. 100.

³⁵ Araújo, “estado e trabalhadores”, pp. 49, 50.

Tabela I. Sindicato de empregados, segundo ano de reconhecimento por estado da Federação.³⁶

Estados	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	total
Alagoas	-	4	2	1	-	1	7	15
Amazonas	-	-	-	9	3	9	3	24
Bahia	-	1	20	8	8	21	15	73
Ceará	-	-	1	2	14	25	7	49
Distrito Federal	23	23	22	9	13	11	7	108
Espírito Santo	-	4	10	12	8	2	4	40
Goiás	-	-	-	-	-	-	3	3
Mato Grosso	-	-	1	3	-	4	5	13
Maranhão	-	-	6	2	-	11	16	35
Minas Gerais	-	1	21	29	3	27	28	109
Pará	1	10	11	2	-	27	10	61
Paraíba	-	-	2	1	2	-	-	5
Paraná	10	6	6	-	-	1	4	27
Pernambuco	-	8	9	5	6	17	14	59
Piauí	-	-	3	5	1	3	2	14
Rio G. do Norte	-	-	3	3	-	3	2	14
Rio G. do Sul	-	6	48	19	-	38	47	158
Rio de Janeiro	4	24	29	21	1	22	21	122
Santa Catarina	-	19	9	4	1	4	4	41
São Paulo	2	6	51	25	16	18	30	148
Sergipe	1	2	3	6	1	2	6	21
Total	41	114	258	166	77	246	224	1126

Desses dados depreende-se que foi expressivo o número de sindicatos que decidiu por se oficializar, isso tanto em estados aonde a historiografia considera ser menor a tradição organizativa de lutas dos trabalhadores (Santa Catarina, Pará, Paraná) como nas unidades mais urbanizadas e industrializadas (Rio de Janeiro, São Paulo). Isso demonstra que a política sindical adotada no governo Vargas, juntamente com a

³⁶ Araújo, “estado e trabalhadores”, op. cit., p. 54, 55.

repressão policial empregada contra os resistentes à legislação oficial, criou “condições que tornaram inviáveis a sobrevivência dos sindicatos autônomos”, não sendo porém capaz de produzir um movimento sindical afinado com o discurso do governo e que ao mesmo tempo oferecesse uma confiável base de sustentação. Vale igualmente ressaltar que as greves realizadas na década de 30 foram feitas tanto por sindicatos “autônomos” como, e principalmente, pelos “oficiais”, que lutavam pela efetivação das leis.³⁷

Na Bahia, foi em busca de seus benefícios que os ferroviários da Este Brasileiro iniciaram em 26 de março de 1935 sua parede, quando o governo, que pretendia reassumir a administração da Este Brasileiro, perdeu a disputa judicial com a companhia francesa Chermis de Fer, que explorava os serviços da Este desde 1910.³⁸ As ferrovias da Este Brasileiro faziam ligação entre Bahia e Minas e Bahia e Sergipe, como também de outras regiões do Nordeste. Além da nacionalização da companhia, os operários tinham questões próprias do mundo do trabalho para reivindicar, denunciando o não-cumprimento das leis trabalhistas e também a exploração e maus tratos sofridos.³⁹

A categoria voltou às atividades em 30 de março “sob condição de só servirem ao Governo da União, de quem unicamente se consideram serventuários”, ameaçando nova paralisação caso os ex-arrendatários da Companhia Francesa viessem a ter qualquer interferência na administração das estradas.⁴⁰ Porém, somente em outubro de 1935 o governo conseguiu reverter o veredicto anterior, assegurando o controle da companhia.⁴¹

Através deste movimento paredista pode-se perceber que, o fato de algumas das reivindicações dos trabalhadores já estarem prescritas em lei, gerava expectativa por parte dos operários pela concretização dos direitos. Os trabalhadores mostraram nutrir esperanças de que a estatização da companhia pudesse resultar na efetivação das leis. Realmente, as leis trabalhistas foram recebidas de forma positiva entre os trabalhadores, pois, de acordo com Ferreira, “sem alguma repercussão em suas vivências, o governo Vargas não teria alcançado o prestígio que obteve entre os trabalhadores”, a partir dos anos 30. A respeito disso, Rose nota que as reformas trabalhistas de Lindolfo Collor, primeiro ministro do MTIC, “tiveram tamanho impacto emocional na classe

³⁷ Araújo, “estado e trabalhadores”, op. cit., pp. 53, 55, 56.

³⁸ Fontes, *a Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., p.175.

³⁹ *Diário da Bahia*, 30/3/1935, 31/3/35. Bpeb, setor jornais raros.

⁴⁰ *Diário de Notícias*, 30/3/1935. Bpeb, setor jornais raros.

⁴¹ Fontes, *a Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit, p. 177.

trabalhadora que ele, quando viajou pelo norte do Brasil em novembro de 1931, foi acolhido com recepções ruidosas em cada parada”.⁴²

Esse tipo de manifestação dos trabalhadores foi digerida com dificuldade por parte das esquerdas. Diante das evidências, recusaram-nas muitas vezes. O PCB, por exemplo, buscando fazer oposição ao governo, procurou desvincular a imagem governamental dos “supostos` benefícios que os operários receberam com a legislação trabalhista”,⁴³ como também atribuiu significados depreciativos às ações de reconhecimento.

No Rio de Janeiro, em relação a uma concentração de trabalhadores convocada pela União dos Empregados do Comércio e os sindicato dos estivadores com a finalidade de homenagear o Ministério do Trabalho, a CSUB, de orientação pecebista, foi taxativa em afirmar que não havia motivos para os “trabalhadores agradecerem ao governo a instalação de alguns institutos de aposentadoria e pensões”, pois, a seu ver, estes foram conseguidos pela força dos trabalhadores. “Todas as outras leis sociais que existem e que o Ministério do Trabalho apregoa pelos jornais serem muito adiantadas, os trabalhadores sabem perfeitamente que foram feitas por não serem cumpridas”.⁴⁴

Iniciativas como essas foram vistas também como inconscientes, além de traidoras. Em um manifesto da ANL, talvez influenciado pelo PCB - devido aos termos utilizados que guardam algumas semelhanças – em relação aos telegramas passados por alguns presidentes de sindicatos ao Ministério do Trabalho e ao presidente da República, afirmando solidariedade, perguntou-se:

Solidariedade de quem? [...] Desses 2 ou 3 presidentes de sindicatos que fizeram o triste papel de lacaios do patronato e traidores de sua corporação?

Na hora do Brasil de consciência, o Brasil heróico das lutas populares e das greves por mais pão se levanta e inicia sua revolução salvadora, nessa o proletariado estará com o povo, estará com os defensores do Brasil verdadeiro e não com aqueles que entregam ao estrangeiro nossas riquezas que nos aprisionam aos regimes de tortura, rilha e escravidão.⁴⁵

A acusação de inconsciência dos trabalhadores que realizavam essas ações de reconhecimento foi feita, em seu próprio tempo e lugar, por intelectuais e partidos

⁴² Rose, *uma das coisas esquecidas*, op. cit., p. 29.

⁴³ Ferreira, “o nome e a coisa”, op.cit., p. 23.

⁴⁴ “Trabalhadores”. Aperj, fundo polícia política, setor comunismo, pasta 16 E.

⁴⁵ “Proletariado! Defendamos nossos sindicatos!”. Aperj, fundo polícia política, setor comunismo, pasta 17a.

políticos. Ângela de Castro Gomes procura rejeitar essa idéia de que os trabalhadores eram passivos e inconscientes, como também recusa a análise que coloca os políticos como cínicos e inescrupulosos, não considerando o seu interesse político (que difere de boa vontade) na formulação e implementação das leis. De fato, Vargas precisava que algumas das leis estabelecidas em seu governo funcionassem para que seus projetos políticos não definhassem, assim nem sempre as leis foram feitas para “inglês ver”. Em acréscimo, Gomes analisa que a relação entre Estado e classe operária foi mais dinâmica, pois os trabalhadores tinham contato com “políticos cujas bases de atuação excediam o personalismo e se combinavam com instituições partidárias e sindicais e também com políticas públicas de alcance social”.⁴⁶

Reproduzindo Discursos

A ANL, por vezes, tendeu a reproduzir certos discursos que circulava entre governo, intelectualidade, direita e esquerda.⁴⁷ Um desses foi a imagem do trabalhador como gente desvalida. Em passagem pela Bahia, em 27 de junho de 1935, na caravana aliancista, Roberto Sissón, secretário-geral da ANL,⁴⁸ enviou um telegrama aos deputados da bancada baiana revelando que ficou “profundamente chocado” ao ver o “aspecto miserável do povo trabalhador da Bahia”. Reclama não saber onde está o “interesse da bancada por aqueles que [a] elegeram” depois de assistir “os trabalhadores maltrapilhos aplaudindo delirantemente o apelo da ANL por pão, terra e liberdade”.⁴⁹ No mesmo tom, Lídia Freitas, presidente da União Feminina Brasileira, também componente da caravana, escreveu em artigo ter visto nas plantações de cacau e fumo de Maragojipe, cidade do Recôncavo baiano, os trabalhadores vivendo “dentro da lama, gemendo debaixo do jugo senhorial dos latifúndios baianos”.⁵⁰

A imagem do operário feita pela Aliança variou entre a do humilde que encontrava seu complemento na do herói. Numa greve dos ferroviários da Great West, em Pernambuco, convocou-se “cerremos fileiras ao lado dos operários da Great,

⁴⁶ Gomes, Ângela de Castro. “Reflexões em torno de populismo e trabalhismo” In *Varia*, nº 28, 2002, p. 59.

⁴⁷ Negro, “Zé Brasil foi ser peão”, op. cit., p. 406.

⁴⁸ *Diário da Bahia*, 27/6/1935. Bpeb, setor jornais raros.

⁴⁹ *Folha do Povo*, 9/7/1935. Apeje.

⁵⁰ *Folha do Povo*, 4/9/1935. Apeje.

empenhados nesse momento, em uma heróica luta contra o salário de fome”.⁵¹ O humilde era considerado um bravo por agüentar as privações e lutar por melhores condições de vida e trabalho. Imagem esta recorrente nos manifestos e discursos das esquerdas, em especial do PCB que influenciou os pronunciamentos e manifestos da ANL quando decidiu nela ingressar, terminando por emprestar jargões e teses sobre a sociedade brasileira defendida pelos pcebistas.⁵²

Por vezes, no seu afã de dirigir os movimentos sociais, parte das esquerdas terminou por reforçar e disseminar o discurso construído de desvalia, apatia, desorganização, despreparo, inconsciência e despolitização dos trabalhadores. Desenhando o trabalhador dessa forma, analisa Negro, “abre-se um espaço vazio a espera de um sujeito histórico que [os] arrebate e eletrize”;⁵³ espaço que deveria ser preenchido pela figura de um líder que pudesse guiá-los, tirando-os de seu estado de letargia. Em boletins e circulares, o PCB, por exemplo, não se mostrava tímido em colocar-se como o melhor guia. Ao expor que “as massas continuavam” sendo arrastadas pelos “aventureiros burgueses ou pequenos burgueses” por se “conservarem desorganizadas, desunidas e desorientadas”, anunciava que somente o partido comunista poderia “guiá-las, uní-las e elevá-las à revolução verdadeira”.⁵⁴ Em um documento do CR da Bahia dirigido aos trabalhadores indicava-se que para sair da crise só haveria um caminho, aquele “indicado pelo invencível partido comunista, o campeão de todas as lutas dos explorados e famintos, vanguarda, organizador e guia do proletariado em luta pelas suas reivindicações”.⁵⁵ Em outra circular podia-se ler que “a atividade dos comunistas nos sindicatos é de importância fundamental para o desencadeamento das greves e lutas de massas”. Na continuação do documento recomendava-se que “as dificuldades enfrentadas pelos pecebistas no trabalho sindical” deveriam ser sanadas, pois isto deixava a “massa entregue aos inimigos de classe e aos agentes do ministro do trabalho”.⁵⁶ Em relação a esse discurso, Ferreira termina por ironizar: “Estranha classe operária. Forte o suficiente para revolucionar o planeta, mas

⁵¹ *Folha do Povo*, 10/11/1935. Apeje.

⁵² Sobre a influência das teses pecebistas na ANL ver Prestes, Anita Leocádia. *Luis Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*, Rio de Janeiro, Vozes, 1997, p. 68-69. Vt: Pinheiro, *estratégias da ilusão*, op. cit., p. 275.

⁵³ Negro, “paternalismo, populismo e história social”, op. cit., p. 31.

⁵⁴ “Boletim da comissão Sindical Nacional do Partido Comunista do Brasil”, dezembro de 1930. *A Revolução de 30: textos e Documentos*, op. cit., p. 279.

⁵⁵ “Aos explorados e oprimidos a todos os trabalhadores das cidades e dos campos”. In Vianna, *pão, terra e liberdade*, op. cit., p. 55.

⁵⁶ “Trabalho dos comunistas nos sindicatos e a organização”, 22/6/1935. Aperj, fundo polícia política, setor comunismo, pasta 16b.

‘enganada’ por qualquer líder ‘populista’, ‘totalitário’ ou traidor que apareça no caminho”.⁵⁷

PCB e ANL : fios que se interligaram

Os caminhos entre PCB e ANL se cruzaram a partir de maio de 1935, depois que a nova direção pecebista vislumbrou chegar ao poder utilizando-se da ANL. Nas resoluções do Plenum do comitê central de maio está posto que

com a situação cada vez mais favorável, com o crescimento do movimento revolucionário e da ANL, as nossas tarefas são muito mais importantes dentro e fora da ANL e as perspectivas muito maiores. A ANL torna-se um verdadeiro instrumento de tomada ao poder e para isso tem que mobilizar as grandes massas para levá-las para o Governo Popular Nacional Revolucionário.

O prestígio e a popularidade da ANL nos indica que devemos abrir as perspectivas, agir com audácia e corresponder a vontade de luta das massas.⁵⁸

A partir desta resolução, o partido enviou às suas células e principais dirigentes ordens de organizar e “arregimentar” para a ANL. João Lopes, codinome Santa, rememorou que estava em Natal quando chegou uma ordem para “todos nós, comunistas, entrarmos para a Aliança Nacional Libertadora. Eu queimei com aquilo, discordei e mandaram me chamar ao Rio de Janeiro.” Lopes contou que recebia a *Classe Operária* e cartas clandestinas, ambos indicando que “naquele momento todos os camaradas deviam se filiar a Aliança Nacional Libertadora.”⁵⁹ Diretiva semelhante a recebida por Lopes foi enviada para os membros do PCB da região de Juiz de Fora (MG) pelo Comitê Central. Este escreveu que

os membros do PCB e simpatizantes se devem constituir imediatamente em comissões organizadoras dos núcleos sindicais da ANL e desenvolver sua ação abertamente nos sindicatos, fábricas, etc. como aliancistas para conquistar e mobilizar as massas dentro da

⁵⁷ Ferreira, “o nome e a coisa”, op. cit., p. 97.

⁵⁸ “O governo popular nacional revolucionário e as tarefas do partido” In Viana, *pão, terra e liberdade*, op. cit., p. 49.

⁵⁹ Gomes, *velhos militantes*, op. cit., pp.105, 106.

ANL através de lutas por reivindicações concretas imediatas contra o integralismo. Através deste trabalho de organização, agitação e propaganda, devemos reforçar e ampliar a luta pela unidade sindical e pela frente-única popular anti-fascista, pelo salário mínimo, etc. organizando comícios, manifestações, greves nas cidades e nos campos.⁶⁰

Apesar do amplo apoio e participação do partido ter sido posterior à criação da Aliança, em manifestos, o PCB não deixou de reivindicar a paternidade da ANL e tentar se valer do movimento para conseguir sua legalidade:

Estimado companheiro! A criação da ANL foi iniciativa do PC, a caráter popular revolucionário do manifesto, especialmente o correto e integralmente enviado ao exército e a armada.

O caráter popular combativo de massas que atualmente tem tido a Aliança mostra de uma maneira nova a luta pelo partido comunista. É indispensável lutar com uma energia centuplicada, apoiando-se nas amplas massas, pela legalidade do partido comunista e sob a defesa das massas amplas por sua própria lei a atividade legal das massas do PC.⁶¹

Karepovs analisa que foi hábito dos partidos comunistas reescreverem suas próprias histórias à luz do momento histórico em que estavam atravessando.⁶² Em vista das iniciativas dos PC's em criarem e apoiarem frentes populares mesmo sem uma mudança oficial do Komintern, o que viria a acontecer posteriormente, como também pelo crescimento do movimento aliancista, provavelmente o PCB procurou atribui-se a iniciativa e organização do movimento, buscando obter respaldo. Para Pinheiro, a ANL convinha ao PCB por corresponder a uma política de colaboração com outras forças políticas, o que seria ratificada no VII congresso da IC, ocorrido em 2 de agosto de 1935.

A bifurcação historiográfica em torno da ANL centra-se justamente na questão da sua paternidade. Alguns autores (Hélio Silva, Stanley Hilton, William Waack, Edgard Carone, Robert Levine) defendem que a ANL foi um produto do PCB.⁶³ Enquanto outros historiadores (Paulo S. Pinheiro, Marly Vianna, Taís Battibugli) entendem que a ANL foi criada por diferentes forças (partidos, democratas e tenentes de esquerda) e

⁶⁰ Aperj, fundo polícia política, setor comunismo, pasta 18.

⁶¹ Aperj, fundo polícia política, setor comunismo, pasta 18, fls. 202.

⁶² Karepovs, *luta subterrânea*, op. cit., p. 33.

⁶³ Carone, Edgard. *Anos de Crise*. São Paulo, Editora Ática, 1991; Hilton, Stanley. *A Rebelião vermelha*. Rio de Janeiro, Distribuidora Record, 1986; Levine, Robert. *O regime de Vargas*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980; Silva, Helio. *1935 – A revolta vermelha*. Rio de Janeiro. 1969; Waack, Willian. *Camaradas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

sobrevivia com certa autonomia ao partido comunista, pelo menos nos seus primeiros meses de existência (março, abril). É interessante notar que, nos dossiês da polícia política, foi defendido a tese da criação da ANL pelo PCB:

no começo do corrente ano, fundada a Aliança Nacional Libertadora, dentro do programa traçado pelo último pleno do Comitern, foi sempre aumentando seu raio de ação. A Aliança Nacional Libertadora fundou núcleos aliancistas na maioria dos sindicatos, coordenou o trabalho de várias associações de classe. Enfim, dentro de um curto prazo formentava a revolução social em todos os setores trabalhistas, ao par de sua atividade junto as oposições políticas, ao governo da república e aos estados.⁶⁴ (grifo meu)

Diferindo do PCB, em sua intenção, a polícia, possivelmente, visava provar a ligação filial da Aliança com o Partido Comunista para colocá-la igualmente na ilegalidade, pois, de fato, o argumento utilizado pelo governo para fechar a ANL centrava-se na alegação de que a entidade era uma fachada para os comunistas. Em alguns documentos confeccionados pela polícia política encontram-se transcritos documentos da Internacional Comunista falando sobre a criação da ANL e das tarefas que o PCB deveria realizar dentro do movimento. Segundo Vianna, em alguns desses documentos, as palavras de Wan Min, membro da IC, foram falsificados pela polícia política.⁶⁵

Assim ou assado, o PCB e a ANL eram organizações que funcionavam paralelamente, não havendo fusão entre elas, pois os grupos sociais começaram a ser envolvidos pelo PCB e ANL concomitantemente, sendo que muitos entraram na Aliança rejeitando o ingresso no Partido Comunista. De fato, a maioria dos aliancistas não era comunista e não teve nem antes nem após a Aliança maiores contatos com o PCB. Porém, algumas pessoas fizeram esse percurso PCB-ANL, ANL-PCB como fios que se interligavam. Giocondo Dias relatou que teve contato com os discursos do PCB quando ainda residia em Salvador, através do jornal *a Nação* que nos idos de 1926, com apenas 13 anos, distribuía no plano inclinado Gonçalves a pedido do pecebista Alberto de Campos que também lhe passava noções sobre o comunismo. Pela dificuldade em conseguir emprego, Dias resolveu ingressar no exército, em 1932, e isso o levou até 21º Batalhão de Caçadores de Natal. Quando a ANL começou a ser organizada no Nordeste, ele ouviu, juntamente com outros militares, uma exposição feita pelo capitão Otacílio sobre a entidade e resolveu ingressar no movimento, mesmo com a recusa da maioria

⁶⁴ “Relatórios sobre atividades comunistas. Aperj, fundo polícia política, setor comunismo, pasta 11b.

⁶⁵ Vianna, *revolucionários de 35*, op. cit., p. 109.

dos seus companheiros de farda que perceberam a ligação da ANL com o PCB.⁶⁶ Em fins de junho, Giocondo decidiu-se por:

dedicar-se ao trabalho de organização da ANL dentro do quartel: Aí, começou o recrutamento do pessoal, dos cabos e sargentos para o movimento da ANL. Nesta época ele entrou formalmente para o partido; deram-lhe uma ficha, ela a assinou. Foram recrutados quase todos os 35 cabos do batalhão.⁶⁷

Intercomunicando-se com a ANL, o PCB conseguiu, mesmo que indiretamente, o espaço político que há muito tempo desejava. De acordo com Araújo, o PCB chegou a se beneficiar da presença dos vários sindicatos que participavam das manifestações da Aliança para concretizar seus intentos de obter maior inserção e fortalecimento de suas posições no movimento operário.⁶⁸ Mesmo porque, segundo uma circular do PCB, este estava enfrentando dificuldades em colocar em prática sua política de união sindical. O pecebista Gusmão, que trabalhava no setor sindical, reclamou num documento que os membros do PCB nem apareciam “nas assembléias dos sindicatos” e os que compareciam o faziam “sem nenhum trabalho partidário, sem combinar, com outros camaradas, ação conjunta dentro do sindicato”. Para Gusmão, os membros do partido funcionavam como “oposição” devido ao “seu sectarismo e mau trabalho”, resultando na “antipatia das massas.”⁶⁹

Vianna avalia que pelo fato do PCB coloca-se com vanguarda do movimento operário ele se questionava, em circulares internas, quanto a sua eficácia em mobilizar as massas, pois se “havia uma agitação em cena, porque isso não era transformado em revolução?”. A resposta estava na “debilidade” do partido. Assim, os pecebistas enxergavam nos problemas do movimento operário em desencadear greves um reflexo de sua ineficiência.⁷⁰ Em suas palavras:

[...] no nosso movimento sindical notamos sérias dificuldades. A situação objetiva é favorável; a vontade de lutas das massas e os motivos para as lutas são cada dia mais numerosos e profundos, por que, então, não se desencadeiam grandes movimentos grevistas de massa? Por que, em momentos decisivos de máximo interesse para o proletariado e para as

⁶⁶ Falcão, João. *Giocondo Dias: a vida de um revolucionário*. Rio de Janeiro, Agir, 1993. pp. 34, 35,40.

⁶⁷ Falcão, *Giocondo Dias*, op. cit., p. 42.

⁶⁸ Araújo, *a construção do consentimento*, op. cit., p. 232.

⁶⁹ “Trabalho dos comunistas nos sindicatos e a organização”, 22/6/1935. Aperj, fundo polícia política, setor comunismo, pasta 16b.

⁷⁰ Vianna, *revolucionários de 35*, op. cit., 158.

massas populares, não se deu ao inimigo a resposta eloqüente de greves poderosas e combativas? É isso que precisamos esclarecer a todo o partido para rompermos com nossas debilidades.⁷¹

Distinguindo-se dos pecebistas, os aliancistas tiveram maior eficácia na conquista de diversos setores sociais e de variadas posições políticas. Fernando Teixeira da Silva, em seu estudo para a cidade portuária de Santos, constata que a ANL conseguiu adesão de “cidadelas tradicionalmente fechadas aos programas políticos defendidos pelos comunistas”⁷² e que os sindicatos ofereciam suas sedes para a realização das “reuniões da organização.”⁷³ Sobre isso, um investigador da polícia política anotou em seu relatório que um núcleo da ANL “foi fundada na própria sede do sindicato dos ferroviários da Rede de Minas, que ficou sendo sede das duas”.⁷⁴

Araújo, por sua vez, ressalta que a ANL contou em muitas de suas atividades com o “apoio e a participação dos anarquistas da Federação Operária de São Paulo (fosp)”. Apesar de a federação ter críticas ao programa da ANL e de manter sua recusa em aderir a frentes de qualquer espécie, declarou sua simpatia pelo movimento.⁷⁵ Em manifesto publicado na Plebe, em 8 de junho, seus dirigentes anarquistas afirmavam:

considerando que a Aliança Nacional Libertadora não é uma organização facciosa, que visa, realmente, o conagraçamento de todos os que aspiram a um regime de justiça e de fartura, de paz e liberdade, sem sectarismo nem paixões partidárias, esta federação, com a franqueza das suas atitudes passadas e dos princípios que animam no presente, visando o futuro, apóia o movimento de opinião que se vem coordenando em torno do tema: Pão, Terra e Liberdade.⁷⁶

O apoio que obteve a ANL, pode ter sido reflexo da amplitude de seu programa assim como o rol das reivindicações apresentadas a sociedade. Além disso, os aliancistas eram receptivos à adesão de diferentes correntes e setores sociais vários, o que chegou a causar estranhamento de alguns. João Alberto⁷⁷ era um dos que pareciam

⁷¹ “Concentremos todas as nossas forças na preparação e desencadeamento das greves, das lutas camponesas e populares”. In Vianna, *pão terra e liberdade*, op. cit., p. 71.

⁷² Silva, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*. Campinas, Editora da Unicamp, 2003. p. 391.

⁷³ Silva, *operários sem patrões*, op. cit., p. 390.

⁷⁴ “Sindicato dos ferroviários”. Aperi, fundo polícia política, setor estados, pasta 22H.

⁷⁵ Araújo, *a construção do consentimento*, op. cit., p. 307.

⁷⁶ Citado em Araújo, *a construção do consentimento*, op. cit., p. 371.

⁷⁷ João Alberto Lins de Barros nasceu em Recife, em 1897. Militar, ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, em 1919. Participou da preparação do primeiro levante tenentista, ocorrido no Rio de Janeiro em 1922, embora não tenha tomado parte na insurreição propriamente dita. Mesmo

não sentir-se a vontade. Numa carta enviada a Prestes, colocou como um perigo para entidade esse ecletismo dos participantes que poderia “degenerar em confusão e desmembramento”. Em seguida queixou-se que as adesões não eram controladas: “assim como adere hoje um velho lutador, ingressa amanhã um casca grossa qualquer que só serve para desmoralizar o movimento, impedindo muitas vezes a entrada de elemento melhor”,⁷⁸ explicou ele um dos motivos da sua discordância em entrar para a ANL.

O também militar Apolônio de Carvalho relatou em suas memórias que no início não se interessou pelo movimento. Incomodou-o, sobretudo, o fato de não ter sido proposto o fim do capitalismo em “desacordo com os escritos de Bakunin e Marx” que faziam parte das suas leituras e que por isso o programa aliancista lhe parecia “demasiado cor-de-rosa”.⁷⁹ Tinha ele preferência por algo mais radical, mas se viu entrelaçado pelos fios urdidos do seu comandante, Moesias Rolim, que se esforçou para conseguir sua adesão, sendo vitorioso em seus intentos. De fato, o programa do Governo Popular Nacional Revolucionário defendido pela ANL deixava claro que nele “estariam representados todas as camadas sociais, inclusive a burguesia nacional pelos seus elementos realmente antiimperialistas e antifascistas”.⁸⁰ Admitia-se que os meios de produção não seriam socializados: apenas haveria uma melhora nas condições de trabalho e vida do operário. Enquanto, isso gerava desconfiança em alguns, revelava-se como um atrativo para outros, em especial aos setores médios, mesmo porque o programa havia sido formulado por representantes desta e eles ocupavam os altos postos dos núcleos formados nos vários estados do país. Segundo Basbaum, 70% dos membros da ANL advinham da classe média: baixa e média oficialidade do exército, professores, burocratas, funcionários públicos, advogados, jornalistas.⁸¹

assim foi preso por cinco meses. Após ser libertado, transferiu-se para o município de Alegrete (RS), onde retomou suas atividades conspirativas. Participou dos levantes deflagrados no interior do Rio Grande do Sul, a partir de outubro de 1924. João Alberto desempenhou papel de relevo na Coluna, tendo sido o comandante de um dos quatro destacamentos em que se dividia o exército rebelde. Após a instalação do novo regime, foi nomeado por Vargas delegado militar da revolução e, posteriormente, interventor federal no estado de São Paulo, medida que abriu grave crise entre o novo governo e os grupos dirigentes daquele estado. Sua gestão à frente do governo paulista foi marcada por medidas polêmicas, como a autorização para o funcionamento do Partido Comunista Brasileiro. Em 1934, elegeu-se deputado federal constituinte por Pernambuco, na legenda do Partido Social Democrático daquele estado. Por essa mesma agremiação obteve um mandato de deputado estadual constituinte pernambucano, em abril de 1935. Nesse ano, recusou convite feito por Luís Carlos Prestes para ingressar na ANL.

⁷⁸ Carta, 8/6/1935. CPDOC, GV c 1935.06.08/2

⁷⁹ Carvalho, *vale a pena sonhar*, op.cit.,p. 52.

⁸⁰ Karepovs, *luta subterrânea*, op. cit., p.53.

⁸¹ Leôncio Basbaum citado em Saes, Décio. “Classe média e política no Brasil” In Fasto, Boris (org). *História Geral da civilização brasileira*. Vol 3, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991, pp. 497,498.

No entanto, Jonh French nota que o fato de nenhum dos fundadores nacionais da ANL nem do diretório estadual provisório de São Paulo serem operários e estes não serem corriqueiramente convidados a discursar nas reuniões da ANL (numa cidade industrializada como São Paulo), não se configuraram em empecilho para que os trabalhadores de São Paulo prestassem seu apoio à entidade, na medida em que, esta contemplava “as iniciativas independentes do movimento operário”⁸² e oferecia “um governo sensível as suas necessidades”.⁸³ Isso sugere que, como uma via de mão dupla, a ANL consegue atrair para as suas fileiras um número considerável de operários, sendo mais um canal de expressão para garantia e expansão dos seus direitos, numa conjuntura em que os sindicatos eram reconhecidos por um governo que adotava, na expressão de Pinheiro, um “regime de exceção paralelo” à legalidade.⁸⁴

A propaganda política aliancista mostrou-se exitosa, formulando campanhas em favor dos operários, pondo a descoberto as falhas do governo, atacando os problemas econômicos e sociais e pedindo a ampliação das liberdades civis, lhe valendo um número expressivo de aderentes. Logo, talvez por isso, Robert Levine inventariou que dos 89 membros das 16 células municipais do Bahia, 95% eram trabalhadores: “estivadores, operários de linhas telegráficas, padeiros e carpinteiros”.⁸⁵

A ANL se valeu das publicações que difundiam sua propaganda. Os jornais aliancistas (*A Manhã*, *A Platéia*, *Folha do Povo*) publicavam freqüentemente queixas apresentadas pelos trabalhadores enviadas por telegramas e cartas ou prestadas nas visitas a redação dos periódicos. As reclamações giravam em torno, principalmente, de prisões, espancamentos, demissões e da morosidade do MTIC na resolução dos casos. Além dos periódicos, a influência de líderes aliancistas no meio sindical ajudaram no processo de adesão dos trabalhadores, a exemplo de Edgar Matta, que prestava serviços como defensor público para a Federação dos Trabalhadores Baianos (FTB) e em alguns sindicatos baianos,⁸⁶ o que lhe permitiu um bom trânsito entre os operários, indo em sindicatos e bairros populares fazer comícios pela ANL. Igualmente os advogados Raphael Sampaio e Gilberto Andrada e Silva influenciaram os estivadores a engrossarem as fileiras aliancistas em Santos.⁸⁷

⁸² French, Jonh *O abc dos operários: conflito e aliança de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo, Hucitec, 1995. p 59.

⁸³ French, *o abc dos operários*, op. cit., p. 60.

⁸⁴ Pinheiro, *estratégias da ilusão*, op. cit., p. 328.

⁸⁵ Levine, *o regime Vargas*, op. cit, p. 111.

⁸⁶ *A Tarde*, 13/11/1934. Bpeb, setor de jornais raros.

⁸⁷ Silva, *operário sem patrão*, op. cit , p. 391.

Sindicalistas foram, outrossim, importantes na “arregimentação” dos demais operários. Em suas memórias, Apolônio de Carvalho relata que ainda estava indeciso quanto ao seu ingresso na Aliança quando o capitão Rolim lhe apresentou um operário e este o convidou para uma reunião de sindicalistas em Bagé (RS). O trabalhador tinha por missão conseguir a integração dos participantes da assembléia na ANL e gostaria de saber se poderia contar com a ajuda de Apolônio nessa difícil tarefa, já que entre os sindicalistas era grande a influência “anarquista.” Comparecendo a reunião, depois que o trabalhador falou sobre o “conteúdo social do programa” aliancista e da “importância da adesão dos sindicatos” à ANL, Apolônio foi chamado a fazer uso da palavra. Tentado convencer os presentes, ele próprio afirmou ter se convencido de que a nova organização era um “começo promissor para alcançar a sociedade de seus sonhos”,⁸⁸ por considerar o programa aliancista patriótico e democrático.

Apolônio contabilizou cerca de 150 operários na reunião e os resultados desta, a seu ver, foram positivos, pois “até os sindicalistas anarquistas aceitaram entrar na entidade”. No fim da sessão, ele ouviu de um dirigente operário a ressalva que definiria a trajetória da frente popular: “estamos na Aliança, mas atentos, para ver aonde de fato vai dar...”.⁸⁹ Sua fala reforça a suposição de que a ANL apareceu para os trabalhadores como mais uma agremiação no meio sindical, fazendo promessas não tão distantes das feitas por outras entidades. Porém, não deixava de ser vista como um parceiro que poderia ajudar na luta para a concretização de suas demandas e isto levou muitos operários a fornecerem seu apoio.

Para Vargas, a ANL era mais um concorrente perigoso no meio sindical, por ser um movimento autônomo que apresentava um projeto alternativo ao seu. Em carta enviada ao governador de Minas Gerais, Benito Valadares, Vargas procurou preveni-lo sobre “as maquinações comunistas que segundo as últimas informações,” iam “estendendo suas atividades aos Estados sob o disfarce da Aliança Nacional Libertadora”. “O governo está alerta e pronto para agir a qualquer momento”, afirmou Vargas. Depois instruiu “manter vigilância e acompanhar de perto os elementos suspeitos, quaisquer que sejam os rótulos que se apresentem”.⁹⁰ Segundo Michael Hall, o sucesso da ANL é indicativo do quanto “as medidas getulistas não criaram o apoio que o regime esperava e, além do mais, que o sistema sindical ainda permitia uma gama

⁸⁸ Carvalho, *vale a pena sonhar*, op. cit., pp. 55, 56.

⁸⁹ Carvalho, *vale a pena sonhar*, op.cit., pp. 56.

⁹⁰ Carta, 5/6/1935. CPDOC, GV c 1935.06.28/1.

de ações que escapava ao controle do governo”.⁹¹ Se somarmos a vigilância que Vargas advogava em carta ao argumento de que a ANL realmente se constituía numa frente política no meio sindical, podemos inferir que se não fosse as tentativas de comunistas e militares em provocar uma onda revolucionária, Vargas teria de manter-se inquieto com a ANL nos sindicatos.

Mesmo sendo o movimento sindical local fértil para a inserção das correntes de esquerda - havendo condições para que disputassem entre si a organização dos trabalhadores em sindicatos -, a direita também entrou na luta pelo apoio dos operários, verificando-se, em vista disso, conflitos de diferentes agremiações políticas. A direita crescia e avançava rapidamente através da Ação Integralista Brasileira (AIB), criada antes da ANL, em 1932. E, assim como os integralistas desenvolveram um discurso voltado para os anseios dos trabalhadores, a esquerda precisou recalibrar seu discurso e prática para debelar a investida da direita.

Combatendo o Integralismo

O método usado pelas esquerdas contra o integralismo variou, indo desde a ridicularização até a ação direta, com armas de fogo nos comícios, e explosivos jogados contra suas sedes. Os jornais de orientação esquerdista encarregavam-se de desconstruir e ridicularizar os discursos integralistas para desacreditá-los. Antes mesmo de ser formada a AIB, o periódico paulista *O Homem do Povo*, de orientação comunista, criticava os pronunciamentos de Plínio Salgado. Em sua fala sobre harmonia de classes, que se igualava ao do corporativismo estatal, Álcool Motor⁹² comenta que:

“O Sr. Plínio Saldoce quer que haja classe, mas classes iguais. Ou nós somos muito burros ou o sr. Plínio é uma besta. Classes só podem existir em função de uma desigualdade. [...] O Estado ficou atrás do sr. Saldoce. Disse que as classes são mesmo iguais pois que os cidadãos são iguais perante a constituição(...) E no Estado não é má fé. É boa fé. Da boa!”⁹³

⁹¹ Hall, Michael. “Movimentos sociais”. Manuscrito, Campinas. 2004.

⁹² Segundo Augusto de Campos que escreve a introdução da edição fac-similar do *Homem do Povo*, Álcool Motor era um dos pseudônimos de Oswald de Andrade que juntamente com Patrícia Galvão (Pagú) dirigia o jornal. *O Homem do Povo: Coleção completa e fac-similar dos jornais escritos por Oswald de Andrade e Patrícia Galvão (Pagú)*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1989.

⁹³ *O Homem do Povo*, 27/3/1931. Biblioteca central da UFBA.

Entrosados com o governo Vargas, os integralistas defendiam a integração dos grupos profissionais no Estado, sendo os sindicatos concebidos como de direito público e não privado.⁹⁴ Além disso, pregavam a harmonia entre patrões e operários, enxergando o mecanismo da greve como último recurso a ser utilizado. Os integralistas queriam o apoio dos trabalhadores e para tanto participavam das assembleias sindicais juntamente com socialistas, comunistas, sindicalistas revolucionários, entre outras vertentes. A AIB aparecia como um sério competidor de direita, assediando um território tradicionalmente marcado pela presença de correntes de esquerda, um concorrente que pela força demonstrada não deveria ser menosprezado.

A ANL, por vezes, foi acintosa em sua propaganda e ação contra os integralistas. Numa matéria publicada no Jornal *Folha do Povo*, afirmaram que a vitória da AIB significaria a “proibição de todas as atividades dos trabalhadores”, os “sindicatos seriam dissolvidos, os salários reduzidos, nenhum direito ou prerrogativa lhe seriam concedidas”.⁹⁵

E explicavam que a forma mais eficiente de se combater o integralismo seria através da “frente única e as ações de massas”. Fazia-se necessário “desmascarar seu falso nacionalismo”, demonstrando o “seu caráter provocador, policial e reacionário” e também mostrar suas “ligações com o imperialismo e com os agentes de Hitler e Mussolini no Brasil”. Além disso, era preciso “*passar da palavra para a ação concreta e imediata*”, pois o “inimigo não pode nem deve, em hipótese alguma ser combatido apenas no terreno da pura doutrina, da abstração, da teoria”.⁹⁶ (grifo meu).

As brigas em praça pública eram corriqueiras. Agildo Barata lembrou que costumava organizar-se em pequenos grupos e nas tardes de sábado pegavam alguns integralistas para despojavam-lhe das calças, largando-os em plena avenida Rio Branco (RJ) apenas de camisa verde.⁹⁷ O *Diário da Bahia* denunciou, certa feita, que um grupo de “aliancistas-comunistas” cercou um jovem integralista de 18 anos, morador da Liberdade (Ba) e o insultou, arrancou-lhe o distintivo do sigma e depois o espancou, ficando a vítima com várias contusões pelo corpo.⁹⁸ Os trabalhadores eram chamados para protestarem contra os núcleos integralistas abertos nas empresas; além disso, os adeptos da ação direta chegaram a depredar algumas das sedes da AIB.

⁹⁴ *O Imparcial* 30/11/1933. Bpeb, setor de jornais raros.

⁹⁵ *Folha do Povo*, 23/10/1935. Apeje.

⁹⁶ *Folha do Povo*, 23/10/1935. Apeje.

⁹⁷ Barata, *vida de um revolucionário*, op. cit., p. 229.

⁹⁸ *Diário da Bahia*, 17/6/1935. Bpeb, setor de jornais raros.

Chamavam-nos de “galinhas-verdes”, apelido pejorativo dado pelo Barão de Itararé em seu jornal carioca e aliancista *A Manhã*, por causa do uniforme que usavam.⁹⁹ Rubem Braga, que escrevia artigos para o jornal aliancista de Recife a *Folha do Povo*, tentou desacreditar Plínio Salgado publicamente ridicularizando seu bigode, sua magreza, chamando-o de desonesto, charlatão, descontrolado, orador de tolices, fora da realidade objetiva, um aleijado mental.¹⁰⁰ O que o Brasil seria com um líder desses? Braga responde:

Nas mãos magrelas deste homem, o Brasil seria o reino da estupidez, da nebulosidade, da opressão, da exploração (...). Não tenho a menor dúvida de que Plínio é um odioso charlatão. Sua fraqueza moral, sua doutrina cheia de besteiras, seus fins mesquinhos são evidentes.¹⁰¹

Apesar do tom acintoso dos aliancistas, em boa medida, ANL e AIB apresentavam pontos semelhantes: organizavam-se em células com formato hierárquico de partidos, apregoavam o embate contra os capitais estrangeiros e censuravam a falta de iniciativa do governo, vista como a causa dos problemas econômicos e do descabimento social. Ambas eram inspiradas em movimentos internacionais e refletiam as condições nacionais, disputavam entre si a simpatia da classe trabalhadora e dos setores médios; eram nacionalistas, expunham os fracassos da Aliança liberal, buscaram o apoio militar e tencionavam tomar o poder. Enquanto a ANL era antifascista e maldizia o sistema capitalista, a AIB era anticomunista e intolerante com seu caráter anti-semita,¹⁰² sintetizando o fenômeno do fascismo em sua ideologia totalitária, seus símbolos e sua força expansionista. Isso assustava liberais e as esquerdas, que enxergavam tempos difíceis caso a AIB, que estava se tornando uma força significativa no cenário nacional, derrubasse Vargas e assumisse seu lugar. Então, criaram mecanismos próprios e partiram para o confronto.

O enfrentamento aberto entre as duas entidades redundou, por vezes, em ações desmedidas na sociedade. Caso explícito foi a expulsão dos cinco motoristas Clodoaldo Rodrigues, Aniceto Brigido, Arthur Nascimento, Oswaldo Silva, Alpheu Meneses do sindicato dos chauffers sob a alegação de pertencerem à AIB e de fazerem propaganda da mesma dentro da entidade. A exclusão foi baseada no capítulo III do funcionamento

⁹⁹ Mazzo, *memórias de um militante político e sindical no ABC*, op. cit., p.62.

¹⁰⁰ *Folha do Povo*, 6/8/1935. Apeje.

¹⁰¹ *Folha do Povo*, 6/8/1935. Apeje.

¹⁰² Levine, *o regime Vargas*, op. cit., p. 131.

do sindicato, “abstenção no seio da respectiva associação de toda e qualquer propaganda de ideologia sectária de caráter político ou religioso”.¹⁰³

Os motoristas queixaram-se ao MTIC e este enviou a Bahia uma comissão para investigações, que também apurariam a denúncia de “ineficiência, má administração e desvio de verbas” feitas pela FTB contra o inspetor da DRT baiana, Silveira Lobo. Após a diligência, a comissão produziu um relatório, colocando como o motivo mais decisivo do dissídio a contrariedade do inspetor da DRT ante a “atividade comunista da FTB”. Como exemplo da infiltração comuna entre os operários foi utilizado a expulsão dos motoristas sindicalizados. Consta no relatório que não foi feito um rigoroso inquérito pelo sindicato para que tal medida fosse adotada e que “enquanto isso se dá por um lado, por outro, são permitidas em alguns sindicatos manifestações extremistas”.¹⁰⁴

Na fonte examinada, não há indícios claros de que a FTB fosse de orientação comunista nem que os motoristas estivessem fazendo propaganda integralista dentro do sindicato, mesmo assim, ambos os argumentos foram utilizados para resolver, possivelmente, outras questões políticas. Por um lado, o sindicato dos chauffers usou a alegação da propaganda integralista para expulsar associados que não eram mais bem quistos na entidade, por outro, o MTIC sugeria que os sindicatos estavam fazendo uso de seus decretos para beneficiar os comunistas e utilizou-se deste pretexto para pôr em descrédito as denúncias feitas pela FTB contra o inspetor da DRT baiana.

Outros Grupos

A ANL fez também chamados para grupos específicos, como negros, mulheres e jovens. Houve tentativas de aproximação da ANL com a Frente Negra Brasileira (FNB). Ao menos em documento foi mencionado o interesse de estreitar laços com organizações negras num período, em que tanto organizações políticas da classe trabalhadora, quanto partidos políticos não incluíam em seus programas propostas de

¹⁰³ *Diário da Bahia*, 7/11/1934. Bpeb, setor de jornais raros.

¹⁰⁴ Relatório do Ministério do Trabalho de dezembro de 1934. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), seção republicana, caixa 1911, doc 2140.

luta em favor da população negra. Numa circular comentou-se sobre um necessário empenho para direcionar o discurso para os negros.

A ANL precisa utilizar o mais possível, no momento atual, a grande vontade de luta dos negros, despertada pela guerra imperialista contra a Abssínia. Para isso devem ser enviados os maiores esforços e empregados todos os métodos e recursos.

Nos lugares onde houver organizações negras, chamá-las à frente com a ANL contra a guerra, o imperialismo e contra o fascismo pela defesa dos interesses específicos dos negros em cada localidade.

Nas localidades e principalmente nas capitais nas quais não existem organizações negras como a Frente Negra, os aliancistas devem imediatamente tomar iniciativa de sua organização, sem fazer questão de programas radicais, nem de imediata adesão formal a ANL. Tais organizações devem surgir especialmente para a defesa dos interesses dos pretos contra os preconceitos raciais e contra a Abssínia.¹⁰⁵

A FNB foi fundada em São Paulo, em 16 de setembro de 1931 e cresceu rapidamente, sendo que pelas estimativas de um de seus dirigentes, a Frente reuniu no seu auge de 25 a 30 mil filiados.¹⁰⁶ A entidade gozava de certo prestígio entre os negros que a viam como um qualificado porta-voz para reivindicar reformas, demandas e formular campanhas em seu benefício. Segundo Flávio Gomes, a agremiação conseguia articular a questão racial com temas sociais e econômicos como emprego, cidadania, políticas públicas e de imigração. No momento em que se discutia a integração de diversos setores sociais, as lideranças fretenegrinas buscaram politizar a questão racial,¹⁰⁷ defendendo um projeto anti-racista que tinha como principal ideal a integração do negro, como cidadão brasileiro, à ordem social vigente.

Apesar da sua proposta ser de organização de massas, a FNB teve algumas dificuldades em atingir o público alvo, em particular devido às críticas que fazia em editoriais, aos setores da população negra que se envolviam em brigas e desordens.¹⁰⁸ Segundo Barcelar, a frente Negra em Salvador foi rejeitada pela “elite mestiça”, auto-identificada como branca e igualmente por negros que ascenderam socialmente. Sua inserção parece ter sido maior no meio sindical, mesmo porque, ao contrário da

¹⁰⁵ Circular 31. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados (CEDI), seção legislativa, caixa 14.

¹⁰⁶ Domingues, Petrónio. “Constantemente derrubo lágrimas”: o drama de uma liderança negra no cárcere do governo Vargas. Manuscrito, p. 4.

¹⁰⁷ Gomes, Flávio. *Negros e política, 188-1937*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2005, pp. 48, 51.

¹⁰⁸ Gomes, *negros e política*, op. cit., p. 54.

experiência paulista, a Frente Negra baiana foi fundada por um operário e dirigida por negros pobres, sendo que a questão racial exprimia anseios de um contingente majoritário da classe trabalhadora baiana.¹⁰⁹ Mesmo assim, quando do chamado para que os trabalhadores negros baianos realizassem uma atuação diferenciada e particularista, a união sindical baiana afirmou que esse discurso provocava cisões na classe trabalhadora e fez uso do mito da democracia racial para desconsiderar essa proposta: “Na Bahia, os trabalhadores se irmanam independentemente de prejuízos de cor. Não há nos sindicatos, nem pretos, nem brancos, nem mulatos, nem caboclos, há sindicalizados.”¹¹⁰

Como organização nova, a FNB precisava conquistar espaço, prestígio através de alianças e apoio, assim como a ANL que, para conseguir a simpatia da população negra, buscou fazer campanhas pela igualdade dos negros, publicou uma série de artigos exaltando João Candido e no 13 de maio ela organizou um grande ato comemorativo da abolição da escravatura, levantando a bandeira do combate ao racismo. Numa circular do PCB, está apontado como a ANL atrairia os negros:

A Aliança popular deve transformar-se ao mesmo tempo no paladino de lutas pelas reivindicações elementares e pela completa igualdade de direito das massas negras, racial e nacionalmente oprimidas, atraindo à Aliança não somente as organizações revolucionárias locais dos negros, senão também firmando um ato sobre a luta conjunta com a chamada “frente negra”, organização esta que romperá abertamente com o governo reacionário de Vargas e orientará suas atividades com o objetivos revolucionários da Aliança.¹¹¹

Porém, a FNB, com certa frequência, fazia elogios a Getúlio Vargas, buscando apoio e integração no projeto de construção nacional. Além disso, ambos defendiam um projeto político nacionalista e, o governo Vargas demonstrava certa sensibilidade em relação às reivindicações da Frente, acatando algumas delas. Em 18 de março de 1933, o jornal *A Voz da Raça* estampou uma foto que registrava o encontro de Vargas e Isaltino B. Veiga dos Santos, Secretário Geral da FNB “logo após a audiência especial, concedida à Frente Negra Brasileira, no Palácio Rio Negro, em Petrópolis”.¹¹² Mas isto não livrou a entidade de figurar como organização suspeita para a Delegacia Especial de Ordem Política e Social (DEOPS), que realizava um trabalho de vigilância permanente

¹⁰⁹ Bacelar, Jéferson. A frente negra brasileira na Bahia. *Afro Ásia*, n° 17. pp. 79, 80.

¹¹⁰ “Aos trabalhadores da Bahia”, 23/11/1935. CPDOC, JM Municípios cig (salvador/34).

¹¹¹ Apej, fundo polícia política, setor comunismo, pasta 18, fls 207.

¹¹² Domingues, “constantemente derrubo lágrimas”, op. cit., p. 5.

sobre ela. Num relatório sobre o 13 de maio, dois investigadores anotaram as principais vozes e bandeiras levantadas:

Cumpre-nos comunicar-vos que na sede da "Frente Negra Brasileira", realizou-se ontem, à noite, uma sessão comemorativa à data da abolição da escravatura.

Com a presença de avultado número de sócios, a sessão foi aberta às 22 horas pelo presidente da F.N.B., Sr. Justiniano Costa, que sem seguida passou a palavra ao Sr. Francisco Lucrecio, secretário geral. Em seguida falou o Sr. Arlindo Veiga dos Santos, que discorreu sobre o valor do negro livre, citando fatos históricos alusivos à extinção da escravatura negra no Brasil.

Nessa reunião foram inaugurados também os retratos de Luís Gama e Henrique Dias.

Falaram ainda alguns membros de menor destaque, sendo os discursos entremeados de números literários.¹¹³

Os empenhos aliancistas não resultaram em maiores êxitos com a FNB, mesmo porque esta tinha preferências pela direita. Arlindo Veiga dos Santos – o primeiro presidente da FNB – mostrava-se contrário à democracia liberal e fazia apologia do fascismo europeu. O jornal o *Homem do Povo*, em tom de denúncia, falava sobre as articulações entre lideranças fretenegrinas e integralistas, assim como da propaganda nacionalista de viés autoritário veiculada nas páginas do jornal *A Voz da Raça*, órgão oficial da frente. Em seus editoriais, a influência integralista fazia-se presente, assim como críticas aos comunistas que eram identificados como “inimigos da raça”. Talvez porque nos comícios a esquerda, por vezes, reforçava estigmas.¹¹⁴

Possivelmente, a ANL conseguiu maiores contatos com lideranças negras depois que Isaltino Veiga dos Santos foi expulso da FNB, em 1933, e fundou a Federação Nacional dos Negros do Brasil. Segundo o DEOPS, esta organização exercia a função de levar seus adeptos para a ANL. No prontuário de Isaltino consta que ele “filiou-se à Aliança Nacional Libertadora e logo tratou de arregimentar todos os elementos de cor em torno daquele Partido, organizando, para melhor servir aos seus fins, a Federação dos Negros.”¹¹⁵ Petrônio Domingues, que analisa a prisão de Isaltino, acredita que ele ingressou nos movimentos mais por conveniência do que por questões ideológicas. Em sua defesa, ele escudou-se como integralista para livra-se da prisão. Para Domingues, embora Isaltino não pudesse ser qualificado propriamente como integralista, ele

¹¹³ "Comemorações de 13 de Maio", Prontuário nº 1538 (Frente Negra Brasileira) DEOPS/SP, AESP. Citado em Domingues, “constantemente derrubo lágrimas”, op. cit., p.

¹¹⁴ Gomes, *negros e política*, op. cit., p. 79.

¹¹⁵ Ficha de atividades político-sociais de Isaltino Veiga dos Santos. Prontuário nº 2018, Isaltino Veiga dos Santos. DEOPS/SP, AESP. Citado em Domingos, “constantemente derrubo lágrimas”, op. cit., p. 7.

“desfraldava o ideário da direita e jamais abraçou efetivamente a causa da ANL ou da sua organização sucessora, a Frente Popular pela Liberdade.”¹¹⁶

Difícil é avaliar a inserção do discurso aliancista entre a população negra. Apenas que suas idéias de organizar uma frente negra falharam.

O discurso formulado para as mulheres parece ter obtido melhores resultados. A União Feminina Brasileira (UFB) criada em maio de 1935 endossava todo o programa da ANL, como também reivindicava demandas próprias à condição feminina na sociedade.

A inserção gradativa da mulher no mercado de trabalho e sua ocupação do espaço público geravam conflitos na sociedade. Discursos conservadores e moralistas tentavam normatizar o cotidiano das mulheres. Por um lado, o trabalho fora do âmbito doméstico era visto com hostilidade por uma parcela considerável da sociedade, que tecia argumentos de desestruturação familiar e comentários que colocavam em dúvida a moral feminina com associações à prostituição. Por outra via, reforçavam-se os papéis de mãe e esposa como os adequados para serem exercidos pelas mulheres.

A Ação Integralista Brasileira foi uma das entidades formadas na década de 30 que ajudou a difundir esse discurso ao condenar a ausência feminina do espaço doméstico e combater as transformações que atingiram a família após anseios femininos de emancipação; buscavam reorientar o comportamento de suas militantes. Mesmo assim era grande o número de blusas verdes, talvez pela contradição inerente a política da AIB, como nota Laís Reis, que mesmo reforçando papéis tradicionais terminava por mobilizar as mulheres, conduzindo-as para as ruas nas marchas e passeatas que promoviam.¹¹⁷

Mesmo organizações feministas existentes no período, de certa forma, caíram no lugar-comum, reproduzindo práticas, estereótipos e não enfrentando alguns outros. Segundo Almeida, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino que realizou campanhas pelo sufrágio feminino e mobilizou as primeiras candidaturas de mulheres para a câmara federal e estadual não tecia maiores questionamentos a respeito do ideal feminino de fragilidade física e intelectual, passividade e bondade, enquanto temas

¹¹⁶ Domingues, “constantemente derrubo lágrimas”, op. cit., p. 20.

¹¹⁷ Reis, Laís. Educação e assistência social: as estratégias de inserção da Ação Integralista Brasileira nas camadas populares da Bahia em *O Imparcial*, 1933-1937. *Dissertação de mestrado*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2006, p. 75.

como “a crítica ao casamento, família, elogio ao amor livre” entre outros que “tocassem mais profundamente no status quo eram evitados”.¹¹⁸

A UFB parecia ter um discurso mais veemente em sua crítica ao papel secundário da mulher na sociedade. Num manifesto expuseram:

Na escola, a opressão dos que querem fazer da nossa inteligência um sofismo. Na fábrica, substituindo o homem com salários menores e uma menor revolta. No escritório, produzindo tanto quanto um homem e recebendo muito menos que ele. No lar, prisioneiras passivas, tudo criando e nada possuindo. Na sociedade, joguetes cheios de deveres, tudo se nos exigindo, sem direitos, tudo se nos negando.

Lutemos unidas pelos nossos direitos, pelas nossas necessidades, por melhores salários e ordenados, pelo nosso direito de viver.¹¹⁹

A entidade surgiu, segundo seu manifesto, por iniciativa de um “grupo de trabalhadoras manuais e intelectuais”. Apresentava-se como uma entidade nova por discordar “dos programas e normas de ação” das outras organizações femininas já formadas e dizia-se disposta “a lutar pelos direitos econômicos, políticos e sociais.” De fato, os dez itens de seu programa eram voltados para a emancipação econômica, social e cultural da mulher. Os três primeiros itens referiam-se a “luta pelos direitos políticos e civis da mulher”, “igualdade econômica” em relação aos homens e “elevação do nível cultural” promovido através de cursos.

Não é perceptível pelo programa outras nuances do discurso da UFB. Levine comenta que suas lideranças foram duramente combatidas pelos conservadores que taxaram o comportamento delas como imoral e espalhafatoso,¹²⁰ o que talvez não seja suficiente para afirmar que a entidade não tenha formulado igualmente discursos conservadores.

A juventude, estudantes em especial, chegou a se animar com a ANL que agitava a cena política com comícios e campanhas. A agremiação formulou e realizou atividades comemorativas às revoltas tenentistas, ao 13 de maio e a Tiradentes, visto como mártir da independência; eram sessões patrióticas e enaltecidas do povo brasileiro, de seus símbolos e personalidades. Num panfleto aonde concitou-se a população do Rio de Janeiro a participar de um comício popular no Estádio Brasil para

¹¹⁸ Almeida, Maria. *Feminismo na Bahia, 1930-1950*. Dissertação de mestrado. Salvador, Universidade Federal da Bahia, p.107.

¹¹⁹ Aperj, fundo DESPS, panfleto 519.

¹²⁰ Levine, *o regime Vargas*, op. cit., p 117.

comemorar o 5 de julho, exaltou-se: “O heroísmo do 18 do forte, a marcha da Coluna Prestes, data duas vezes gloriosa, mas traída e roubada ao povo pelos aproveitadores, arranquemos para nós a glória do 5 de julho,”¹²¹ incitava o documento a reivindicação desses movimentos.

No início de maio, Salvador foi acometida por um temporal que deixou muitos desabrigados, levando acadêmicos e professores das escolas superiores a se reunirem no anfiteatro da Faculdade de Medicina. Patrocinada pela ANL, os participantes da reunião decidiram organizar uma campanha para auxiliar as vítimas dos desabamentos. Para tanto, foi anunciado na imprensa que um grupo sairia do Terreiro de Jesus angariando donativos pela cidade e todo o povo foi convidado a tomar parte nessa atividade. A caminhada contou com a participação dos estudantes das faculdades, alunos dos ginásios, da Escola Normal e escolas primárias.¹²² Essa ação bem-sucedida, por ter conseguido uma arrecadação significativa, incentivou a ANL a organizar uma nova campanha, que percorreu um caminho diferente: o Comércio e a Baixa dos Sapateiros.¹²³

Essa atividade permitiu à ANL não somente praticar uma ação beneficente e mostrar-se à sociedade como benfeitora, como também pôde difundir seu discurso no meio onde circulou. O resultado foi a abertura do primeiro núcleo universitário da Aliança, na Escola Politécnica da Bahia,¹²⁴ e posteriormente na Faculdade de Direito e Medicina, sendo que o prédio desta última tornou-se um dos “pontos principais de reunião da diretoria da Aliança”.¹²⁵ O edifício da Faculdade de Medicina passou a acolher reuniões políticas depois que ele abrigou os manifestantes que protestavam a favor da revolta constitucionalista, em agosto de 1932, no Terreiro de Jesus, e que por isso foram desbaratados pela polícia na interventoria de Juracy Magalhães.¹²⁶

No dia seguinte foi aberta a seção do 1º Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular da Bahia, na Associação dos Empregados do Comércio. Organizado por Edson Carneiro e Aydano do Couto Ferraz (estudantes de direito e integrantes do núcleo aliancista da Faculdade de Direito). O congresso, que aconteceu

¹²¹ Aperj, fundo DESPS, panfleto 290.

¹²² *Diário da Bahia*, 7/5/1935; *Diário de Notícias*, 7/5/1935. Bpeb, setor de jornais raros.

¹²³ *Diário de Notícias*, 8/5/1935. Bpeb, setor de jornais raros.

¹²⁴ *Diário da Bahia*, 15/5/1935. Bpeb, setor de jornais raros.

¹²⁵ *Diário da Bahia*, 29/5/1935. Bpeb, setor de jornais raros.

¹²⁶ Sampaio, Consuelo. *Poder e representação: o legislativo da Bahia da segunda república, 1930-1937*. Salvador, Assembléia Legislativa, 1992, p. 105.

em cinco sessões, almejava discutir os problemas referentes à cultura, à política e à economia que afligiam os jovens da época. Em manifesto, reclamavam que:

A juventude proletária não encontra trabalho e, quando tal acontece, esse trabalho embora se realize nas mesmas condições do trabalho dos adultos, e com o mesmo número de horas de trabalho, é pago pela metade. A juventude estudantil encontra pela proa a limitação das matrículas, as taxas exorbitantes, o emprego das medidas mais torpes afim de dificultar a educação [...] Falta de instrução primária, sem higiene, sem perspectivas de futuro, mal alimentadas; sofrendo a sífilis, exposta ao alcoolismo e ao crime – a juventude popular do país se encontra num verdadeiro beco sem saída.¹²⁷

Protestavam, da mesma forma, contra a penhora dos bens do país, monopólio da cultura, destruição sistemática das liberdades públicas, a recusa de trabalho, salário baixo para o jovem trabalhador e levantava, como a ANL, a bandeira contra o latifúndio e o imperialismo. Tal estado de coisas impulsionou o grupo de jovens trabalhadores, estudantes, intelectuais e funcionários públicos a organizarem o congresso para “definir sua atitude” sobre sua situação e reunir forças para enfrentá-la, pois, segundo o manifesto, a juventude tinha “enormes reservas de energia e de tenacidade para tornar respeitada e vitoriosa a sua fonte de saber e sua capacidade de querer”, além disso, ela começava a se convencer de que era, de fato, “responsável pelos destinos do país”.¹²⁸

A presença dos integralistas em número expressivo no evento causou conflitos. *O Imparcial* noticiou que a terceira seção do congresso não pode ser continuada, pois “ninguém conseguia se fazer ouvir nem se ater em seus lugares”, até porque “as cadeiras foram arrastadas no salão, sendo algumas atiradas e quebradas no entrechoques”.¹²⁹ A polícia, que já se fazia presente no recinto, precisou intervir para que o conflito fosse dissipado, sendo a seção suspensa.

No quinto dia, houve um concurso de tese e a eleição de uma comissão que representaria a Bahia no 1º Congresso da Juventude Brasileira, que deveria ter acontecido no Rio de Janeiro, mas que devido à repressão foi suspenso. Foram escolhidos para a missão não-efetivada, o acadêmico Edson Carneiro, pela juventude

¹²⁷ “Tudo pelo 1º Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular da Bahia”. Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM). Fundo IC, rolo 533.10.609, panfleto 8.

¹²⁸ “Tudo pelo 1º Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular da Bahia”. Cedem, fundo IC, rolo 533.10.609, panfleto 8.

¹²⁹ *O Imparcial*, 4/6/1935. Bpeb, setor de jornais raros.

estudantil, a professora Lygia Lemos, pela juventude popular e o operário Renato Moraes, pela juventude proletária.¹³⁰

Fruto desse congresso foi a criação do clube da cultura popular, com sede no sindicato dos tramways, que reuniu intelectuais como Edson Carneiro, Dias da Costa, além de Jorge Amado, Arthur Ramos, Gilberto Freyre e Mário de Andrade, escolhidos como membros correspondentes.¹³¹ Alguns deles participavam do Clube da Cultura Moderna, fundado no Rio de Janeiro e ligado à ANL, com publicação chamada o *Movimento*, fazendo parte do corpo editorial, Jorge Amado e José Lins do Rego, entre outros.¹³²

A Polícia Chegou e o Povo Sumiu!

Tudo corria bem para a Aliança Nacional Libertadora. Conseguira o apoio dos operários e setores médios, transformando-se na frente popular que se propôs, mostrara-se uma boa parceira de briga frente à AIB e caminhava para ser a alternativa ao governo Vargas como desejava, até encontrar a repressão pelo caminho. No início, a ANL apresentava um programa de governo, mas não falava sobre como colocá-lo em prática, como também silenciava-se sobre a questão do poder, em como chegar até ele. Segundo Vianna, dos grupos e partidos que participavam da Aliança apenas o PCB tinha “uma proposta de governo e uma perspectiva de poder.” Coincidentemente, eram vizinhas à forma de luta dos tenentes: na via conspiratória e na opção armada.¹³³ Prestes seria uma figura expressiva dessa união, como militar e pecebista que se tornou em 30. Segundo Pinheiro, o que aproxima Prestes e os comunistas é a mesma concepção de Estado forte que pode ser conquistado com a insurreição.¹³⁴

Depois da adesão formal de Prestes à ANL essas questões foram sendo aos poucos desveladas. Em sua carta ingresso ao movimento aliancista, Prestes falava não somente em seu nome, mas também em nome dos comunistas. Assegurava que a ANL seria capaz de “sustentar a luta de massas pela instalação de um governo popular nacional revolucionário em todo o Brasil”, e que todos os revolucionários deveriam

¹³⁰ *Diário da Bahia*, 1-6/6/1936. Bpeb, setor de jornais raros.

¹³¹ *Diário da Bahia*, 17/6/1935. Bpeb, setor de jornais raros.

¹³² Levine, *o regime Vargas*, op.cit., p.117.

¹³³ Vianna, *revolucionários de 35*, op. cit., 124, 125.

¹³⁴ Pinheiro, *estratégias da ilusão*, p. 217.

lutar pela instauração de tal governo com o PCB a frente dessa luta.¹³⁵ Mas foi no manifesto lido a toda nação, em 5 de julho, que Prestes definiu de modo claro e esmiuçado as bases do governo popular revolucionário, assim como a forma que a ANL alçaria ao poder. O documento começa colocando a entidade como continuadora das “tradições revolucionárias”, referindo-se às revoltas tenentistas desencadeadas em 1922 e 24. Depois Prestes traça um inexistente quadro de insatisfação e de revolução iminente ao afirmar que os trabalhadores demonstravam, através de lutas sucessivas, que já não podiam “mais suportar e nem querem mais se submeter ao governo em decomposição de Vargas.” Argumento este usado para afirmar que os dias decisivos estavam próximos. Por fim, colocou que o poder só chegaria nas mãos do povo através dos mais duros combates. “A situação é de guerra e cada um precisa ocupar seu posto”. Segundo ele, caberia “à iniciativa das próprias massas organizarem a defesa de suas reuniões, garantir a vida de seus chefes e preparar-se, ativamente, para o assalto”.¹³⁶

Num linguajar militar, Prestes, como presidente de honra da ANL, explicitava as intenções de assalto ao poder de comunistas e militares, mesmo que a maior parte dos componentes da entidade não tivesse interesse em seguir este caminho. A consequência imediata da divulgação deste documento foi a proscrição da ANL. Em vista disso, meses depois, o ex líder da Coluna recebeu uma carta de seu companheiro de farda, Miguel Costa, criticando o radicalismo do manifesto divulgado em 5 de junho. “Se V. tivesse, em vez de pregar o assalto ao poder, recomendado a mais viva congregação em torno da ANL, não se teria precipitado os acontecimentos”, anotou Costa que, em sua avaliação, faltava a ANL “profundidade e organização”.¹³⁷ Em defesa própria, Prestes respondeu a Costa, explicando que não foi precipitado no lançamento do manifesto nem estava mal informado a “respeito da profundidade do movimento aliancista”. Segundo Prestes, um documento como o seu manifesto

precisava responder as questões centrais do momento, precisava dar ao povo uma contestação simples e clara à questão do poder. Tal resposta era independente do nosso estado de organização. Se a ANL não desse, a 5 de julho, uma resposta clara a questão do poder, ao ser lançada na ilegalidade desapareceria fatalmente.¹³⁸

¹³⁵ O que é governo popular nacional revolucionário. 21/5/1935. In Vianna, *pão, terra e liberdade*, op. cit., pp. 316, 318.

¹³⁶ Manifesto de Luis Carlos Prestes. Publicado em: Carone, Edgard. O PCB, 1922-1943, São Paulo. Difel, 1982, pp. 172 – 181.

¹³⁷ Carta de Miguel Costa a Prestes, 3/8/1935. In Vianna, *pão terra e liberdade*, op. cit., p. 344.

¹³⁸ “Carta de Prestes a Miguel Costa”, 10/10/1935. In Vianna, *pão terra e liberdade*, op. cit., p. 360, 361.

As principais reclamações feitas relativas ao manifesto giravam em torno da fragilidade do movimento aliancista, ainda em fase inicial e de agitação, sem bases sólidas que correspondesse ao chamado do manifesto. Assim, o pecebista Barreto Leite escreveu a Prestes uma carta com críticas contundentes as posições do partido. Para ele, não existia um processo de revolução em curso nem um movimento organizado, contava-se “apenas com a gritaria dos comícios da Aliança, com seu ruído e com o indiscutível sucesso popular de seus oradores”. Devido a isso, ele considerou “inconcebível” o chamado às armas.

O CC lançou um manifesto inconcebível chamando todos as armas, no 5 de julho. Você não sei porque informações fantásticas, veio com aquele seu, que acabava na famosa palavra de ordem de ‘todo poder a aliança’, como se já estivéssemos em pleno período de dualidade de poderes e a Aliança, mero aparelho de agitação produtor de discursos, de meetings concorridos e nada, absolutamente nada mais, fosse, como os soviets, um instrumento de luta pelo poder e um embrião de poder.¹³⁹

A propósito dessa discussão, Levine levanta a questão dos prejuízos que esse documento teria trazido para a ANL. Para o autor, o manifesto de Prestes lançou o movimento para numa nova fase francamente revolucionária e de luta armada, colocando em risco a parte não-comunista e não-militar da organização, despreparada para a nova militância e para enfrentar as batidas policiais.¹⁴⁰ O PCB revelava uma tendência a tentar dirigir os movimentos sociais, assim também, juntamente com os militares, influenciou nos rumos da ANL.

Heitor Ferreira Lima e Grazzini que trabalhavam no setor sindical e faziam parte do Bureau Político (BP) do partido, queixavam-se das ordens dadas pelo “camarada”, que igualmente fazia parte do BP, Miranda “em virtude de sua inexperiência partidária, sem tradição no movimento operário”.¹⁴¹ Miranda, que acabou sabendo da queixa, quase expulsou os dois do PCB. Grazzini propôs a Heitor abrir em luta dentro do partido, mas este recusou. Depois, amargurado, confessa que pagou caro por isso e que se arrepende de:

¹³⁹ “Carta de Barreto Leite a Prestes”, 26/11/1935. In Vianna, *pão, terra e liberdade*, op.cit., p. 145.

¹⁴⁰ Levine, *o regime Vargas*, op. cit., p. 58.

¹⁴¹ Os dois parágrafos seguintes tirados de Lima, *caminhos percorridos*, op. cit., pp. 173, 180.

Não ter acolhido a proposta de Grazzini, pois com o prestígio que desfrutávamos no setor sindical, por sermos mais conhecidos e mais velhos militantes do PCB, poderíamos ter mudado o rumo dos acontecimentos, impedindo ou realizando em outros moldes, talvez, o movimento militar de 1935, que tanto nos prejudicou e desgastou.

Apolônio de Carvalho também se mostrou descontente. Após ter se engajado na ANL e ajudado na arregimentação de operários e setores médios, realizando comícios, diz ter ficado “perplexo e imóvel” com a notícia da ilegalidade da ANL e nem ao menos sabia porque tinha se dado o ocorrido. Ao procurar os organismos superiores para saber que rumo tomaria, Apolônio não obteve resposta e, à medida que o tempo passava, foi “desvanecendo-se a ANL em Bagé num refluxo quase silencioso”.¹⁴² Decidiu então procurar seu novo comandante que era o vice-presidente nacional da ANL, Major Costa Leite e perguntou a este se teria mudado a ANL. Após ouvir respostas vagas, Apolônio desabafou: “a mim tudo isso soa estranho, mas o que mais me choca é seu descaso pelos problemas da Aliança bageense. Não traz a mínima orientação para o trabalho político e o movimento social”.¹⁴³ Depois ficou a pensar como iria conseguir manter a influência na área recém-conquistada e como prosseguiria com as atividades diante da repressão.

Fechamento

Dias antes do manifesto de Prestes chegar a público, Juracy havia escrito para Vargas questionando-o: “para onde vamos? A Lei de Segurança dorme no esquecimento. Percebo que vossa excelência está deixando as cobras se desenvolverem”. Após demonstrar seu desagrado e pressionar por ações mais rigorosas, Magalhães solicita: “estimaria que V. Exa. me escrevesse uma orientação nesse sentido.”¹⁴⁴ Getúlio pressionado não desperdiçou a oportunidade surgida com a divulgação do manifesto de 5 de julho e, baseado na Lei de Segurança Nacional, decretou o fechamento, em 11 de julho de 1935, dos núcleos aliancistas em todos os estados do Brasil.

¹⁴² Carvalho, *vale a pena sonhar*, op. cit, p. 57.

¹⁴³ Carvalho, *vale a pena sonhar*, op. cit, p. 58.

¹⁴⁴ Carta, 27/6/1935. CPDOC, GV c 1935.06.07

Em 14 de julho chegou as mãos de Juracy Magalhães um telegrama enviado por Felinto Muller, chefe de segurança do governo Vargas, ordem para fechar por 6 meses os núcleos aliancistas em todo o território nacional, alegando que

a organização denominada Aliança Nacional Libertadora vem desenvolvendo atividade subversiva da ordem política e social considerando semelhante atividade esta suficientemente provada mediante a documentação colhida pelo snr. Chefe de polícia desta capital, que, fundada nessa prova, sugere a conveniência de serem fechados todos os núcleos da mencionada organização.¹⁴⁵

A documentação colhida referida acima foram os jornais aliancistas (*A Manhã, Avante e A Pátria*), manifestos, convites e diretivas do PCB colhidos pela polícia política durante o período de vigilância da entidade. A ANL entrou com mandado de segurança contra o cancelamento do seu registro, alegando que tinha o direito de funcionamento, constitucionalmente garantido, e que este só poderia ser interrompido pela justiça, sendo surpreendida pela medida do governo e pela violência da polícia. Seu pedido foi rejeitado pela justiça que, em réplica, afirmou que suas atividades eram subversivas, além de vinculada ao PCB, objetivando conjuntamente a tomada violenta do poder. Mediante relatório policial com vasta documentação, o poder judiciário manteve a decisão do governo de cassação do registro e fechamento dos núcleos aliancistas por seis meses.¹⁴⁶

Essa relação da ANL e PCB já havia se tornado embaraçosa quando os jornais e grupos adversários acusaram a entidade de ser um disfarce legal do Partido, sendo que a ANL não conseguiu se desenredar-se dos fios urdido por seus rivais. O fato de Prestes ter sido colocado como presidente de honra a ANL, fez a ligação direta da entidade ao PCB. Os aliancistas tentaram ao longo dos meses dissociar-se como entidade pecebista, mas sem grandes êxitos:

Para a concretização de seus fundamentais objetivos, a ANL congrega todos os que vivem e trabalham no Brasil, não tomando conhecimento das divergências ideológicas que os separam desde quando a libertação nacional é objeto comum que a todos situa no mesmo plano.

¹⁴⁵ Telegrama, 14/7/1935. Apeb, seção secretaria do governo, caixa n 2136.

¹⁴⁶ Informações retiradas do site: <http://www.portaljuridicoempresarial.com.br>.

Não se confundindo pois com o comunismo, a Aliança Nacional Libertadora desfaz, deste modo a tendência manobrista de seus adversários que debalde tentam perturba-lhe o avanço vitorioso.¹⁴⁷

Enquanto os militantes do PCB e os militares, acostumados a trabalhar na clandestinidade, entraram em compasso de espera pelas novas ordens da direção do partido, a parte civil da Aliança seguiu caminhos diferentes.

Aliança Desfeita

A repressão à ANL estendeu-se ao movimento operário por ser este considerado pelo governo um campo propício para o espriamento de idéias “subversivas”. Segundo Pinheiro e Hall, não havia “limite efetivo para as atividades policiais”, pois os operários eram “assassinados, os comícios eram reprimidos, as sedes dos sindicatos eram invadidos, os operários eram presos e espancados”.¹⁴⁸ Em 22 de julho, o Jornal pernambucano *Folha do Povo* publicou um protesto dos sindicatos de transporte e carvão do porto de Recife contra a violência policial. “Responsabilizamos o sr. chefe da ordem política e social e as firmas empregadoras do carvão pelo que possa acontecer com os nosso companheiros, alguns dos quais já desaparecidos e cujas famílias acham-se apreensivas”, ameaçou o comitê de reivindicação dos carvoeiros que apelavam ao secretário de segurança pública “afim de que cessassem a perseguição policial aos operários”.¹⁴⁹ No mês seguinte, um grupo composto de seis crianças, cinco senhoras e diversos operários estiveram na redação da *Folha do Povo*, para protestar contra a prisão ilegal de José Felix Parreira. Este, segundo a comitiva, foi “arrancado” sem pretexto justificável “do seio familiar para o xadrez da secretária da polícia”, depois foi conduzido do xadrez para Sítio Novo “onde foi espancado por três policiais”, sendo em seguida posto em liberdade, com escoriações generalizadas pelo corpo. Após narrar os fatos, o jornal cobrou: “Esperamos que o secretário de segurança, conforme as promessas que reiteradamente tem feito, mande apurar este caso”.¹⁵⁰

¹⁴⁷ *A Tarde*, 15/6/1935. Bpeb, setor de jornais raros.

¹⁴⁸ Hall, Michael & Pinheiro, Paulo Sérgio. “Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle”. In: Prado, A.(org.). *Libertários & militantes*. Campinas, Coleção Remate de Males, nº 5, 1985, p. 110.

¹⁴⁹ *Folha do Povo*, 22/7/1935. Apeje.

¹⁵⁰ *Folha do Povo*, 26/8/1935. Apeje

Sem ter como articular uma resistência eficiente contra as freqüentes batidas policiais e as detenções, grande parte dos trabalhadores desistiu da aliança feita anteriormente com os nacional-libertadores. Mazzo, em São Paulo, diz ter se afastado assim que o sindicato dele começou a ser visado e visitado pela polícia política. O afastamento não foi por tática, lembrou ele, mas por medo de ser preso e torturado conforme acontecia com alguns de seus companheiros.¹⁵¹

O curto período (de março a julho) de existência legal da ANL não foi suficiente para estabelecer laços mais fortes com o movimento sindical nem para consolidar sua própria estrutura orgânica.¹⁵² O comício, que era o método utilizado para atrair afiliados, não podia mais ser executado e a consequência disso foi a perda do contato com a população que com a ANL se entusiasmava. Apesar dos apelos dos dirigentes aliancistas para que a população reivindicasse a ilegalidade da entidade, houve poucas manifestações.

Os líderes aliancistas acreditavam terem sido bem-sucedidos em seu esforço de conseguir a adesão dos diferentes grupos, mas segundo French, os operários do ABC, depois que a ANL tornou-se ilegal, continuaram suas atividades e sua luta no chão da fábrica, sugerindo que não houve grande impacto no movimento sindical após a saída de cena da Aliança.¹⁵³ A união interclassista revelou-se frágil e pouco confiável. Com pouco tempo para amadurecer como movimento e deparando-se com a polícia no meio do percurso, a ANL precisou haver-se com o rápido refluxo de sua militância.

Numa análise sobre o fenômeno das frentes, Hobsbawm entende que estas alianças quando feitas formam uma

“variedade de grupos e organizações com opiniões diferentes, algumas das quais nem mesmo são socialistas. Unem-se somente contra um inimigo comum ou por um programa comum que represente apenas um primeiro passo para alguns participantes, enquanto para outros pode marcar o ponto mais avançado ao qual estejam preparados para ir naquele instante. Isso advém do fato de não serem social ou politicamente homogêneos.”¹⁵⁴

Conforme o que foi exposto, pode-se avaliar que a fase legal da ANL representou a primeira tentativa de forças democráticas e das esquerdas em articular um movimento

¹⁵¹ Mazzo, *memórias de um militante no ABC*, op. cit., p. 63.

¹⁵² Araújo, *a construção do consentimento*, op. cit., p. 308. Vt: French, *o abc dos operários*, op. cit., p. 61.

¹⁵³ French, *o abc dos operários*, op. cit., p. 61.

¹⁵⁴ Hobsbawm, “cinquenta de frentes populares”, op.cit 133.

de massa, desafiando, embaraçando e assustando o governo.¹⁵⁵ Muitos pegaram carona na ANL e cada grupo tinha interesses próprios. Quando o movimento foi reprimido, a maioria decidiu seguir novos rumos. Para os que decidiram continuar, experimentaram uma nova fase do movimento aliancista, bem mais radical.

¹⁵⁵ Levine, *o regime Vargas*, op. cit., p.122.

Capítulo III: Ação e Repressão

Habituar-me de fato, desde a infância, a presenciar violências, mas invariavelmente elas recaíam em sujeitos da classe baixa. Não se concebia que negociantes e funcionários recebessem os tratos dispensados antigamente aos escravos e agora aos patifes miúdos. E estávamos ali, encurralados naquela imundice, tipos da pequena burguesia, operários, de mistura com vagabundos e escroques. E um dos chefes da sedição apanhara tanto que lá ficara em Natal, desconjuntado, urinando sangue.

Graciliano Ramos¹

Na noite de 26 de novembro de 1935, Nelson Teles de Menezes, funcionário da Secretaria de Agricultura juntamente com o vendedor ambulante Samuel Genez e o acadêmico de engenharia César Ferreira Alves, jogaram uma bomba de dinamite na sede do núcleo integralista da Penha, em Itapajipe (Ba). Os três participantes da ação se conheceram nas reuniões do núcleo baiano da Aliança Nacional Libertadora. No inquérito policial sobre o episódio, consta um relato de Menezes explicando que sua entrada na ANL se deu depois de ter conversado com Vale Cabral, secretário do núcleo baiano aliancista, que lhe garantiu o êxito do movimento e que tanto ele como seus parentes teriam uma melhora de vida. Após aceite, Menezes teve sua inscrição efetuada na ANL “dois dias após o comício feito no cine Jandaia”. Ele admitiu nos autos que distribuía boletins pela entidade em seu local de trabalho e que certa feita à passagem de um grupo de integralistas atirou panfletos.²

Essa ação fez parte de uma série de quatro bombas lançadas contra núcleos integralistas em Salvador entre agosto e dezembro do ano de 1935 e que provavelmente teve relação com os levantes armados desencadeados em Natal, Recife e posteriormente Rio de Janeiro. Ao menos essa relação foi feita pela polícia política. Consta no relatório policial que a notícia do episódio por ser realizado num mesmo período dos levantes, ecoou com grande alarde “contribuindo para o ambiente de apreensão que pairava na

¹ Ramos, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Vol I. São Paulo, Record, 1979, p. 139. Graciliano Ramos nasceu em 27/10/18. Escritor alagoano foi um dos expoentes da Geração de 30 do Modernismo. Em 1933, lança seu primeiro romance, *Caetés*. Na ocasião, manteve contato com escritores da vanguarda nordestina, como José Lins do Rego e Rachel de Queiroz. Em 1934, publica uma de suas obras-primas, *São Bernardo*. Acusado de subversão comunista em 1936, fica preso por 11 meses no Rio de Janeiro, experiência que narra em *Memórias do cárcere* (1955). Quando é solto continua no Rio como jornalista e inspetor de ensino. Na década de 40, filia-se ao Partido Comunista.

² Processo. Apeb, seção judiciário, série subversão, classificação 202, caixa 4, doc.4.

sociedade”. Após a abertura do inquérito, os acusados foram processados e condenados pelo juiz federal como implicados do levante de 35.³

Numa carta remetida ao presidente Vargas, Juracy Magalhães afirmou que o movimento que estourou no país no fim de 1935 teve repercussão mínima no Estado baiano, “limitando os comunistas em suas atividades subversivas, ao lançamento de quatro bombas de clorato que, felizmente, não causaram danos pessoais ou materiais”. “Politicamente a situação do Estado é de inteira calma”, avaliou Magalhães.⁴ Contudo, a senha ambiente tranqüilo, terminou não significando que estava livre da repressão e esta recaiu tanto sobre os aliancistas e pcebistas como sobre os integralistas.

Vigiar para punir

A vigilância e repressão deram o tom no governo Vargas. Na ótica dos agentes repressores “a livre troca de idéias era assunto arriscado”.⁵ Segundo Gomes e Negro, a polícia costumava monitorar além de partidos e sindicatos, diversos espaços de sociabilidade populares como escolas de samba, times de futebol, sociedades literárias e clubes. Territórios vistos como ardilosos e de infiltração de militantes que iriam promover agitação e recrutamento para partidos.⁶ Assim um investigador, após sindicância procedida no Copacabana Clube (RJ), não hesitou em anotar que “essa agremiação era um recinto reservado do partido comunista, oculto sob a aparência de ‘propagador e difusor da cultura física e também de princípios cívicos-culturais’”. A intenção do clube, segundo o investigador, era, “a exemplo de outras sociedades similares”, transformar “as pessoas menos avisadas” em “colaboradores da doutrina vermelha”.⁷ A praxe de observar a movimentação da população era uma forma de antever e calcular os riscos, mesmo que, por vezes, suas tramas não fossem exatamente aquilo que a polícia suspeitava.

³ Dossiê Bahia. Aperj, fundo polícia política, setor Estados, pasta 5 b.

⁴ Carta, 23/12/1935. CPDOC, GV c 35.12.23.

⁵ Negro, “Ignorantes, sujos e grosseiros”, op. cit., p. 22.

⁶ Gomes & Negro. “Além de senzalas e fábricas”, op. cit., pp. 217-240.

⁷ Aperj, fundo polícia política, setor comunismo, pasta 5. fls. 7

As agremiações políticas consideradas “mais perigosas” tiveram seu cotidiano observado e registrado.⁸ A ANL recebeu, desde o início, o olhar atento de investigadores que monitoravam suas atividades, chegando a haver relatórios policiais paralelos as atas da entidade. É interessante notar que enquanto na ata aliancista sobre uma reunião no teatro João Caetano apenas está citado os oradores do evento,⁹ para o investigador Serafim Braga, importava anotar parte do discurso de cada aliancista ou, ao menos, fazer um resumo das falas e grifar partes destas que mereciam maior atenção. Sobre o discurso do representante da Federação Proletária do Estado do Rio, o agente pontuou que ele

no mesmo diapasão ataca o governo, vivendo Luís Carlos Prestes, e acrescenta que, enquanto a Light paga miseravelmente aos seus empregados, mantém um Serviço Secreto aprimorado e muito bem pago para exterminar os camaradas que em sua maioria acabam minados pela tuberculose. Fala, segundo diz, em nome do proletariado de Niterói e de grande parte do Brasil.¹⁰

A denúncia feita pelo representante da Federação Proletária não pode ser menosprezada, pois segundo Hall e Pinheiro “vários observadores notaram a clara colaboração entre o aparelho do Estado e os empresários”. Assim o embaixador Norte americano, Hugh Gibson em plena efervescência do movimento grevista brasileiro, anotou em um relatório datado de 19 abril de 1934, que o governo tinha recentemente “solicitado à direção da Rio de Janeiro Light and Power Company Limited, para fornecer ao Ministério da Justiça uma lista com os nomes dos agitadores operários entre seus empregados”. Após recebimento da lista, o governo brasileiro terminou por prender “cerca de trinta dos principais agitadores indicados, alguns dos quais foram deportados para coloniais penais”.¹¹ A troca de informações parece ter continuado ao longo dos meses, pois num dossiê relativo às atividades dos “revoltosos” de 1935 encontra-se uma lista de empregados considerados “extremistas”, nomes que eram enviados por empresas como a “The São Paulo Tramway Light and Power”.¹²

⁸ Fontes, Paulo & Negro, Antonio. “Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia”. In Aquino, Maria Aparecida (org.). *No coração das trevas: o Deops visto por dentro*. São Paulo, Imprensa Oficial, 2001, p. 163.

⁹ “Ata da ANL”, 30/03/1935. Aperj, fundo polícia política, setor comunismo, pasta 18a, fls. 248.

¹⁰ “Comunicação: Reunião no teatro João Caetano”. Aperj, fundo polícia política, setor comunismo, pasta 18a, fls. 232.

¹¹ Hall & Pinheiro, “alargando a história da classe operária”, op. cit., p. 109. Vt: Fontes e Negro, “trabalhadores em São Paulo”, op. cit., p. 164.

¹² Dossiê da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo. Aperj, fundo polícia política, setor administração, pasta 14.

Além da colaboração das empresas, as delegacias de ordem política e social contaram com as delações de muitos ex-militantes que desistiram de suas idéias ou que consideraram mais vantajoso tornar-se informante. Igualmente, entidades e “cidadãos comuns” deram sua contribuição as autoridades. Os Integralistas, costumavam fazer dossiês dos seus rivais (comunistas, aliancistas, maçons, judeus, democratas e liberais) e listas de pessoas que deveriam ser executadas, feitas pelo Serviço de Informações da entidade.¹³ O inventário integralista da Bahia continha os nomes dos legisladores Aliomar Baleeiro, Nestor Duarte, Maria Luiza Bittencourt, Oscar Noblat e dos os pecebistas e aliancistas Edson Carneiro e Aydano do Couto Ferraz.¹⁴ Em matéria publicada no jornal *O imparcial*, sugeriu-se que a AIB colaborava com a polícia na repressão ao comunismo.

De todos os pontos do território nacional, são remetidos, periodicamente, relatórios das autoridades integralistas da metrópole sobre atividades comunistas, com indicação nominal de todos os adeptos do credo vermelho. *Esse serviço do Integralismo tem concorrido eficientemente para orientar a ação repressora dos poderes públicos contra a nociva infiltração marxista.* Ainda agora fomos informados que o setor integralista deste estado remeteu ao Rio um volumoso dossiê sobre comunismo e os comunistas da Bahia desdobrados em seções que se referem ao comunismo nas esferas do serviço público, nas classes armadas, no ensino superior, nas escolas e institutos secundários e primários, nos bancos, nos comércios e nas fábricas, nos jornais, nos círculos políticos.¹⁵ (grifo meu)

Mesmo não sendo plenamente comprovada essa estreita ligação entre integralistas e polícia política, a ANL acusou uma certa colaboração entre governo e integralistas, afirmando que o governo protegia os integralistas e em troca os camisas-verdes executavam a “função de espões da ordem política e social”.¹⁶ Apesar do seu tom de denúncia, a ANL mantinha um departamento de investigação secreta. Foi baseado nas informações levantadas por esse departamento que seu presidente, Hercolino Cascardo, escreveu ao chefe de polícia do distrito federal, informando sobre passeata da AIB que seria realizada na Esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro, onde os integralistas compareceriam “armados” para fazer “demonstrações de força” contra “sindicatos e organizações anti-fascistas, prevendo até um ataque e empastelamento dentro da sede da

¹³ Rose, *uma das coisas esquecidas*, op. cit., p. 62.

¹⁴ “Inventário da Bahia”. Aperj, fundo polícia política, setor integralismo, pasta 4.

¹⁵ *O Imparcial* 30/11/1935.

¹⁶ “Contra a Lei Monstro! Contra o Integralismo!”. Aperj, fundo DESPS, panfleto 806.

ANL”. Após denunciar, Herculino ameaçou: “Se o governo encara esse gesto do integralismo com certa serenidade não lhe é possível impedir que tanto as organizações aderentes da ANL como os seus correligionários se armem e se preparem para a defesa do que é seu”.¹⁷

A propósito dessas ações, Jorge Ferreira comenta que no primeiro governo Vargas foram muitas as delações e a maioria delas eram seguidas de nomes e endereços. Eram feitas tanto por entidades quanto por indivíduos que nutriam receios dos comunistas como também dos integralistas, afora acusações buscando punir pessoas que desgostavam ou com quem sustentavam contendas. Por outro lado, Cancelli verificou que essas delações eram a “forma de engajamento participativo muito estimulado” pela propaganda do governo que abria as portas do Catete para uma interlocução direta com o presidente, pois a maioria das cartas era dirigida ao próprio Vargas.¹⁸ Em 9 de setembro de 1936, uma carta anônima chegou ao palácio do Catete denunciando os professores do Ginásio da Bahia de serem comunistas. “Quer v. excelência saber melhor mande fazer uma sindicância direta”, sugeriu o remetente que se adiantou em avisar que, na Bahia, se realizavam “disfarçadamente cínicas todas as reuniões comunistas sendo que algumas são presididas pelo próprio governador”, Juracy Magalhães. A correspondência continha um pedido ao presidente da república: “Dr. Getúlio, salve o Brasil enquanto é tempo pelo amor de Deus. Não pode mais perder tempo, é chegado o momento”.¹⁹

A denúncia carregava informações um tanto exageradas além de propositalmente apelativas. Ao mencionar que as crianças chegavam “a chorar quando chegam em suas casas diante do que acabam de ouvir daqueles miseráveis professores”, o remetente inferiu uma falsa gravidade da situação e soou o alarme do anticomunismo. Ao ver de Ferreira esse tipo de comportamento ocorria porque a sociedade, em si mesma não era tão boa e isenta de culpas e que nela circulavam preconceitos e rancores. “Em outras palavras, as relações entre Estado e sociedade não eram de mão única, de cima para baixo, mas sim, de interlocução” e muitas vezes de cumplicidade, analisa o autor.²⁰

A polícia política mostrou-se preparada e eficiente em buscar e apreender informações e material dos vigiados. Os investigadores em seu serviço diário também produziam dados sobre as diversas entidades que observavam, em relatórios minuciosamente confeccionados. Através das anotações de um agente infiltrado pode-se

¹⁷ Carta, 18/5/1935. Aperj, fundo polícia política, setor comunismo, pasta 18.

¹⁸ Cancelli, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília, UNB, 1994, p. 93.

¹⁹ Carta, 9/9/1936. Arquivo Nacional (AN). Série governo estadual/ Ba, código 35, seção SDE, caixa 93.

²⁰ Ferreira, “o nome e a coisa”, op. cit., p. 95.

observar como ele percebeu a movimentação dos aliancistas ante a possibilidade de fechamento dos núcleos cariocas da ANL.

As reuniões dos núcleos da ANL não mais estão sendo realizada nas suas sedes, nem tão pouco a rua Alnte. Barroso, no 1º andar, e sim nas residências dos respectivos chefes ou representantes. De modo que foi adotado o “pulo” como senha, engendrada pelos mesmos, para evitar a ação da polícia. Hoje o snr. Artur Cabanas, presidente do diretório municipal provisório vem permanecendo na sede afim de transmitir a todos as ordens anteriores expedidas pelo comandante Hercolino Cascardo, as ordens são as seguintes: retirar das sedes para as suas residências ou de amigos as fichas nominais de militantes e de pessoas simpatizantes, bem como fazer a greve geral em caso de fechamento da ANL.²¹

Esse trecho mostra que por um lado as reuniões da ANL vinham sendo acompanhadas em suas diversas sedes e casas de líderes. Por outro ângulo, a preocupação em formular uma senha e de retirar as fichas dos aderentes das sedes evidencia que existia uma suspeita dos aliancistas sobre agentes infiltrados e um receio que uma possível repressão pudesse recair sobre seus militantes. No entanto, essas medidas parecem não ter sido suficientes para driblar nem a vigilância nem as prisões que se seguiram ao fechamento da entidade, mesmo porque muitos militantes já estavam sendo investigados. Vigiado Antonio de Magalhães Braga teve a desventura de ser detido ao sair de uma “reunião do Partido Socialista”, realizada no Rio de Janeiro, em 27 de março de 1935, carregando “um manifesto da ANL”. Depois de ter sido ouvido na delegacia, “na secção de segurança social”, foi posto em liberdade, mas continuou a ser seguido, sendo observado em sua atividade propagandista pela Aliança e contra a Lei de Segurança Nacional entre os marítimos.²² Quase como uma biografia política, Nelson Schaun teve guardadas “breves notas político-biográficas” nos arquivos da polícia política. Nela consta:

Baiano, de Ilhéus, onde desde cedo trabalhou em farmácias, e depois, nesta capital, como prático nas farmácias “dos Pobres” e “Carvalho”, em Itapagipe.

Em 1919 exerceu atividades trabalhistas, que continuou ao se transferir para a cidade de Santo Antonio de Jesus, onde dirigiu a Farmácia Mota. Em 1925 voltou a Ilhéus, dedicando-se ao magistério e a imprensa, tendo trabalhado nos jornais “Correios de Ilhéus” e “Ilhéus Jornal”. Já aí, manifestando idéias esquerdistas, fundou sociedades operárias. Em 1927 foi um dos chefes

²¹ “Onde estavam sendo realizadas as reuniões dos núcleos”. Aperj, fundo polícia política, setor comunismo, pasta 18, fls. 34.

²² Aperj, fundo DPS 30053, FP. 1123.

da greve, na zona cacauzeira, da “State of Bahia South Western Railway Company”, hoje, “Estrada de Ferro de Ilhéus a Conquista”. Em 1931 foi preso como comunista. Em 1932, com Edson Joaquim de Moraes e Luís Schaun Filho, fundou em Ilhéus um grupo marxista. Em 1933, já o grupo ligado ao Comitê Regional Comunista da Bahia, tomou parte, com o dito Edson e mais José Martins da Silva e André e Bento da Silva, no “Pleno Estadual”, do Partido Comunista, nesta capital.

Em 1935 esteve à frente do movimento extremista da Aliança Nacional Libertadora, em Ilhéus.²³

Pelo envolvimento que teve com a ANL, Schaun foi preso em 11 de dezembro de 1935 em Itabuna e posteriormente processado. Teve liberdade em julho de 1937, mas o processo ao qual foi submetido só teria desfecho em fevereiro de 1940, sendo condenado a cinco anos de prisão. A nota termina com o alerta: comunista, inteligente e perigoso.

Precedentes

Após o fechamento da ANL, sua militância refluíu, mas com as eleições estaduais e municipais no fim de 1935, as agitações no cenário político aumentaram e o movimento popular democrático ganhou novo impulso. Algumas entidades formadas apresentavam similaridades com a ANL. Fernando T. da Silva nota que os programas da ANL e Unidade Sindical Santista (USS) eram semelhantes e que os panfletos da USS exigiam a reabertura da ANL, além de invocar “uma greve geral como único caminho para alcançar um Governo Popular Revolucionário com Prestes a frente”.²⁴ A Frente Popular pelas Liberdades, fundada em 7 de setembro, tinha como bandeira a luta pela “democracia, na sua acepção de asseguradora das liberdades”, realizava comícios relâmpagos, possivelmente para escapar da ação policial e obteve apoio da Frente Negra de Petrópolis e da União Autonomista Fluminense. A Aliança Popular por Pão, Terra e Liberdade, além de carregar o slogan da ANL em seu nome, foi fundada por ex-integrantes da Aliança (Maurício de Lacerda, Francisco Mangabeira, Roberto Sissón, Otávio da Silveira, Abguar Bastos, Campos da Paz).²⁵

²³ Breves notas político-biográficas de próceres comunistas que foram candidatos, pelo PCB - seção da Bahia ao congresso federal, e de outros elementos destacados nas hostes vermelhas. Aperj, fundo polícia política, setor estados/Bahia, pasta 5c, fls. 614, 615.

²⁴ Silva, *Operários sem patrões*, op. cit., 393.

²⁵ Verbetes. *Dicionário Histórico-Biográfico*, Compact disc. CPDOC-FGV, 2004.

Ao ver da polícia essas agremiações, assim como a “Frente Popular contra Guerra e o Fascismo, o Partido Socialista do Brasil, comitê feminino contra guerra e o fascismo, congresso da juventude e União Libertadora Brasileira” eram “meros eufemismos da Aliança Nacional Libertadora, com agravante de integral apoio das oposições coligadas”,²⁶ também chamada de Minoria Parlamentar, formada na Câmara Federal em janeiro de 1935, reunindo as bancadas dos vários partidos estaduais contrários ao governo Vargas.²⁷ De fato, o PCB, numa circular, orientara para que os “núcleos municipais ou distritais da ANL” que tomassem “outros nomes, como o de comitê contra a fome, contra a carestia de vida”, uma forma encontrada para driblar a ilegalidade, levando alguns de seus ex-membros às ruas com comícios e propagandas.²⁸

Por entender que essas entidades acima mencionadas surgiram na intenção de dar continuidade a ANL, a polícia passou a investigá-las. Quando de um comício, no dia 11 de novembro, convocado pela Frente Popular contra a Guerra e o Fascismo com a participação de integrantes dessas entidades, o Teatro João Caetano foi tomado por 12 investigadores da polícia política, ali presentes para observar a sessão. O evento começou às 18 horas e, segundo o agente Serafim Braga, Francisco Mangabeira “fez apologia da ANL, de Luis Carlos Prestes e criticou acerbamente, o partido integralista”. De todos os oradores, Roberto Sissón foi considerado pelo investigador, o “mais desabrido, mais desrespeitoso, mais virulento”. Isso porque

sua oração foi, por certo, um desafio lançado ao governo central da República.

Desejando dar aos presentes impressão mais nítida do que poderia realizar a ANL com L.C. Prestes à frente, Sissón incitou seu discurso, por chamar a democracia liberal de acanhalhada e de mistificadores todos aqueles que a frente da mesma se encontram, principalmente o Getúlio Vargas.²⁹

Os discursos e ações de pecebistas e militares começaram a ganhar maior realce no período da ilegalidade da ANL, assumindo cada vez mais a direção da entidade, buscaram reanimá-la e determinar seus rumos. Em uma circular do PCB pode-se ler:

Foram fechadas as sedes da ANL. Esse ato da reação fascista era previsto e diretivas já tinham sido mandadas no sentido de criar o aparelho ilegal da ANL.

²⁶ Relatório, 11/11/1935. Aperj, fundo polícia política, setor comunismo, pasta 18, fls. 156.

²⁷ Verbete. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, Compact-disc, CPDOC-FGV, 2004.

²⁸ “A ANL e a situação política do Rio grande do Norte” In Vianna, *pão, terra e liberdade*, op. cit., p. 93.

²⁹ Relatório, 11/11/1935. Aperj, fundo polícia política, setor comunismo, pasta 18, fls. 152,153.

O grau de ilegalidade a que será levada a ANL depende diretamente de como nós comunistas soubermos trabalhar dentro dela para levantar seu ânimo e mobilizar a massa, por todas as formas legais, semi-legais e ilegais para continuar a popularizar seu programa e lutar por ele. Quanto maior for nossa atividade como facção dentro de todos os organismos da ANL, maiores possibilidades teremos de romper com a ilegalidade, ao mesmo tempo que asseguremos a sua existência com sedes abertas ou fechadas.³⁰

Afeito à clandestinidade, o PCB tomou ânimo com a ilegalidade da ANL, sendo que a situação extralegal da entidade parece ter exacerbado seu voluntarismo em ser vanguarda dos movimentos sociais. Francisco Mangabeira insinua que muitos aliancistas achavam que o PCB estava interessado na clandestinidade da ANL para melhor controlá-la, por não dispor o partido de cabedal suficiente, neste período, para dirigir um movimento de massa de tal envergadura.³¹ O entusiasmo do PCB, como também dos militares, que não se arrefeceram com a nova situação, foi fomentado pelas greves que voltaram a surgir na cena brasileira.

No nordeste, a parede dos ferroviários da Great Western paralisou a ferrovia de Alagoas ao Rio Grande do Norte, no início de novembro. A greve contou com a solidariedade dos operários da companhia de força e de luz, dos transportes, das usinas de açúcar, do carvão e também dos praças do 29º Batalhão de Caçadores.³² O jornal pernambucano a *Folha do Povo*, que continuava circulando como porta-voz da ANL deu especial atenção e apoio aos grevistas. Em 10 de novembro publicou-se:

Cerremos fileiras ao lado dos operários da Great, empenhados nesse momento, em uma heróica luta contra o salário de fome... Isso exige de todo aliancista e de todos aqueles que lutam contra a reação, a guerra e o fascismo e contra a submissão de nosso país aos povos imperialistas, todo nosso apoio material, pois constitui uma luta de honra de todo povo nordestino explorado por esta empresa, que desfruta de quatro grandes estados e que as causas das massas exploradas envia grande soma de contos para os magnatas de Londres e ainda nega a essa massa sacrificada mais um pedaço de pão.³³

Falando em nome dos aliancistas e aproveitando-se do fato da greve ter sido desencadeada contra uma empresa inglesa, o jornal atacou o imperialismo. A *Folha do Povo* deu igualmente ampla divulgação a um outro movimento que se desenrolou na

³⁰ “Aos CR, CL, CZ, CS, células e frações do PCB”. Apej, fundo polícia política, setor comunismo, pasta 16b.

³¹ Mencionado em Vianna, *revolucionários de 35*, op. cit., p. 148.

³² Vianna, *revolucionários de 35*, op. cit., pp.219, 220.

³³ *Folha do Povo*, 10/11/1935. Apeje.

capital baiana. Em fins de novembro, em vista do “congresso integralista”, com a presença do líder Plínio Salgado que pretendia fazer “comícios diários em pontos centrais da cidade”, além de paradas a jeito militar, “interrompendo o tráfego, numa demonstração de força”, a União Sindical Baiana (USB) promoveu uma paralisação que envolveu diversas categorias. A ação consistia na parada geral de todas as categorias sindicalizadas por dez minutos, acarretando na interrupção da energia elétrica, cessação dos meios de transportes e suspensão de inúmeras outras atividades. O sindicato dos empregados dos restaurantes e bares decidiu por decretar greve entre 8 e 10 de novembro, evitando que os garçons servissem os integralistas. Segundo documento da USB o evento integralista era considerado “uma petulante provocação a que os trabalhadores organizados não poderiam mostrar indiferença”, diante disso buscavam demonstrar sua “repulsa ao integralismo, cujo programa de retrocesso político-social jamais consentiremos que seja executado na Bahia e tudo faremos por evitar que o realizem nos rincões do Brasil”.³⁴

Essa ação foi incentivada por cartas enviadas por sindicatos do interior do Estado que consideraram o evento “inútil e pernicioso às classes trabalhadoras”.³⁵ Da mesma forma, os deputados classistas escreveram para a União Sindical apoiando-a em sua posição da “defesa da democracia”. Em um manifesto, a União Sindical Baiana falou em nome da ANL:

A ANL confiando nessa capacidade revolucionária tantas vezes demonstrada chama a todos para a luta para impedir que se realize o congresso verde. Soldados, operários, estudantes, populares, desde já as greves, comícios e protestos [...]. Todos à rua dia 6 para impedir o congresso integralista!³⁶

Vale notar que a mesmo a ANL efetivamente não existindo como movimento de massa, nem representando mais uma força política, ainda era pronunciada em discursos e documentos e muita agitação continuava sendo feita em seu nome. Essa paralisação dos trabalhadores baianos foi tomada, nesse momento, como um exemplo a ser seguido na luta contra os integralistas nas páginas do jornal *Folha do Povo*, enquanto a CSBU chamou a atitude de “valorosa” e os felicitou “pela nítida consciência de classe que

³⁴ *Estado da Bahia*, 1/11/1935. Bpeb, setor de jornais raros.

³⁵ *Diário da Bahia*, 8/11/1935. Bpeb, setor de jornais raros.

³⁶ *Folha do Povo*, 11/11/1935. Apeje.

demonstram na luta contra os mais odiosos e acirrados inimigos dos trabalhadores da Bahia”.³⁷

As greves desencadeadas no país, em especial as do nordeste foram vistas como o retorno do fermento da revolta popular pelos pecebistas. Não por acaso, o PCB deduziu que era “bem possível, ou pelo menos não de todo impossível, que as grandes lutas pelo poder, pelo governo popular revolucionário”, começassem pelo Norte e Nordeste.³⁸ Apesar do entusiasmo com as últimas greves, o diretório nacional da ANL, em correspondência aos aliancistas do Rio Grande do Norte explicou que não era ainda “conveniente tentar um grande movimento nacional, nem mesmo precipitar os acontecimentos nos outros estados do Nordeste”.³⁹ Idéia semelhante era compartilhada pelo Secretariado Nacional do PCB, pois este escreveu ao Comitê Regional do Maranhão informando que nos estados do nordeste a atmosfera era “toda ela para golpes, para conspirações, contra quaisquer lutas parciais, contra o trabalho difícil, mas necessário de mobilização popular para as grandes lutas pelo poder”. A tática a ser seguida até a chegada ao poder, segundo o informe, seria a

de lutas parciais, da atividade ilegal, da dedicação a nossa organização, da defesa prática e diária dos interesses das grandes massas e nunca através de simples golpes militares resultantes de conspirações secretas, desconhecidas do povo que só poderão servir para facilitar a chegada ao poder de traidores nacionais, como Getúlio e seus asseclas.⁴⁰

A insurreição não é mencionada nesse momento como caminho revolucionário nessa documentação dos comunistas, mas concomitante à troca de cartas entre os militantes do PCB, Prestes procurou entender-se com os seus companheiros de farda (Trifino Correia, Ari Salgado Freire, Agildo Barata, Miguel Costa), afirmando que a coluna precisava renascer em todo o país. De regresso ao Brasil, em 15 de abril de 1935, acompanhado de militantes da Internacional Comunista (IC), chegaram todos imbuídos da missão de preparar a revolução, em especial depois que dirigentes do PCB passaram informes ilusórios sobre a realidade brasileira em Moscou. Informes como os feitos por Marques, provavelmente pseudônimo de Antonio Maciel Bonfim, no VII congresso da

³⁷ *Folha do Povo*, 11/11/1935. Apeje.

³⁸ “Carta do secretariado nacional do PCB ao CR do Maranhão”, outubro de 1935. In Vianna, *pão, terra e liberdade*, op.cit., p. 105.

³⁹ “Carta do diretório nacional da ANL aos companheiros do Rio Grande do Norte”, 31/10/1935. In Vianna, *pão, terra e liberdade*, op.cit., pp. 110, 111.

⁴⁰ Carta do Secretariado nacional do PCB ao CR do Maranhão, outubro de 1935. In Vianna, *pão, terra e liberdade*, op.cit., pp. 105, 106.

IC, em julho de 1935, apontando para uma crise brasileira aguda com “cisões profunda no seio da classe dominante e seus partidos”. Em relação ao movimento grevista ele informou que quantitativamente “em 1919 registraram-se 20.000 greves; em 1931, 30.000; em 1934 e princípios de 35, 1.000.000”. Qualitativamente, houvera um “melhoramento no nível político e organizador dos grevistas, ficando mais sólida a ligação com os mesmos”. Diante do quadro traçado, o dirigente brasileiro sentiu-se à vontade para afirmar que era “evidente o enfraquecimento atual do governo de Vargas” e que o país caminhava a “passos largos para a luta decisiva que visa o desmoroamento do governo de traição nacional e o advento de um poder popular nacional-revolucionário”.⁴¹ Esse tipo de informe, que supervalorizava a agitação popular e transmitia uma irreal fragilidade do governo Vargas, convenceu a IC a autorizar a vinda de uma assessoria (Berger, Ghioldi, Benário, Baron, Vallée) que Pinheiro caracterizou como de “alto nível” para pôr em prática a insurreição.⁴²

No entanto, não era somente Miranda que produzia documentos mostrando uma falsa realidade da cena brasileira, pois o partido se retro alimentava com esses informes. Em vista de um confronto entre integralista e trabalhadores na região de Piranji (Ba), o CR da Bahia redigiu um panfleto narrando o ocorrido e concluindo que “o exemplo concreto de Piranji, em lutas decisivas contra a horda plinista de lacaios da burguesia” significava “um alto exemplo muito alto de como as massas trabalhadoras exploradas e oprimidas estão radicalizadas na verdadeira ideologia do proletariado contra os seus opressores e exploradores”.⁴³ A respeito disso, Pinheiro comenta que não necessariamente os dados apresentados nos documentos fossem falsos, mas a leitura feita era “equivocada e ilusória, prolongando imaginariamente virtualidades revolucionárias que não estavam presentes na luta concreta”.⁴⁴

Basbaum rememorou que Bangu também escrevia informes para o Comitê Central, avaliando que a situação da Bahia era de “intensa agitação revolucionária” e, que quando chegou até ele as notícias dos levantes, ficou desconfiado que aquele movimento era resultado de informações “iguais aquelas que Bangu mandava para Prestes e o CC”. Basbaum anotou que, antes do levante de 35, ele já sabia “muito por alto” que Prestes

⁴¹ Discurso, julho de 1935. CPDOC, AP M/2503/27/11/35. 100.1.

⁴² Pinheiro, *estratégias da ilusão*, op. cit., p. 312.

⁴³ “Luta de morte contra o integralismo”, julho de 1935. Vianna, *pão, terra e liberdade*, op. cit., p. 58.

⁴⁴ Pinheiro, *estratégias da ilusão*, op. cit., p. 279.

estava no país preparando uma revolução.⁴⁵ Mas esta informação outros pecebistas alegam que não tinham conhecimento.

Parecia haver uma divergência entre aqueles que estavam preparando a insurreição (a cúpula do partido comunista e os agentes vindos de Moscou) e aqueles que faziam o trabalho de arregimentação, inclusive alguns comunistas que se queixavam das medidas arbitrárias tomadas. O PCB parecia apresentar uma certa bipolaridade entre um partido de quadros e um partido de base, entre os pecebistas que faziam o trabalho de arregimentação e respondiam as pressões das bases operárias e populares e aqueles que trabalhavam na estrutura dirigente.⁴⁶ Segundo Negro, tal duplicidade não pode ser entendida como um “antagonismo entre PC de cúpula e PC de bases”, na medida em que, “havia dirigentes com trânsito e representatividade na base quanto havia gente, na base, ambicionando uma via expressa até a cúpula”.⁴⁷ Um sinal dessa complexa via de mão dupla era a relação entre Heitor Ferreira Lima e Miranda, ambos componentes do bureau político do PCB. Enquanto Lima trabalhava no setor sindical “arregimentando” e gozando de certo prestígio entre os trabalhadores, Miranda mostrava-se pouco preocupando com o “reforçamento partidário”. Lima acusou Miranda de ser completamente desligado da massa operária, vivendo “em permanente movimento conspiratório”, investindo energia na preparação de um *Putsch*,⁴⁸ juntamente com agentes da Internacional Comunista e alguns militares, trama que muitos pecebistas não tinham conhecimento.

Prestes, como presidente de honra da ANL, começou a constituir-se numa direção paralela e buscou apoio para um movimento que estava tramando nos bastidores.⁴⁹ Ele parecia acreditar que depois da decepção que muitos militares tiveram com o governo Vargas, ele poderia reconquistar o apoio de seus antigos companheiros na sua rejeição à revolução de Vargas em 1930. Numa correspondência enviada ao capitão Daniel Fagundes, Prestes fala ao antigo combatente da Coluna como o líder do movimento que levou seu nome. “Quem te escreve é o mesmo companheiro das marchas da coluna”,

⁴⁵ Basbaum, Leôncio. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976, pp. 158, 159.

⁴⁶ Foi Marco Aurélio Garcia quem anotou isso num manuscrito, sublinhando essa duplicidade com a expressão “dois PC’s”. Ver: “Notas sobre o PCB nos anos 40”. Manuscrito. 1987. Citado em: Paoli, Maria C. *Labour, Law, and the State in Brazil: 1930-1950*. Londres, tese de doutorado, 1988, p. 375, 397, 407. A indicação foi de novo confirmada em pesquisas subseqüentes. Informações tiradas de Negro, Antonio. *Linhas de montagem: O industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978*. São Paulo, Boitempo editorial, 2004, p. 72.

⁴⁷ Negro, Antonio. “Um PCB é pouco, dois é bom, três é demais: A participação operária na política do pós-guerra” In *História*, Assis (SP). V 2, 2002, p. 257-258.

⁴⁸ Lima, *caminho percorridos*, op. cit., p. 173.

⁴⁹ Vianna, *revolucionários de 35*, op. cit., 140.

buscou ele restabelecer os laços que os uniam num tempo de heroísmo. Ao capitão Ari Freire ele argumentou: “aqueles que maiores ilusões tiveram do golpe de 1930 já devem estar convencidos que eu tinha razão e que fiz bem em ficar de fora, evitando cair na lama em que se afundaram o João Alberto e tantos outros”.⁵⁰ Segundo Prestes, não somente os militares, mas também a população haviam percebido que ele tinha razão, e por este motivo os apoiariam na luta contra “os exploradores estrangeiros, contra os grandes fazendeiros reacionários e sanguinários” e “contra o integralismo”.⁵¹

Ao identificar a revolução de 30 como um erro em que ele já havia apontado, Prestes valorizava a nova insurreição que ele tramava e a identificava como a correta. Conforme Pinheiro, com o levante de 35 “Prestes se reencontra com seu verdadeiro ego”.⁵² Ao tentar reeditar os mesmo métodos de 1922 e 1924, ele dá lugar à farda de general e convoca seus homens para combater novamente em um novo movimento, como novos adversários e nova doutrina.

As orientações do PCB mudaram em novembro, alegando que “as greves gerais de massa nos Estados do Espírito Santo, Bahia, Pernambuco contra os congressos integralistas”, assim como “a greve geral da Paraíba, a greve dos operários da Great Western em Pernambuco, Paraíba, R.G. Norte e Alagoas” exibiam “uma grande madureza revolucionária do proletariado e a vontade das amplas massas populares de marcharem sob a direção do proletariado”. Diante disso, o Comitê Central ordenava a todos os comunistas: “ocupai vossos postos de combate como soldados, como organizadores e como dirigentes da revolução nacional, lado a lado com os aliancistas e com a massa!”⁵³

Porém, este documento é mais de agitação do que propriamente de ação, pois não havia informações de como preparar a “revolução nacional”, como iria se iniciar nem aonde e nem quando aconteceria. Alguns militantes do PCB pareciam confusos. Assim sentia-se Barreto Leite que escreveu a Prestes externando seu descontentamento. Segundo ele, “as palavras de ordem e as concepções mais gerais tem se modificado tantas vezes que já não é possível, sob a base dos documentos e das atitudes práticas, chegar-se a nenhuma conclusão clara a respeito do que estamos fazendo e, sobretudo querendo”.

⁵⁰“Carta de Prestes ao capitão Ari Salgado Freire”, 20/7/1935. In Vianna, *pão, terra e liberdade*, op.cit., p. 335.

⁵¹ “Carta de Luís Carlos Prestes ao capitão Daniel Eufrides Fagundes”, 20/ 8/1935. In Vianna, *pão, terra e liberdade*, op.cit., p. 350.

⁵² Pinheiro, *estratégias de ilusão*, op. cit., p. 217

⁵³ “Resoluções do CC sobre as tarefas dos comunistas na preparação e na realização da revolução nacional”, novembro de 1935. In Vianna, *pão, terra e liberdade*, op.cit., p. 135.

Ele buscava entender qual linha o partido estava seguindo, quais os métodos de luta e como seria essa revolução nacional a que o PCB se referia. Em suas palavras:

Surge a história da revolução nacional libertadora e, em torno desta, como é natural, a confusão aumentou. Já não se sabe mais se ela é democrático burguesa ou o que é, que ligações tem com as formas anteriores e de que misteriosa maneira poderá sair daí uma revolução, socialista o que, afinal, embora se esteja um pouco esquecido, continua sendo a perspectiva real do partido do proletariado, do proletariado como classe e de qualquer comunista.⁵⁴

Por estas linhas que escreveu, Barreto Leite e todos os que concordaram com suas opiniões foram expulsos do partido.

Nessa espessa copagem pecebista aonde se confundiam agitação política e revolução iminente, e mudava-se constantemente de linha política, a visibilidade foi tornando-se cada vez mais difícil e a confusão tendeu a aumentar.

Um movimento em três atos

Entre os dias 23 e 27 de novembro três levantes armados espocaram em cidades diferentes do país. Após derrota, o movimento insurrecional foi chamado pelo governo e oposição de intentona comunista, por um lado, para diferenciar este do movimento de 30 e, por outro, para depreciá-lo, além de atribuir a autoria aos comunistas e mais facilmente reprimir os participantes dos levantes. No entanto, quando eclodiu o primeiro levante, poucos eram os pecebistas que sabiam dos acontecimentos.

O primeiro ato deu-se em Natal (RN), na noite de 23 de novembro devido a problemas internos no 21º Batalhão de Caçadores: a desincorporação de 28 militares, entre sargentos, cabos e soldados. Apesar de o motivo ser específico do quartel, e neste ter uma “célula da ANL com apenas 27 membros”,⁵⁵ o levante foi deflagrado em nome da Aliança Nacional Libertadora e o Comitê Regional (CR) do PCB de Natal terminou por envolver-se. Segundo o pecebista João Lopes (Santa), “o golpe não foi comunista não. Tomamos parte do movimento armado, mas se não tomássemos ia estourar de

⁵⁴ “Carta de Barreto Leite a Prestes”, 26/11/1935. In Vianna, *Pão, terra e liberdade*, op.cit., p. 140.

⁵⁵ Levine, *regime Vargas*, op. cit., p. 163

qualquer maneira”.⁵⁶ Num informe enviado para o partido comunista em 16 de janeiro de 1936, Lopes afirmou que no dia do levante, o Comitê Regional de Natal esteve reunido das 9 as 14 e discutiram sobre “diversos assuntos, menos do levante do 21° BC porque não se sabia deste movimento”.⁵⁷

A notificação ao CR de Natal foi feita apenas 4 horas antes da eclosão da revolta e os pecebistas decidiram por participar. Durante a noite os sediciosos dominaram o “21° BC, o quartel de polícia, a casa de detenção e o esquadrão de cavalaria”, não houve muita resistência e o governador Fernando Flores fugiu da cidade.⁵⁸ Após tomarem a cidade, os “rebeldes” anunciaram, em 25 de novembro, a formação de um comitê revolucionário com militantes do PCB em sua maioria na direção do órgão e divulgaram a dissolução do governo de Rafael Fernandes e da Assembléia Legislativa em nome da ANL. O jornal revolucionário, sugestivamente chamado *a Liberdade*, publicou um manifesto aonde invertia a causa do movimento. Segundo esse, foi a situação de miséria e a solidariedade ao “movimento articulado pela Aliança Nacional Libertadora” que o fez o 21° BC se rebelar “com o auxílio do povo, dos operários, de todos os que querem um Brasil grande e liberto”.⁵⁹ Porém, diferindo do documento, a participação popular foi posterior à ação militar. Contudo, segundo Vianna, foi suficiente para assegurar a conquista de alguns povoados e a permanência dos rebeldes por quatro dias em Natal. Para a autora, a participação popular foi anárquica, realizando saques freqüentes no comércio e no banco, numa desordem generalizada aonde poucos sabiam quem havia iniciado e qual era a finalidade do movimento. “Um estivador declarou que entrara no movimento para ajudar a marinha e se soubesse que o ministro não estava de acordo não teria participado”, já o sapateiro Paulo Medeiros decidiu prestar seu apoio porque “disseram-lhe que o movimento era muito bom”.⁶⁰

Em 24 de novembro, com notícias vindas de Natal, o comitê regional de Recife adiantou-se e iniciou o levante no 29° BC, quartel fora da cidade pernambucana. Diferindo de Natal, a decisão partiu do Secretariado do Nordeste, órgão regional criado após a reunião do comitê central do PCB, em julho de 35. Pelas informações vinda de Natal, os pecebistas de Recife pensaram ter chegado a hora e distribuíram um panfleto informando que:

⁵⁶ Gomes, *velhos militantes*, op. cit., p. 105, 106.

⁵⁷ “Informe de Santa sobre o Rio Grande do Norte”, 16/1/1936. In Vianna, *pão, terra e liberdade*, op.cit., p. 216

⁵⁸ Oliveira, *Praxedes*, op.cit., p. 61

⁵⁹ “Conquistada a bala a liberdade de um povo”. In Vianna, *pão, terra e liberdade*, op.cit., pp. 477, 478.

⁶⁰ Vianna, *revolucionários de 35*, op. cit., pp. 205, 207.

Por determinação do Diretório Nacional da ANL e seu presidente, o grande e glorioso general antiimperialista Luís Carlos Prestes, acaba por desencadear-se em todo o nordeste, com quartel-general neste estado, o movimento nacional libertador tão ansiosa e justamente aguardando pelas amplas massas do povo Brasileiro.⁶¹

O informe de “desencadeamento do movimento nacional libertador em todo o nordeste” foi um tanto exagerado, pois a maioria dos informes escritos por pecebistas depois dos levantes menciona o desconhecimento do movimento armado no Rio Grande do Norte. Num documento do Bureau político do PCB afirmou-se que “ao que temos recebido informe, nenhuma das demais regiões estava avisada da intenção de insurreição para 35 em Natal, todas foram tomadas de surpresa e por isso não agiram, ficaram desnorteadas”.⁶² Conseguir apoio em Recife, segundo o secretário-regional do CR de Pernambuco, não foi fácil. Ele informou a direção do PCB que, por ser um domingo, os trabalhadores não estavam fácil de agrupar, sendo que “a própria base do partido só começou a ser mobilizada depois de levantada a tropa e isso muito dificilmente”.⁶³ Ante a falta de apoio, os revoltosos pernambucanos não conseguiram tomar a cidade e a revolta foi rapidamente dirimida pelo governador Malvino Reis, que contou com o auxílio de tropas paraenses e baianas. Durante o levante de Recife, o governador Juracy Magalhães colocou a disposição o 19º Batalhão de Caçadores, armas e homens, os quais ajudaram a debelar a rebelião pernambucana.

Enquanto se realizava os levantes no Nordeste, o Comitê Central do PCB estava reunido no Rio de Janeiro, mas até o fim da sessão no dia 23 nada se sabia a respeito dos acontecimentos no nordeste. Era um domingo e não havia jornal, somente à noite chegaram alguns informes e segunda pela manhã houve confirmação, mas, de acordo com um documento da direção do PCB, “começaram as prisões de todos os elementos de atividade conhecida da ANL e dos quadros mais conhecidos do PCB e assim é que todos os elementos da Light e da Central foram presos”. Segunda à noite houve nova reunião do Bureau político com quadros militares “para discutir a situação e tomar resoluções sobre o caminho a seguir”.

⁶¹ “Povo de Pernambuco”, 24/11/1935. In Vianna, *pão, terra e liberdade*, op.cit., p. 137.

⁶² “Relação dos fatos ocorridos em fins de novembro de 1935”, 25/12/1935. In Vianna, *pão, terra e liberdade*, op.cit., p. 197, 198.

⁶³ “Relação dos fatos ocorridos em fins de novembro de 1935”. In Vianna, *pão, terra e liberdade*, op.cit., p. 197.

O Secretário geral informou a situação, o inesperado dos levantes do NE e o dilema em que nos encontrávamos: ou marchar com as forças que tínhamos o mais depressa possível, pois que o plano no setor militar estava mais adiantado em sua preparação ou então deixar os levantes do NE sem solidariedade nossa, permitindo assim o embarque de tropas contra os nacional-libertadores de lá e assistir as prisões de nossos melhores elementos já apontados por causa de suas atividade.⁶⁴

Apesar do informe que o setor militar não apresentava grande preparação, a decisão foi a de desencadear o levante em apoio aos levantes do Nordeste. Na madrugada de 27 de novembro os militares do o 3º RI, na praia Vermelha iniciaram o levante e depois foi a vez da Escola da Aviação, no campo dos Afonsos. O governo conteve a sedição no mesmo dia e apesar da tentativa de organização de greves, elas inexistiram. O pecebista José Lago Morales frisou que uma das “maiores falhas foi não ter podido lançar o proletariado a greve”. Ele apontou que a antecipação do levante no Nordeste e a debilidade do partido nos sindicatos, sendo sua ligação “quase exclusiva com os dirigentes divorciados da luta revolucionária”,⁶⁵ impediu que a ação grevista fosse bem sucedida.

Semelhante observação foi feita num relatório, confeccionado pela polícia política. Neste argumentou-se que os movimentos de 35, desencadeados em Recife, Natal e Rio de Janeiro não contaram com a participação dos sindicatos pelo simples fato de “não ter dado a palavra de ordem, condicionada, como estava, ao alcance de um êxito inicial maior”. Caso o movimento tivesse “logrado maior duração e surgido em todos os planos planejados, e, com toda a certeza, os sindicatos teriam sido chamados a participar”.⁶⁶

Diferente de Natal, os levantes de Recife e Rio de Janeiro pouco contaram com a participação popular. Pinheiro e Vianna consideram que o movimento de 1935 foi o último levante militar, lembrando as quarteladas de 1922 e 1924. Ironicamente, o manifesto de Prestes lido para nação em 5 de junho, no dia da comemoração dos levantes de 1922 e 1924, reivindicou a ANL como continuadora das “tradições revolucionárias”.

Depois das insurreições muitos pecebistas continuavam desconhecendo a origem dos acontecimentos. Euzébio, do CR do Pará, escreveu ao CC do PCB pedido explicações:

⁶⁴ “Relação dos fatos ocorridos em fins de novembro de 1935”, 25/12/1935. In Vianna, *pão, terra e liberdade*, op.cit., pp. 193, 194.

⁶⁵ “Relatório de Brito (José Lagos Moraes)”, 27/12/1935. In Vianna, *pão, terra e liberdade*, op.cit., p. 200.

⁶⁶ Relatórios sobre atividades comunistas. Aperj, fundo polícia política, setor comunismo, pasta 11b.

Continuamos aguardando de vocês esclarecimentos a respeito dos levantes de Recife, Natal e Rio. Ignoramos os motivos que levaram aqueles companheiros iniciarem a revolução, sem articulação com outras regiões. Não queremos crer que foi obra de puro histerismo esquerdista. [...] Não obstante inteira possibilidade de acompanharmos o nordeste naquela conflagração, não podemos no momento tomar nenhuma atitude imediata, por desconhecermos inteiramente a natureza do problema, uma vez que vocês nos tem mantido num quase absoluto isolamento.⁶⁷

Graciliano Ramos, anotou em suas memórias que quando estava na prisão ouviu Rodolfo Ghioldi explicar os motivos da rebelião de 1935: “muitos indivíduos que tinham figurado nela precisavam esclarecimentos”.⁶⁸ Exagero ou não, o fato é que o levantes de 35 foi desarticulado. Bem diversa foi a repressão que se seguiu: organizada e bem administrada.

Repressão

Quando monitorar não se mostrou suficiente aos governantes, eles utilizaram as informações recolhidas durante o tempo da vigilância e empregaram uma violência desmedida contra os suspeitos e demais pessoas. Desta forma se procedeu a repressão contra a sociedade após o movimento armado de 1935, causando, por vezes, a eliminação física dos considerados “indesejáveis”. Mas os métodos repressivos não foram inéditos nem limitados ao governo Vargas, pois Pinheiro demonstra, com um expressivo número de fontes, que na Primeira República houve uma escalada repressiva do Estado, embalada pela justificativa dos levantes de 1922, 1924 e à Coluna Prestes, mas a violência atingiu não somente os revoltosos, como também dissidentes políticos, prostitutas, mendigos e vadios.⁶⁹

O aumento da população nas sublevações aumentava o temor. Sobre a revolta de 1924, Távora pergunta: “E quem entre nós seria capaz de prever as últimas conseqüências da subversão criada pelo predomínio incontestável do populacho?”. Sua indagação é significativa para mostrar que existia uma margem de imprevisibilidade nas ações populares que pedia precaução e estimulava o pânico, um pânico gerado e alimentado por

⁶⁷ “Carta de Euzébio”, 19/12/1935. Aperj, fundo polícia política, setor comunismo, pasta 14 E.

⁶⁸ Ramos, *memórias do cárcere*, op. cit., p. 237.

⁶⁹ Os dois parágrafos posteriores tirados de Pinheiro, *estratégias da ilusão*, op. cit., pp. 87, 108, 110.

mobilização concreta da população. Intencionando dirimir essa mobilização, diversas formas arbitrárias foram forjadas pelo governo Artur Bernardes, facilitadas pelos regimes de exceções, indiscriminadamente utilizadas contra a população, a saber: navios prisões, desterros, colônias penais, expulsões.

Esse foi o quadro que os governantes que chegaram pela revolução de 30 encontraram, mas longe de querer modificá-lo, “especializam e intensificam a repressão, elevando-a a patamares mais desenvolvidos”. Caminhando no sentido de demonstrar “continuidades em ritmos diferentes” entre a República velha e a nova, Pinheiro buscou evidenciar que a violência repressiva era uma prática política exercida pelo Estado, como um mecanismo de defesa, usado sempre que os governados ousavam extrapolar os estreitos limites a eles impostos. Consuelo Sampaio ressalta que boa parte das greves baianas da primeira metade dos anos 30 terminaram sob forte repressão policial,⁷⁰ o que não foi muito diferente nas outras regiões do país. Se na década de 20 a questão social virou caso de polícia, em 1935 ela se tornaria um problema de segurança nacional, como algumas vezes a literatura comentou.

Apesar do movimento de 1935 ter sido deflagrado em apenas três cidades, a repressão que se seguiu a ele foi para todo o país. Logo após os levantes desencadeados em Natal, Recife e Rio de Janeiro, Juracy Magalhães, da Bahia, não hesitou em escrever a Vargas requerendo armamento e munição para “manter inalterada a ordem pública, reprimindo qualquer movimento que por ventura, surja no Estado, quer em sua capital, quer no seu interior”.⁷¹ Sua solicitação não demorou a ser aprovada devido ao estado de alerta em que se encontrava o país.

Em carta a Osvaldo Aranha, Vargas dava o tom de como seria os próximos anos. Depois de afirmar que o governo não poderia mais se sustentar na ação “preventiva e repressiva” contra os “elementos extremistas” que agem “protegidos pelas garantias oferecidas pelo próprio regime”, ele informou ter solicitado ao poder legislativo que decretasse “estado de sítio por 30 dias”.⁷² Seu pedido foi apreciado positivamente pelo congresso e a constituinte voltou a ser atacada. Segundo Stanley Hilton alguns administradores do governo Vargas não só apoiaram as severas medidas adotadas como também advogaram reformas constitucionais que fortalecessem o poder central, alegando que as instituições liberal-democráticas não possuíam meios eficientes para dirimir os

⁷⁰ Sampaio, *poder e representação*, op. cit, p.44.

⁷¹ Carta, 12/12/1935. AN, série governos estaduais/ gabinete civil da presidência da república, código 35, seção SDE, lata 15.

⁷² Carta, 14/12/1935. CPDOC, GV c 1935.12.14.

riscos da “subversão”. Assim Agamenom Magalhães, ministro do Trabalho, criticou a liberdade excessiva que a constituição dava aos sindicatos que, a seu ver, precisavam ser rigorosamente controlados pelo governo.⁷³ Felinto Muller,⁷⁴ por sua vez, procurou justificar que não pôde impedir a eclosão dos movimentos porque “as medidas com que a constituição de 1934 aparelhou o poder público” eram “insuficientes para enfrentar essas novas modalidades criminosas”.⁷⁵

O levante de 35, mesmo sendo rápido e não representando o perigo a que lhe foi atribuído, abriu uma vaga para que medidas extraordinárias fossem adotadas e estas foram respaldadas inicialmente pela opinião pública interna e externa.⁷⁶ Zeloso pela imagem do seu país, Osvaldo Aranha, embaixador do governo brasileiro nos Estados Unidos, remeteu carta a Vargas afirmando que a repercussão dos levantes naquele país estava sendo tranqüila. Apenas “de Buenos Aires, um tal de White telegrafou e fez comentários não de todo agradáveis. Mas, podia ser pior”, avaliou Aranha e concluiu “as notícias, em resumo, foram simpáticas, o interesse foi geral e o aplauso à vitória do governo foi unânime.”⁷⁷

Não por acaso, Vargas conseguiu renovar no congresso os decretos de estado de sítio e posteriormente de guerra, que se constituiu por noventa dias inicialmente, sendo continuamente renovados até a implantação do Estado Novo em 1937, valendo-se para isso do fato de ter no anticomunismo o ponto de união entre ele e alguns de seus críticos. Apesar disso, a decretação dos estados de sítio e de guerra não foi de todo sossegada, pois a chamada minoria parlamentar denunciava, no legislativo, as arbitrariedades e violências

⁷³ Hilton, Stanley. *A rebelião vermelha*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1986, p. 96.

⁷⁴ Filinto Strubing Müller nasceu em Cuiabá, em 1900, pertencente a uma família de tradição na política matogrossense. Militar, ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, em 1919. Participou dos levantes de 1922 e 1924. Depois da derrota do movimento de 24, exilou-se na Argentina. A não integração de Filinto Müller ao exército guerrilheiro que percorreu o interior brasileiro entre 1925 e 1927 é assunto controverso, existindo versões que o acusam de ter desertado quando exercia posto de comando na Coluna. Retornou ao Brasil em 1927, ficando preso por cerca de dois anos e meio. Em 1930, teve participação discreta no movimento político-militar que pôs fim à República Velha e levou Getúlio Vargas ao poder. Após a instalação do novo regime, foi nomeado oficial-de-gabinete do ministro da Guerra, general Leite de Castro. Em seguida, foi secretário do interventor federal em São Paulo, João Alberto. Em 1932, colaborou no combate à Revolução Constitucionalista promovida pelos paulistas. Em abril do ano seguinte, alcançou o posto de chefe de Polícia do Distrito Federal, permanecendo nesse cargo por quase uma década. No primeiro semestre de 1935, formulou acusações contra a Aliança Nacional Libertadora. Segundo Filinto, a ANL não passava de uma organização comunista que obedecia às orientações da União Soviética. Depois do movimento armado de 1935 ganhou destaque sua atuação à frente da chefia de polícia. Por diversas vezes foi acusado de promover prisões arbitrárias e utilizar-se da tortura no trato aos prisioneiros. Em 1938, dirigiu o aparelho repressivo do governo contra os membros da AIB.

⁷⁵ Carta 18/6/1937. CPDOC, GV c 1937.06.18.

⁷⁶ Carta, 25/11/1935. CPDOC, Gv c 1935.11.35.

⁷⁷ Carta, 3/12/1935. CPDOC, OA 36.11.25/1.

cometidas pela repressão anticomunista.⁷⁸ A ANL, por sua vez, mesmo na ilegalidade, fez circular panfletos protestando contra o cerceamento das liberdades constitucionais, conclamando a diversos setores da sociedade a lutarem pela anistia do presos políticos e pela anulação das leis de exceção. Num manifesto da CSUB pedia-se a luta contra a “prepotência de um governo que cortou todas as liberdades populares, proibiu reuniões em praça pública, intervindo violentamente nos organismos sindicais e na própria ‘CSUB’”, contra a reação desencadeada aos “militares de tendências democráticas”, o fechamento da ANL e a prisão de operários.⁷⁹

A repressão recaiu sobre uma ampla gama de opositores ao governo, em especial a ala mais a esquerda. Sob rótulo de “comunistas” foram presos indistintamente anarquistas, liberais, aliancistas, socialistas, tenentistas, sindicalistas.⁸⁰ A maioria dos prisioneiros não teve envolvimento direto nos levantes, mas foram detidos pela periculosidade que os órgãos repressores (baseado na ficha do suspeito) achavam que eles representavam ou, na linguagem policial, eles foram presos como “medida de ordem política e social”. Segundo Filinto Müller, após decretação do estado de sítio, “numa providência [...] de caráter preventivo” que ele considerou “acertada”, “a polícia fez recolher em custódia todos esses elementos perigosos conhecidos seus”.⁸¹ Desta forma, o tipógrafo Benjamim Borges da Costa foi preso, em 23 de janeiro de 1936, “por determinação do sr. delegado especial”, na redação do jornal aliancista *A manhã* “por já ter antecedentes na secção de segurança social e constar o seu nome no fichário da ANL, apreendido em poder do comunista Raul Francisco Ryff”.⁸² Igualmente, Moacyr Vasconcelos, “fiscal de jogo” e “membro da comissão de greve dos operários da Cantareira”, em 25 de agosto de 1934, foi preso em 3 de março de 1936 acusado de ser “comunista agitador, intimamente ligado a ANL, sendo recolhido à casa de detenção como medida de segurança política e social”.⁸³

Alguns foram presos sem condenação formal, prática largamente utilizada pelas autoridades policiais, segundo Cancelli.⁸⁴ Assim, acusado de comunista, Graciliano Ramos foi preso sem nenhum processo contra ele e, posteriormente, transferido de Alagoas para o quartel de Recife, seguindo para a casa de detenção do Rio de Janeiro

⁷⁸ Verbete. Dicionário Histórico Biográfico. Compact-disc. CPDOC - FGV, 2004.

⁷⁹ “Todos os trabalhadores do Brasil”. Aperj, fundo DESPS, panfleto 840.

⁸⁰ Karepovs, *luta subterrânea*, op. cit., p. 59.

⁸¹ Carta, 18/6/1937. GV c 1937.06.18

⁸² Aperj, fundo DPS, 30053.

⁸³ Aperj, fundo DPS, 30053

⁸⁴ Cancelli, *o mundo da violência*, op. cit., p. 181.

(pavilhão dos Primários) depois para a Colônia Correcional dois Rios (Ilha Grande) e para a casa de correção sem nunca ter sido interrogado.

Essa onda repressiva se espalhou terminando por alcançar o criminoso comum. Enquanto viajava no navio Manaus do quartel de Recife para a casa de detenção no Rio de Janeiro, em 1936, o preso Graciliano Ramos foi advertido de que junto com ele viajavam “vagabundos e ladrões”. Isso o fez, por segurança, retirar da “carteira as cédulas”, colocá-las num “compartimento de porta-moedas” e “guardá-las no bolso do pijama, debaixo do lençol”.⁸⁵ O historiador Rose verifica que, em Recife, membros da ANL, considerados suspeitos, juntamente com os “marginais” foram “cercados e mortos pela força do secretário de segurança e chefe de polícia civil de Pernambuco, Malvino Reis Neto”.⁸⁶ Cancelli, por sua vez, suspeitou que a quantidade de pessoas no interior de São Paulo que foram detidas por alcoolismo, desordem, ócio e desobediência não correspondia ao retrato de criminalidade brasileira.⁸⁷

Uma vez mais o governo utilizava a justificativa de debelar uma revolta para limpar as cidades dos vistos como não-quistos. Em um relatório sobre as atividades da polícia durante o estado de sítio e de guerra enviado a Vargas, Muller teria informado que

a polícia fez prender por essa ocasião todos os *malfeitores costumazes* com inúmeras entradas no depósito de presos e alguns deles com *varias condenações por crimes comuns* praticados contra a propriedade, e cuja vida progressiva aconselhava como *simples medida de prudência o seu isolamento ao meio social*.⁸⁸ (grifo meu)

Adotando tais medidas, na análise de Pinheiro, o regime de exceção do governo Vargas terminou por unificar o crime político e o crime comum da mesma forma procedida pelo governo Bernardes, na primeira República, aproximando-se até na linguagem utilizada (*malfeitores costumazes*).⁸⁹ Prenderam do vadio ao assassino, sob a justificativa de que eles poderiam “ser aproveitados no momento de confusão ou se valessem da confusão para aumentar suas atividades criminosas, invadindo lares, assaltando e depredando”.⁹⁰ Não era explícito que isso fosse passível de acontecer. Para Pinheiro a ligação entre crime e revolução, feita no período, está na visão que os

⁸⁵ Ramos, *memórias do cárcere*, op. cit., p. 137.

⁸⁶ Rose, *uma das coisas esquecidas*, op. cit., p. 113.

⁸⁷ Cancelli, *o mundo da violência*, op. cit., p. 182.

⁸⁸ Carta, 18/6/1937. CPDOC, GV c 1937.06.18

⁸⁹ Pinheiro, *estratégias da ilusão*, op. cit., pp. 320, 321, 322.

⁹⁰ Carta, 18/6/1937. CPDOC, GV c 1937.06.18

governantes tinham da população como “classe perigosa”, portanto apta a prática de atividades “subversivas”.⁹¹

Devido ao aumento da quantidade de presos, segundo Cancelli, queixas freqüentes referentes a superlotação dos presídios e casas correcionais eram apresentadas e foram se avolumando ao longo dos anos. Em 1939, Dinis Henriques e Romualdo Henriques fizeram uma petição de transferência para o presídio de Natal ao presidente do Tribunal de Segurança Nacional (TSN), alegando que o presídio de Recife, aonde se encontravam, estava “superlotado e infecto” devido ao “aluvião de presos comuns, vindos de Fernando de Noronha, está o presídio cheio, e os políticos aglomerados em celas feitas para comportar seis homens, contendo 15 e até 16, todos dormindo no chão”.⁹²

Corriqueiras também eram as torturas, assim como a praxe de expor prisioneiros a doenças. Em carta, Honório Freitas Guimarães (Martins) procurou informar a Prestes sobre o estado dos pecebistas presos. “Bonfim está no hospital da polícia especial quase morto e com o braço quebrado” relatou ele e prosseguiu: “Miranda está todo negro, com o osso do nariz quebrado e com as unhas cheias de agulha”.⁹³ De acordo com Paoli, o Estado praticava uma forma de violência que escolhia “o corpo físico do outro para a sua intervenção de poder e, mais grave ainda para a sua noção de justiça realmente feita”.⁹⁴ Letícia, esposa de João Lopes, ambos participantes do levante de Natal, presenciou o peso da violência quando foi, juntamente com Lopes, detida em Recife tentando fugir da repressão. Enviados para o presídio chamado Brasil Novo (Pe), Lopes foi submetido a várias sessões de espancamento, a maioria delas na presença de sua esposa Letícia que narrou assim o ocorrido:

Quando iam bater nele iam me buscar para ele apanhar na minha frente. E ele quase morto fazia assim com a boca para eu não dizer nada. Bateram, bateram, bateram, quase mataram ele. Aí me soltaram. Até pedi para dormir lá, que eu não conhecia nada em Pernambuco. Me botaram junto com os tuberculosos, com o pessoal que vinha do interior para ir para o hospital.⁹⁵

Possivelmente, criminosos diferentes (político e comum) receberam tratamento diferenciado. Porém, as péssimas condições das cadeias e a superlotação indicam os maus

⁹¹ Pinheiro, *estratégias da ilusão*, op. cit., p. 322.

⁹² Citado em Cancelli, *o mundo da violência*, op. cit., p. 191.

⁹³ “Carta de Honório Freitas Guimarães a Prestes”, Fevereiro de 1936. In Vianna, *pão, terra e liberdade*, op. cit., p. 497

⁹⁴ Paoli, “movimentos sociais, movimento republicano?”, op. cit., p. 170.

⁹⁵ Gomes, *velhos militantes*, op. cit., p. 112.

tratos a que ambos (comum e político) estavam submetidos. Antes dos levantes, os detentos já apresentavam queixas contra o sistema carcerário. Em 1934, o jornal baiano *O Imparcial* noticiou que os presos comuns da penitenciária do Estado da Bahia protestavam contra as arbitrariedades infligidas por seu diretor, Everaldo Olivieri. Os detentos pediam a presença de João Facó, secretário de Segurança Pública do Estado, para que ele ouvisse de viva-voz as queixas contra o diretor. Segundo os presos, diante do pedido, Olivieri teria mandado que os guardas atirassem contra eles. A ameaça terminou por aumentar a revolta entre os detentos.⁹⁶

Todavia, o pecebista Francisco Theodoro notou que apesar de todos os prisioneiros sofrerem muito, os políticos eram mais castigados e por causa disso, os detentos comuns podiam querer distância dos políticos. Ele lembrou quando de sua passagem pela 4ª delegacia auxiliar (RJ), em 1931, ter ouvido uma mulher gritar: “eu sou ladrona, não sou comunis”. Com receio de ser exposta aos diferentes maus tratos a que os presos políticos podiam passar, ela procurou diferenciar-se. O próprio Theodoro, até chegar a 4ª delegacia, passou alguns apertos. Na cadeia de Camocim (Ce) aonde foi colocado numa sala que ele descreveu como um cubículo “anti-higiênico, úmido, com um mau cheiro, insuportável, e além de tudo escuro” ele terminou por ficar doente, sentindo “acessos de febre e um resfriamento nas pernas”. Devido a protestos de sua esposa frente às autoridades cearenses, Theodoro conseguiu ser transferido para “outro cubículo mais claro, porém mais sujo”.⁹⁷ Em 1936, os congressistas e presos políticos João Mangabeira, Abel Chermont, Abguar Bastos, Domingos Velasco e Otávio da Silveira⁹⁸ escreveram uma carta ao comandante do quartel Estácio de Sá, afirmando que estavam a 59 dias privados de sol e ar livre e queixaram-se: “É assassinato lento. Contra isso nós protestamos, pois não podemos crer que V.Exa. tenha recebido essa ordem. A incomunicabilidade não priva o preso de ar e sol”.⁹⁹

Ao menos os parlamentares tinham a quem recorrer. Em socorro aos companheiros de bancada, o deputado João Neves¹⁰⁰ escreveu duas vezes a Vargas pedindo concessão

⁹⁶ *O Imparcial*, 11/5/1934. Bpeb, setor de jornais raros.

⁹⁷ Rodrigues, os *16 deportados cearenses*, op. cit., pp. 51, 20.

⁹⁸ Em 23 de março de 1936 a polícia invadiu a sede do Legislativo e prendeu cinco parlamentares - os deputados Abguar Bastos, Domingos Velasco, João Mangabeira, Otávio da Silveira e o senador Abel Chermont. Verbete. Dicionário Histórico Biográfico. Compact-disc. CPDOC - FGV, 2004

⁹⁹ Carta, 20/5/1936. CPDOC, GV c 1936.05.21.

¹⁰⁰ João Neves da Fontoura nasceu em 1889, em Cachoeira do Sul (RS), município em que seu pai era chefe político. Após a definição da derrota de Vargas no pleito realizado em março de 1930, alinhou-se no interior da Aliança Liberal à corrente, também composta por Oswaldo Aranha, que denunciava a ocorrência de fraudes na eleição e defendia o caminho insurrecional para evitar a posse de Júlio Prestes. Com a posse de Vargas na presidência, foi nomeado consultor jurídico do Banco do Brasil, após recusar a

aos quatro deputados para tomarem “ar livre e uma hora de sol como acontecem com outros que estão na casa de detenção” e alegou que a longa reclusão estava agravando a saúde precária de alguns deles.¹⁰¹ A ANL divulgou um panfleto pedindo a “liberdade imediata dos parlamentares presos, heróicos combatentes pelas liberdades democráticas” e conclamando os “parlamentares e vereadores democratas, os trabalhadores, intelectuais e comerciantes” para reclamarem a “liberdade imediata dos parlamentares e de todos os presos políticos civis e militares”.¹⁰²

De fato, a repressão estendeu-se a pessoas influentes na sociedade. A Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (CNRC) criada em 1936, tinha por fim investigar a participação de funcionários públicos e outros em atos e crimes contra as instituições políticas e sociais e “prender, sem delongas prejudiciais, todos os comunistas fichados e suspeitos no país inteiro”.¹⁰³ A comissão era composta pelo deputado Adalberto Correa, pelo general José pessoa e pelo contra almirante Dario Paes Leme e seus trabalhos ocorreram de 9 de janeiro de 1936 até 17 de março de 1937. Segundo o presidente da Comissão, Adalberto Correa, “era melhor fazer uma ou mais prisões injustas do que permitir que se ensanguentasse de novo e tão vilmente o Brasil”. Foram os membros da CNRC que solicitaram, em 2 de fevereiro de 1936, a prisão de Pedro Ernesto, Maurício de Lacerda, Anísio Teixeira, Odilon Batista, Felipe Moreira Lima por terem sido considerados “os mais perigosos e eficientes [...] no preparo de novo golpe comunista que se tramava para a segunda quinzena de fevereiro e depois foi adiado”. Em carta enviada a Vargas, Adalberto criticou a atitude do Governo em demitir, mas não prender os funcionários públicos, “deixando-os a vontade para prosseguir com mais violências” e advogou a tese que o governo devia castigar tanto os “subalternos” como os “chefes” para evitar “justa indignação popular”.¹⁰⁴

Os argumentos defendidos por Correia parecem um tanto inusitados, pois não era comum que tais fossem defendidos numa sociedade fortemente marcada por diferenças

interventoria federal no Rio Grande do Sul e o ministério da Justiça. Em 1932 apóia a Revolução Constitucionalista deflagrada no mês de julho daquele ano, em São Paulo. Com a derrota do movimento, exila-se na Argentina por cerca de dois anos. Em maio de 1935, assume seu mandato na Câmara Federal, onde passa a liderar a Minoria Parlamentar, bloco de oposição a Vargas no Congresso, também chamada de Oposições Coligadas. Protesta contra o fechamento, em julho, da ANL e contra a decretação do estado de sítio, em novembro, após os levantes armados deflagrados por setores da ANL. Em 1936 volta a se aproximar gradualmente de Vargas. Verbetes. Dicionário Histórico Biográfico. Compact-disc. CPDOC - FGV, 2004

¹⁰¹ Carta, 20/5/1936. CPDOC, GV c 1936.05.21

¹⁰² “Apelo ao povo e as forças armadas”, 12/6/1936. Aperj, fundo polícia política, setor comunismo, pasta 16 E.

¹⁰³ Carta, 2/4/1936, CPDOC, GV c 1936.04.

¹⁰⁴ Carta, 2/4/1936, CPDOC, GV c 1936.04.

sociais que eram continuamente reforçadas. A respeito disso, Graciliano comentou seu estranhamento ao ver pessoas influentes ocupando as prisões e terminou por escrever que habituara-se, “desde a infância, a presenciar violências, mas invariavelmente elas recaíam em sujeitos da classe baixa”. Ele notou um certo nivelamento a primeira vista:

Lá fora tínhamos ocupações diversas, usávamos linguagens diferentes e nos distinguíamos pela roupa; ali, no calor, mal vestidos, meio nus, usando vocábulo escasso, fundindo as grías da caserna e da estiva, parolávamos na inércia forçada e nos íamos depressa nivelando. E nenhum esforço fazíamos para isso: era a autoridade que nos juntava, suprimia de golpes barreiras por ela própria conservadas e reforçadas. Operários e militares sediciosos, pequenos-burgueses detidos por suspeita, socialmente valíamos tanto como o ladrão que me vendera a rede.¹⁰⁵

Porém, a ordem social não tinha se alterado de todo, pois confiando na lógica de quem tinha prestígio tinha benefício, alguns procuraram proteger os seus ou a si mesmo. Diante da solicitação da CNRC requerendo a prisão de Elieser Magalhães, seu irmão mais novo Juracy telegrafou ao presidente da República em seu favor e ao de Pedro Ernesto. Juracy Magalhães afirmou que os propósitos de Adalberto Correa eram “escandalosos e mesquinhos” e que confiava “cegamente no alto critério do eminente chefe que evitará intervenções indébitas” e por fim avisou: “não trepidarei [em] lutar contra caricatos Robespieres [que] ousam impor-se pela violência à consideração dos homens públicos do país”.¹⁰⁶

Mas sua condescendência aos comunistas e aliancistas não ultrapassou a linha dos parentes e amigos, pois em vista do pedindo da relação dos adeptos do “credo comunista” feito pela comissão aos governadores de cada estado, Juracy não se demorou em requisitar que a polícia baiana enviasse a documentação pedida que constava de 27 prontuários e 138 fichas. As fichas, enviadas pela polícia baiana a CNRC, mostram vigilância de pessoas consideradas suspeitas (comunistas, aliancistas, sindicalistas), estando anotado com quem falavam, as reuniões que faziam e suas viagens para outros estados. Na ficha de Adalberto Pereira de Souza, morador da rua do Argolo (SSA) e estivador por profissão, consta que ele era ex-fiscal da Companhia Linha Circular e Carris da Bahia. Como membro da ANL, apresentado à entidade por Edgard Matta, presidente da ANL baiana, tornou-se “um ativo propagandista entre os empregados da circular”. Em 23 de dezembro, Adalberto foi preso e identificado na delegacia de ordem

¹⁰⁵ Ramos, *memórias do cárcere*, op. cit., p. 153.

¹⁰⁶ Telegrama, 10/3/1936. CPDOC, GV c 1936.03.10.1.

política e social.¹⁰⁷ Os prontuários, por sua vez, revelam repressão: prisão de suspeitos fichados como comunistas, sendo alguns enviados para Maceió. (Ver tabela II).¹⁰⁸

Tabela II. Suspeitos fichados como comunistas no Estado da Bahia

Nome	Profissão	Prisão	Motivo	observação
João Lopes de Souza	Ferreiro	11/10/1935	Agitador comunista	Seguiu p/ Maceió
Joaquim Pimentel de Alencar	Agricultor	11/10/1935	Agitador comunista	Seguiu p/ Maceió
Francisco domingos do santos	calafate	11/10/1935	Agitador comunista	Seguiu p/ Maceió
Carlos Geraldo da Silva	mecânico	14/10/1935	Agitador comunista	Seguiu p/ Maceió
Luis França de Sant´ana	marítimo	14/10/1935	Agitador comunista	Seguiu p/ Maceió
Manoel Gregório Nascimento		24/10/1935	Agitador comunista	
Samuel Genez	vendedor	28/11/1935	Agitador comunista	
Ephifanio Prospero de Almeida	advogado	28/11/1935		
Dermeval Moreira	motorista	23/12/1935	Agitador comunista	
Israel Gonçalves Oliveira	estoucador	28/11/1935	Agitador comunista	
Durval Pereira	chaufer	28/11/1935	Agitador comunista	
Manoel Batista de Souza	Comercio	30/11/1935	Agitador comunista	Membro da ANL
Pedro Soares	açougueiro	30/11/1935	Agitador comunista	
Cícero Gonçalves	militar	4/11/1935	Agitador comunista	Reformado
Jonas Batista de Oliveira	tipógrafo	10/12/1835	Agitador comunista	
Adir Alves Leite	lavrador	17/12/1935	Agitador comunista	
Walter Souza Nazariano	comercio	18/12/1935	Agitador comunista	
Otacílio Trindade Santos	mecânico	18/12/1935	Agitador comunista	
Joaquim Seixas do Vale Cabral	engenheiro	21/12/1935	Agitador comunista	Secretário da ANL
Vitorino Leocadio de L. Filho		21/12/1935	Propagandista comunista	
Samuel Chafin	vendedor	23/12/1935	Agitador comunista	
Alberto Pereira de Souza	estivador	23/12/1935	Agitador comunista	
Tercílio Oliveira da França	comerciante	27/12/1935	Atividade comunista	Participou do atentado a bomba na sede da AIB de Ilhéus. Remetido para Ilhéus
Teodoro Pereira da Silva	militar	31/12/1935	Nocivo a ordem pública	Excluído do 19 BC
Israel Revkqlevsky	negociante	6/1/1936	Agitador comunista	Rumaica
Manoel Baptista Ferreira		3/2/1936	Agitador comunista	Português
Astrogildo Calazans	monotipista	31/1/1936	Agitador comunista	

Esses dados mostram que as prisões na Bahia aconteceram antes, durante e depois dos levantes, mesmo não tendo havido um movimento armado no estado baiano e que a maioria dos detidos eram trabalhadores, algo que igualmente pode ser notado na lista de

¹⁰⁷ Fichas de indivíduos enviados pela policia baiana a CNRC. CEDI, seção legislativa, caixa 14.

¹⁰⁸ Prontuários enviados pela polícia baiana a CNRC. CEDI, seção legislativa, caixa 8.

presos de São Paulo,¹⁰⁹ diferindo de Natal, Recife Rio de Janeiro, onde as prisões recaíram mais sobre os militares.¹¹⁰

A deportação para Maceió a que cinco desses presos foram submetidos não era novidade, provavelmente eles seguiram para o Rio de Janeiro posteriormente. Uma descrição dessas deportações pode ser lida em memórias, em especial de militantes comunistas. Normalmente os navios iam superlotados, eram sujos e o calor era intenso. Graciliano escreveu que “sentia-se num banho a vapor”, pois “a camisa e a cueca molhadas grudavam-se ao corpo, a calça e o paletó colavam-se à madeira, dissolviam espessa crosta de imundice”. O pecebista Theodoro Rodrigues que foi detido em Camocim (Ce), em 1931, depois da Marcha da fome organizada pelo partido comunista em todo o país, foi deportado sem julgamento, juntamente com mais 15 pessoas, na terceira classe do navio Manaus. Saindo de Fortaleza passou por Natal, Recife, Maceió e Salvador até chegar ao Rio de Janeiro. Em uma caderneta ele resolveu anotar os percalços que passou em seus seis meses de encarceramento, registro que foi apreendido pela polícia quando da sua nova prisão em 1932. Theodoro comentou que o informe da deportação foi feito aos prisioneiros na hora do embarque, deixado em sigilo para as famílias dos 16 banidos. Depois da notícia foram “levados de automóvel fretados pela polícia para a Polícia Marítima e dali escoltados em pequenos grupos para a ponte de embarque”. Depois de ter passado pelas delegacias de Fortaleza e do Rio de Janeiro, Theodoro ficou com a impressão que os homens que tomaram o poder em 30 nada diferiam dos anteriores, pois “os suplícios que aconteciam na velha república continuava acontecendo na nova república”.¹¹¹

Combatendo o Integralismo II

Enquanto o governo federal se voltava para reprimir os opositores mais a esquerda, o governador do Estado da Bahia fez o movimento girar para a direita. Juracy Magalhães já havia se mostrado apreensivo com os integralistas, motivo que o levou até o Catete a procura de apoio para um ato que somente a posteriori se revelaria. Depois de conversar

¹⁰⁹ Lista de presos em São Paulo, 1935-1937 publicada em Karepovs, *luta subterrânea*, op. cit., pp. 134-151.

¹¹⁰ Quadros dos presos políticos de Natal, Recife e Rio de Janeiro feita por Vianna. In Vianna, *revolucionário de 35*, op. cit., pp. 214, 235, 271.

¹¹¹ Rodrigues, *os 16 deportados cearenses*, op. cit., p. 13.

detidamente com Vargas, saiu do encontro somente com uma piada gaúcha sobre rãs, que com o barulho que faziam pareciam muitas, embora não fossem tantas assim. “Assim são os integralistas”, comparou o presidente.¹¹²

Sem o apoio esperado, Magalhães não desistiu de suas idéias de dirimir o avanço da AIB na Bahia. O combate ao movimento já vinha sendo administrado, principalmente em municípios no interior do estado, e se intensificou em 1936. Laís Reis, em seu estudo sobre o integralismo na Bahia, aponta que o motivo da inquietação do governador centrava-se no temor que ele nutria de que a AIB mantivesse o crescimento eleitoral que vinha conquistando, a ponto de disputar o eleitorado com os grandes partidos. Dados apresentados pela pesquisadora demonstram que os integralistas estavam tendo avanços promissores nos quadros eleitorais. Na assembléia estadual constituinte de 1934, a AIB obteve 202 votos e em quatro anos conseguiu eleger 65 vereadores.¹¹³

Aproveitando-se do estado de guerra que vigorava, Juracy decidiu por conta própria, em setembro de 1936, fechar os núcleos da AIB. O delegado Antonio Pereira de Matos confeccionou um relatório que foi enviado para o TSN informando que os integralistas preparavam “um movimento de caráter subversivo, tendendo a mudar a forma de governo” que deveria irromper em todo o país, devido a suas ligações com outros estados, possivelmente em setembro de 1936. Como prova, o relatório foi sustentado com trechos de cartas reunidas e documentos apreendidos em residências dos integralistas quando da diligência policial. Matos foi enfático em seu parecer:

É fora de dúvida que a ação Integralista planejou subverter a ordem com fim de implantar novo regime. Das provas colhidas, provas de toda sorte testemunhal e documental, se recompõe a teia do movimento fracassado.

Por intermédio de portadores de confiança ou pessoalmente vinham se entendendo a meses, as autoridades integralistas desta capital e do interior.

[...] Sabendo que gente estranha, emissário de próceres integralistas da capital da república, se entendia em reuniões secretas com dirigentes do integralismo local, ciente e consciente da trama, a polícia não teve dificuldade em por a mão naqueles sobre os quais recaiam as maiores responsabilidades.¹¹⁴

O estopim para o desencadeamento da repressão foi a apreensão pela polícia de uma carta-resposta redigida pelo chefe integralista provincial Joaquim Araújo Lima, em 23 de

¹¹² Abreu, *Juracy Magalhães*, op. cit., p. 97.

¹¹³ Reis, *educação e assistência social*, op. cit., p. 30.

¹¹⁴ “Relatório sobre o Integralismo”, 16/11/1936. CEDI, secção legislativa, caixa 3.

agosto de 1936, para Belmiro Valverde, responsável pelo setor de finanças da AIB em âmbito nacional, queixando-se dos poucos recursos materiais da AIB baiana e também da repressão ministrada pelo governador ao movimento integralista no estado. Lima afirmou que Magalhães ia “aos poucos apertando as cravelhas, ameaçando de fechar completamente o integralismo se esse revelar maior crescimento” e depois acusou: “escusado é dizer que os comunistas gozam da complacência governamental e até do estímulo para novos empreendimentos”. Diante disso afirmou “sinto que nossa luta será contra o governador Juracy Magalhães e sua gente”. Por fim, revelou seus intentos e o estratagema:

Seria útil que um companheiro afeito às lutas estivesse aqui conosco para auxiliar-nos.

Em resumo necessitamos de ter elementos no batalhão do exército aqui (19º BC) e devemos ter o material bélico necessário para irromper a ofensiva.

Além disso, podíamos invez de falar em integralismo preparar a coisa como se tratasse de comunismo.¹¹⁵

Essa carta fez soar o alerta e desprender a ação repressiva. Magalhães, depois das investigações, comunicou-se com Vargas para informá-lo que a AIB possuía armas e munições adquiridas clandestinamente e que usariam igualmente as pertencentes nas varias corporações militares aonde era grande a infiltração integralista na polícia militar, colimando “o movimento subversivo” e um atentado contra a sua vida e a de seu secretário de Segurança Pública, João Facó. Em vista da acusação integralista de que o seu governo era complacente com as atividades comunistas, Magalhães mostrou-se irritado e procurou escudar-se. Por um lado, atacou os integralistas, reclamando que eles se consideravam “tuteladores da ordem pública como se nós, governantes, fôssemos indiferentes a sorte da urgente organização social” e, por outro lado listou os “comunistas” presos no estado baiano depois dos levantes para mostrar que não era condescendente com a atividade dos comunistas. Por fim, fez um comentário que não se enquadrava na linha seguida pelo governo federal: “combato” até a tática de se “privilegiarem os verdes como meio de aniquilar os vermelhos. Possui o governo

¹¹⁵ “Relatório sobre o Integralismo”, 16/11/1936. CEDI, seção legislativa, caixa 3.

recursos legais para essa peleja sagrada, sem esquecer a diretriz norteadora da campanha a defesa do regime”.¹¹⁶

O comentário feito por Magalhães ao passo que criticava a postura do governo Vargas frente aos integralistas, informava que ele não a endossava. Segundo Hilton, o governo, após os levantes, “incentivava o movimento integralista” como parte de sua “campanha contra a esquerda”, enxergando na AIB um aliado na propaganda anticomunista e como um instrumento de mobilização da opinião pública.¹¹⁷ A resposta do presidente a notícia do fechamento dos núcleos integralistas veio em forma de um telegrama ponderado e pouco entusiasmado: “conhecedor [de] seu espírito [de] tolerância [e] ponderada energia, estou certo [que] só motivos muito sérios determinariam [de] sua parte adotar essa medida”.¹¹⁸ Por um lado, Vargas procurou não interferir na política do governador, mas continuou sem expressar o apoio que Juracy Magalhães possivelmente desejava desde de sua ida ao Catete. O apoio também não veio de Minas Gerais, pois Benito Valadares depois que recebeu duas cartas de Juracy, em 2 e 11 de setembro, comunicando as medidas tomadas contra os integralistas, terminou por responder:

Fiquei realmente surpreso com a ação do integralismo no seu estado. Aqui em Minas, seus partidários se tem limitado a fazer propaganda pacífica da doutrina, mormente nos últimos tempos, talvez devido ao ingresso, naquela corrente de alguns homens de responsabilidade, nossas autoridades policiais não tem registrado ameaças de violências de sua parte.

Estou ansioso por vê-lo, afim de trocarmos idéia sobre a orientação segura que devemos ter na política nacional. O presidente Getúlio continua, como sempre, muito seu, ou por outro, muito nosso amigo. Ainda há pouco, falou-me no Rio a seu respeito, exaltando suas qualidade de homem público.¹¹⁹

Valadares apresou-se em remeter, no mesmo dia, uma cópia a Vargas desta carta em que ele sutilmente aconselhava Juracy Magalhães a ajustar-se com a linha da política nacional, afirmando, em acréscimo, que eles deveriam continuar “prestigiando de modo decidido o presidente Getúlio Vargas. Do contrário, teremos a confusão, que só aproveitará os elementos mal intencionados”. Na câmara federal, Jeová da Mota

¹¹⁶ Carta, 11/12/1936. Aperj, fundo polícia política, setor estados, pasta 5b, fls. 398, 340.

¹¹⁷ Hilton, *a rebelião vermelha*, op. cit., pp. 70, 119.

¹¹⁸ Telegrama. AN, série governos estaduais/gabinete civil da presidência da república, fundo 35, seção SDE, lata 15.

¹¹⁹ Carta, 18/9/1935. CPDOC, GV c 1936.09.18/2.

protestou contra a proscricção da AIB na Bahia e na Assembléia Legislativa houve também reclames feitos pelo deputado Rafael Jambeiro.¹²⁰

A AIB valendo-se do pouco apoio que Magalhães recebeu conseguiu mediante decisão judicial reabrir seus núcleos, mas os acusados de estarem implicados no movimento “subversivo” permaneceram presos e foram processados pelo TSN, obetendo relaxamento da prisão em janeiro de 1937, respondendo processo em liberdade. O fechamento da AIB, em âmbito nacional, foi feito em dezembro de 1937, juntamente com todas as demais agremiações partidárias do país, quando da decretação do Estado Novo. Decepcionados, os integralistas, em 10 de maio de 1938, promoveram um levante no Rio de Janeiro, tentando alçar ao poder através do golpe, sendo rapidamente derrotados.¹²¹ A repressão ao movimento integralista pelo governo ganhou o aplauso de aliancistas e comunistas. Da casa de detenção alguns presos políticos, encabeçados por Agildo Barata, escreveram a Vargas parabenizando-o em sua atitude:

Na condição de cidadãos - e não como presos - e, em nome dos demais compatriotas anti-fascistas recolhidos a este presídio, vimos, pela presente, congratularmos com a nação brasileira, na pessoa de V. Excia. pelo esmagamento da bárbara intentona integralista.

Cumprimos o patriótico dever de declarar que nos colocamos ao lado do governo de V. Excia., na luta contra o integralismo e seus mandatários e adjutores estrangeiros na defesa da integridade, da soberania e do progresso nacional.¹²²

Agindo da mesma forma que seus rivais vermelhos, os integralistas tiveram fim semelhante, sendo igualmente presos e enviados para presídio e colônias correccionais aonde voltaram a se encontrar.

Nadando na Repressão

“Enfrentar a polícia era não apenas uma prova de coragem mas de determinação e consciência revolucionária, ‘um aprendizado para novas lutas mais sérias e mais profundas que se avizinhavam’”, repetiu o pecebista Leôncio Basbaum, preso algumas

¹²⁰ Reis, *educação e assistência*, op. cit., p. 32.

¹²¹ Verbete. Dicionário Histórico-Biográfico. Compact-disc. CPDOC-FGV, 2004.

¹²² Carta, 14/5/1935. CPDOC GV 1938.05.13.

vezes por sua militância vermelha,¹²³ o discurso que possivelmente circulava no PCB. Mesmo não sendo agradável encarar a polícia e as experiências dolorosas a que muitos foram submetidos, os pecebistas ao longo do tempo procuraram relatar suas histórias com orgulho, dignidade e coragem que eram estimulados a ter.

Depois do levante e da primeira onda de prisões um investigador fez um relatório sobre as atividades comunistas e, a seu ver, elas continuaram merecendo atenção.

Sufocado o surto comunista no seu nascedouro, posta em prática rigorosa repressão aos elementos nele envolvidos, nem assim, entretanto, é lícito afirmar-se que o perigo passou. O partido comunista conta com esses revezes e da própria derrota tira vantagens, pelo treinamento das massas, na luta, e formação de novos quadros de militantes. Somente aliando as medidas de repressão à remoção das causas que facilitam o seu desenvolvimento, é possível sustar o progresso do partido comunista entre nós. Tudo mais é efeito passageiro deixando iminente o progresso e o perigo.¹²⁴

Possivelmente intencionando incitar o aumento da repressão, o investigador terminou por anotar algo que lhe chamava a atenção. De fato, o PCB conseguiu funcionar, mesmo de forma precária, durante a repressão, apesar de ter deixado de existir como força política efetiva no país. Residindo em Salvador, Leôncio Basbaum comentou que a falta de notícias de seus amigos do Rio de Janeiro, depois dos levantes, lhe trouxe a convicção de que o PCB havia acabado. Passado um tempo recebeu a visita de Honório Freitas Guimarães (Martins) que lhe pediu ajuda para reorganizar o partido e lhe informou que “diante da impossibilidade de viver e atuar no Rio ou em São Paulo, desejava transferir provisoriamente o CC para a Bahia onde, também seria editado o jornal do Partido, *A classe operária*”.¹²⁵ Segundo Karepovs, a escolha do nordeste para a migração do CC foi feita numa reunião da direção do PCB, em abril de 36, em que se avaliou que a região era “o elo mais fraco da cadeia inimiga”.¹²⁶ O que não era uma informação muito precisa, pois a repressão desencadeada no nordeste, especialmente em Recife, foi rigorosa. O secretário de segurança pública de Pernambuco, Malvino Reis

¹²³ Basbaum, *uma vida em seis tempos*, op. cit., p. 98.

¹²⁴ “Dossiê 1, relatório sobre as atividades comunistas”. Aperj, fundo polícia política, setor comunismo, pasta 11B. fls. 412.

¹²⁵ Basbaum, *uma vida em seis tempos*, op. cit., p. 163.

¹²⁶ Karepovs, *luta subterrânea*, op. cit., p. 90.

Neto é sempre citado na literatura como sádico e impiedoso, pelas execuções sumárias que realizava.¹²⁷

Salvo breves períodos, desde sua fundação funcionando na clandestinidade, os pecebistas desenvolveram métodos próprios para se protegerem do cerco policial. Assim como a polícia tinha suas táticas para monitorar os comunistas estes criaram estratégias para escapar a essa vigilância que podia gerar em prisão e maus tratos. Mas os estratagemas nem sempre eram eficientes. Eduardo Xavier, codinome Abóbora, relembrou que saiu do Rio de Janeiro para Recife, em 1936, decidiu por alugar um quarto ao lado do prédio da polícia por entender que esta não desconfiaria de seu ato ousado, mas foi surpreendido pelo olhar atento de um delator. Rapidamente, Abóbora precisou contornar a situação, decidindo por despachar seus companheiros para a Bahia, seguindo viagem posteriormente.¹²⁸ Ante a repressão em voga, Honório de Freitas Guimarães (Martins), secretário de organização do PCB, enviou instruções aos “camaradas” para que estes pudessem driblar a ação policial que se renovava em seus métodos. Entre estas está o cuidado para não esquecer papéis no bolso, diminuir o uso de atas e bilhetes, preocupação em fiscalizar constantemente se não estava sendo seguidos, entre outras. Instruções essas que, assim como diversos outros documentos do partido, terminaram por cair nas mãos da polícia política e foi anexada ao processo do Tribunal de Segurança Nacional, n. 395.¹²⁹

Era uma relação de forças desigual, enquanto os pecebistas canhestamente tentavam sobreviver e restabelecer o contato perdido logo após os levantes, as autoridades mobilizavam diariamente quadros e destinavam uma quantia considerável aos órgãos repressores. Segundo Cancelli, o governo liberava um crédito extra para a casa de detenção e a polícia, não hesitando em conseguir verbas suplementares caso fosse requerida.¹³⁰ Além disso, Rose indica que recompensas eram oferecidas aos informantes por cada comunista entregue, sendo que a empresa inglesa Light Electric Company resolveu por colaborar com o governo oferecendo um prêmio pela captura de Prestes.¹³¹

Era difícil funcionar como um partido e os próprios comunistas dificultavam ainda mais sua situação, pois, no período da rearticulação, não cessaram os informes com

¹²⁷ Ver Hilton, *a rebelião vermelha*, op. cit., p. 99; Rose, *uma das coisas esquecidas*, op. cit., p. 113; Vianna, *revolucionários de 35*, op.cit., p. 230, 231.

¹²⁸ Gomes, *velhos militantes*, op. cit., p. 139.

¹²⁹ “Alerta camaradas! contra a reação e a provocação!”, janeiro de 1936. In Vianna, *pão, terra e liberdade*, op.cit., p. 222

¹³⁰ Cancelli, *o mundo da violência*, op. cit., p. 58.

¹³¹ Rose, *uma das coisas esquecidas*, op. cit., p. 109.

interpretações distorcidas da realidade brasileira, as expulsões, as cobranças e críticas feitas pelos dirigentes do PCB aos militantes do partido. Vianna comenta que no auge da repressão, a direção do PCB expulsou alguns pecebistas e publicou em seu jornal, *A Classe Operária*, o nome, codinome e atividade partidária de cada um deles.¹³²

Depois de fracassadas tentativas de se restabelecer contato com a direção central do PCB, os dirigentes do Secretariado do Nordeste escreveram uma carta pedindo instruções e informando a situação difícil em que se encontravam:

Pelas notícias da imprensa reacionária, os camaradas já devem estar cientes que o secretariado do nordeste ficou praticamente esfacelado, em vista da prisão de dois (Silo e Caetano) e da ausência do terceiro, Wilson, de quem, aliás, não temos notícias. Sabemos através de informes de companheiros chegados do norte, que em Paraíba houve cerca de 50 prisões, ignorando-se se Wilson estará entre esses presos, pois viajava para aquelas bandas.

[...] Embora vencida as dificuldades mais imediatas das primeiras horas, ainda é bem difícil nossa situação orgânica. Ainda estamos muito débeis em matéria de quadros [...] Nossos simpatizantes – cerca de 99% das nossas fontes financeiras – continuam presos. Rogamos, por isso, um esforço da parte dos camaradas no sentido de nos auxiliarem em dinheiro e quadros. Do contrário, será relativamente lento nosso trabalho de reorganização da região.¹³³

A resposta ao pedido do Secretariado foi dada por Miranda que não poupou esforços em demonstrar seu descontentamento relativo ao trabalho de reorganização das células no Nordeste.

Temos remetido para aí muitos materiais. *Classope*, circulares, instruções, cartas etc, mas o mau trabalho de vocês no porto tem feito com que esses materiais vão e voltam sem ninguém retirar. Isso é lamentável. [...] Embora a desorientação de aparelho que se seguiu nós não devemos procurar uma justificativa para essa debilidade.

[...] que fique claro que os informes ainda não nos satisfazem e queremos saber como estão as coisas aí atualmente. Recomendamos a leitura, discussão e opinião do documento do BP “Começou a revolução” que saiu mimeografado na *classope* nº 195.

Vocês pedem quadros e dinheiro. Uma e outra coisa não é possível desde já. Mas no mais tardar nos princípios de fevereiro mandaremos alguns quadros para aí. Não lhes ajudaremos em finanças e percam tal esperança definitivamente por muito tempo. Não podemos e agora queremos ver os que sabem romper as dificuldades que estamos rompendo aqui. Vocês sabem que aqui os acontecimentos foram graves e as prisões mais do que no resto do país, e sabem que a reação existe aqui.

¹³² Vianna, *revolucionários de 35*, op. cit., p. 281.

¹³³ Carta, 31/12/1935. Aperj, fundo polícia política, setor estados, pasta 15a, fls. 26.

Depois vamos vendo como poderemos ajudar mais a vocês, e segundo circulares nossas, NÃO MANDAREMOS MAIS NENHUM MATERIAL sem pagamento para as regiões, e caso não paguem regularmente *Classope* só receberão 20 (vinte) exemplares de cada número, depois de fevereiro.

[...] Não nos conformamos que as debilidades em vocês construírem aí um aparelho para receber nosso material, parte mínima, quando a parte máxima, de confecção e transporte do material é executada por nós. Não podemos reconhecer uma direção regional que não rompa com essa dificuldade.¹³⁴

Um tanto deslocado da realidade e talvez subestimando a repressão que se abateu sobre o nordeste, Miranda cobrou a privação e sacrifício que era imposto à vida de um militante e que segundo Ferreira, eram “conscientemente aceito e legitimados pelo imaginário do grupo” que concordavam em receber as críticas e realizavam autocríticas.¹³⁵ O texto para leitura indicado por Miranda foi o primeiro documento escrito pelo partido avaliando o levante de 1935. O sugestivo título de “começou a revolução” indica a idéia defendida no conteúdo do texto de que a revolução estava em curso ou nas palavras do BP: “O movimento nacional libertador no Brasil entrou no caminho de luta aberta”. Para o partido “o insucesso imediato dos levantes revolucionários” não significou o “fim da luta revolucionária”. Pelo contrário, isto deveria indicar aos pecebista “a continuação de uma preparação ainda mais decidida para a luta revolucionária, a liquidação de todas as fraquezas e insuficiências, a ampliação da frente popular”.¹³⁶

Logo após o levante de 35, os documentos do PCB tanto criticavam a ação de seus militantes como mostravam um misto de otimismo e ilusão, pois procuravam exaltar o heroísmo dos combatentes, ascenso do movimento revolucionário, lutas no interior do nordeste, eclosão de nova ressurreição e apoio popular num momento em que a repressão era avassaladora. José Morales (Brito), num relatório escrito um mês após os levantes, avaliou que não havia

descenso do movimento revolucionário, salvo, é claro certo efeito momentâneo, produzido pelas inúmeras prisões de libertadores e dirigentes sindicais e pelas medidas excepcionais de repressão tomadas pelo governo. Este deve estar até desorientado pelo pouco efeito que tais medidas estão

¹³⁴ “Carta de Miranda ao Secretariado do Nordeste e ao CR de Recife”, 10/1/1936. In Vianna, *pão, terra e liberdade*, op. cit., p. 209, 210.

¹³⁵ Ferreira, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas do Brasil, 1930-1956*. Rio de Janeiro, Mauad, 2002, p. 112.

¹³⁶ “Começou a revolução”. In Vianna, *pão, terra e liberdade*, op.cit., p. 171.

produzindo entre as massas. Segundo nos consta, há luta no interior do nordeste e a própria massa diz que está insurreição foi só o começo da grande luta pela libertação do Brasil.¹³⁷

A respeito dessas análises feitas pelo partido, Levine comenta que os dirigentes do PCB terminaram por levantar uma “cortina de fumaça em que havia, simultaneamente, autocrítica e autopromoção”.¹³⁸ Talvez intuindo a censura que receberia do PCB, Gusmão adiantou-se e escreveu um bilhete como um “desencargo de consciência” por não ter executado as ordens recebidas pela direção do partido.

Sentindo o peso da responsabilidade que me toca nos acontecimentos que se tem desenrolado nesses últimos tempos, principalmente nas últimas lutas armadas, cabe-me dizer ao secretariado que infelizmente fracassei politicamente, não fui capaz de dirigir minhas tarefas como dirigente.

Gusmão ficou responsável por desencadear a greve dos marítimos, no Rio de Janeiro, durante o levante, “mas isso não aconteceu”, o que para ele representou “a maior derrota”. De fato, isso parece ter influído no seu ânimo, pois linhas abaixo ele confessou que sentia-se “liquidado”, e por fim externou seu desejo de sair do cargo que lhe fora confiado: “não quero e não posso mais ser dirigente, não sou capaz de cumprir as tarefas de um dirigente. Me deixem na base do partido fazendo trabalho de massa.”¹³⁹

Aos poucos o partido conseguiu restabelecer a comunicação com os comitês regionais nos diversos estados do país. Depois da prisão de Prestes e da documentação que ele guardava, e da queda de vários membros importantes, o BP do PCB sai do Rio de Janeiro e em agosto de 1936 se instalou em Salvador, passando defender uma atitude pela articulação de frentes únicas e contra o sectarismo. Sua luta seria pelo retorno constitucional do país, pelas amplas liberdades democráticas e não mais pela insurreição. Em vista do VII congresso do IC que enfatizou a frente popular e aliança com outros setores, o partido, buscando enquadrar-se nas novas orientações, muda novamente de posição política.¹⁴⁰

Em fins de 1936 novas atas da Aliança Nacional Libertadora voltam a aparecer. Apesar de não estarem assinadas, os termos utilizados e a linha política seguida nas atas e circulares são próximos da nova postura do PCB. Na circular n 2 colocou-se que “no

¹³⁷ “Relatório de Brito (José Lagos Morales). In Vianna, *pão, terra e liberdade*, op. cit., p. 2001.

¹³⁸ Levine, *o regime Vargas*, op. cit., p. 203.

¹³⁹ “Carta de José Medina Filho (Gusmão)”, janeiro de 1936. In Vianna, *Pão, terra e liberdade*, op.cit., p. 207.

¹⁴⁰ Karepovs, *luta subterrânea*, op. cit., pp. 106, 107.

recrutamento de membros para ANL”, era preciso que se pusesse de lado “os preconceitos de partido, ideologia e classe daquele que recruta em relação aquele que é recrutado” e avisou que “sectarizar o recrutamento é sabotar o programa, dificultando sua vitória”.¹⁴¹ Em outra circular enviada ao diretório Estadual da Bahia, o diretório nacional da ANL orientou o abandono do sectarismo, indicando que tal trabalho sempre conduziria ao “isolamento da vanguarda”, a “golpes secos” e a “push”. Segundo o documento era preciso concentrar força contra a prorrogação do estado de guerra, pelo fechamento do integralismo e contra a prorrogação do mandato ou reeleição de Getúlio. É interessante notar que o diretório da ANL percebeu que Getúlio estava se articulando para permanecer no Catete. Em um outro trecho está posto que Vargas reforçava seus métodos de ação ao prorrogar o estado de guerra e não fechar o integralismo. “Mas o que pretende é mesmo instaurar uma ditadura policial integralista”, assinalou o diretório da ANL e continuou “É bem verdade que será difícil a Getúlio levar a prática esse atentado, mas é certo que em desespero de causa, vendo que lhe falta todo o apoio da opinião nacional, ele se aventure a tal”.¹⁴²

De fato, Vargas se “aventurou”. Com a fraude do Plano Cohen, ele conseguiu dar prosseguimento ao regime de exceção que se convencionou chamar de Estado Novo. Ante o fim do estado de guerra, em 16 de junho de 1937, o chefe de polícia escreveu a Vargas fazendo “os prognósticos mais sombrios sobre o futuro” do país. Defendendo a continuidade do cerceamento das liberdades, Muller afirmou que não havia como manter a ordem, pois

os elementos de que dispõe a autoridade, falhos, quase ridículos; com os empecilhos e tropeços que surgem a cada instante pelos defeitos inerentes a organização nacional e, sobretudo, ouvindo ao grande sentimentalismo de nossa raça, seria inconsciente se assumisse perante vossa excelência a responsabilidade integral de manter a ordem e a segurança pública nesta capital no momento delicado que o país atravessa abalado como está por agitações políticas e de outra natureza.¹⁴³

O cenário político no ano de 1937 voltava a ficar agitado com as eleições para o sucessor de Vargas na presidência da república, mas este nutria pretensões continuístas e

¹⁴¹ “A todos os núcleos e a todos os aliancistas”, Circular n 02. Aperj, fundo polícia política, setor comunismo, pasta 20, fls. 134.

¹⁴² “Prezados companheiros do D.E da Bahia”, 11/12/1936. Aperj. Fundo polícia política, setor comunismo, pasta 20, fls.178, 179, 180.

¹⁴³ Carta 18/6/1937. CPDOC, GV c 1937.06.18

nos bastidores tecia-se uma forma de provocar o cancelamento do pleito. O pretexto foi confeccionado e apresentado ao país em setembro de 1937. Com o nome de Plano Cohen, o documento foi atribuído a Internacional Comunista e continha um projeto para a tomada do poder pelos comunistas. O Plano previa incêndio de prédios públicos, mobilização dos trabalhadores para a realização de uma greve geral, incitação de manifestações populares para saques e depredações, como também a eliminação de autoridades civis e militares. Vargas aproveitou-se da inquietação e insegurança que a divulgação do Plano Cohen provocou na sociedade e solicitou uma vez mais a decretação do estado de guerra. Conseguindo isso, o próximo passo foi a implantação do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937.¹⁴⁴

A partir da proscrição da ANL e principalmente depois dos levantes, o governo Vargas parecia estar almejando ajustar a rota que foi iniciada com a revolução de 30, mas “desviada” pela abertura política vinda no bojo da reconstitucionalização do país, mesmo que durante esse breve período de abertura existisse, na expressão de Pinheiro, um “regime de exceção paralelo” à legalidade em que a população estava submetida a diversas formas de violência.¹⁴⁵ Com a decretação do Estado Novo, novamente o governo voltava a suprimir os direitos e as liberdades constitucionais.

O Estado Novo estendeu-se até 1942. Em 1945 uma troca de correspondência entre Monteiro Lobato,¹⁴⁶ que foi preso durante o estado novo, acusado de atos subversivos e, Anísio Teixeira,¹⁴⁷ que ficou escondido no interior da Bahia buscando

¹⁴⁴ Verbete. Dicionário Histórico-Biográfico. Compact-disc. FGV, 2004.

¹⁴⁵ Pinheiro, *estratégias da ilusão*, op. cit., p. 328.

¹⁴⁶ Monteiro Bento Lobato nasceu em Taubaté (SP), em 1882. Advogado, jornalista e escritor, diplomou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1904. Adido cultural do Brasil em Nova York durante o governo de Washington Luís (1926-1930), retornou ao Brasil somente em 1931, depois da vitória do movimento revolucionário de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder. Fixando-se novamente em São Paulo, iniciou apaixonada campanha em defesa da siderurgia e do petróleo nacional, procurando sensibilizar governo e empresários para a importância do assunto. Fundou, então, o Sindicato Nacional de Indústria e Comércio e a Companhia Petróleos do Brasil, voltados, respectivamente, à exploração do ferro e do petróleo. Iniciou também nessa época suas denúncias contra os contratos mantidos pelo governo com a Itabira Iron Ore Company. Ao mesmo tempo, acusava o governo de forjar laudos que afirmavam a não existência de petróleo no Brasil, no intuito de beneficiar as grandes empresas estrangeiras interessadas em manter inexploradas as reservas petrolíferas brasileiras. Em 1934, criticou o Código de Minas elaborado pelo governo e, dois anos depois, publicou *O escândalo do petróleo*. Com a implantação da ditadura do Estado Novo em 1937, e a conseqüente censura à imprensa, passou a se dedicar prioritariamente à literatura infantil. Apesar disso, em 1940 escreveu a Vargas acusando o Conselho Nacional do Petróleo (CNP) de perseguir as empresas nacionais. Por conta disso, foi preso em março 1941, sendo libertado somente no mês de julho.

¹⁴⁷ Anísio Espínola Teixeira nasceu em Caitité (BA), em 1900. Formou-se em ciências jurídicas e sociais no Rio de Janeiro em 1922. Entre 1924 e 1928, foi diretor-geral de instrução do governo da Bahia e promoveu a reforma do ensino no estado. Íntimo colaborador do prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto Batista (1931-1936), foi seu secretário de Educação e Cultura, promoveu mudanças na estrutura educacional da cidade e estimulou a criação de novos estabelecimentos de ensino. Em meados da década

escapar da dolorosa experiência vivida por seu amigo Lobato, pode-se perceber as marcas deixadas pelo cerceamento das liberdades no período anterior. Anísio pensou em visitar Lobato, em São Paulo, mas seus afazeres lhe impediam de sair da Bahia. Porém, diante do novo cenário, ele repensou:

E logo agora que o Getúlio colocou o ‘faz-de-conta’ a funcionar e nos deu essa ‘liberdade’ tão ‘país-das-maravilhas’. A gente sabe que isso vai desaparecer de uma hora para outra, que basta, como faria a Emília, fechar os olhos com força, mas que delícia seria conversar um pouco entre essas fadas: liberdade de pensamento, liberdade de crítica, democracia, independência individual...

A sua carta, Lobato, ficará aqui a me espetar as saudades. *Racionalmente* não posso sair agora da Bahia, mas quem disse que somos racionais? E com todos esses pós de pirlimpimpins getulianos, não é mesmo que se tem direito a algumas maluquices?.¹⁴⁸

Pairava uma certa inquietude logo após o término do Estado Novo, havia uma insegurança quanto a permanência da democracia, mas em 1945 um novo cenário se configurou: os presos políticos tinham conseguido anistia, novos partidos apareceram e o PCB conquistou sua legalidade. Prestes, recém saído da prisão, em maio de 1945, voltou a reunir e eletrizar a população num comício no Estádio Vasco da Gama, no Rio de Janeiro.¹⁴⁹ Seu pronunciamento fez coro a política adotada pelo PCB dois anos antes que selava uma aliança com Vargas e, posteriormente, prestou seu apoio ao queremismo, o que lhe valeu em troca tolerância social.

No entanto, o PCB ao adotar essa nova atitude precisou se desdobrar entre o partido que pregava a “ordem” e a “tranqüilidade” ao lado de Vargas e simultaneamente coordenava as greves.¹⁵⁰ Pouco afeito as alianças políticas no período anterior, o PCB mostrava em 45 uma nova postura, algo que começou a se insinuar desde 1936 quando o partido, impulsionado por novas diretrizes da IC como também em vista da fracassada experiência da insurreição, apresentou-se menos sectário, tanto mais aberto para as

de 1930, Pedro Ernesto e diversos de seus colaboradores, entre os quais Anísio, aproximaram-se da ANL, ainda que sem aderir a ela formalmente. Com certa frequência Anísio escrevia artigos no *A Manhã*, jornal oficioso da ANL. Apesar de contrário às ações políticas violentas, acabou sendo acusado de envolvimento no levante comunista promovido por essa organização em novembro de 1935. Dias depois, Pedro Ernesto foi obrigado de afastá-lo de seu governo.

¹⁴⁸ Carta, Anísio para Lobato, Bahia, 6/6/1945. In Lemos, *bem traçadas linhas*, op. cit., p. 333.

¹⁴⁹ Costa, Hélio. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. Scritta, 1995, p. 3

¹⁵⁰ Costa, *em busca da memória*, op. cit., p. 6. vt: Negro, “um PCB é pouco, dois é bom, três é demais”, op. cit., p. 259

alianças e disposto em pôr de lado sua auto-suficiência. Aos poucos as mudanças foram se delineando no estreito espaço permitido pelo regime de exceção e, em 1945, novos ventos com novas possibilidades começaram a soprar.

Considerações Finais

Ao longo da década de 30, diversos projetos apareceram como alternativa ao governo Vargas. Dois deles, um abraçado pela AIB e outro pela ANL, entraram frontalmente em choque, entre si e depois com o governo Vargas. Ambas as forças constituíram a primeira polarização política de massas de nossa história, num momento em que o Brasil, deixava para trás o jogo fechado e elitista do liberalismo. Apesar disso, Vargas caminharia, depois do Levante de 35, para um regime político excepcional – o Estado Novo – no qual governaria diretamente sem partidos, mas com apoio na polícia e no Exército.

A ANL foi expressão singular, apesar de efêmera, de um fenômeno histórico geral: as muitas tentativas, no Brasil e no mundo dos anos 30, de se costurar uma frente política antifascista e democrática. Por ter congregado diferentes classes sociais se tornou também uma frente interclassista, selando uma aliança frágil, que dado seu curto período de existência, não pôde dizer a que viera, e se iria fortalecer os laços estabelecidos e criar uma identidade própria que mantivesse seus componentes coesos. No início do movimento aliancista, os discursos e promessas de luta por demanda política e ampliação de direitos terminaram por atrair diferentes grupos sociais. Porém, seu esforço em ser permeável a mulheres, trabalhadores, estudantes e negros terminou não significando apoio incondicional destes grupos, embora de fato se animassem com os atos promovidos pela entidade.

Citadas no segundo capítulo, tanto determinadas fontes quanto uma certa historiografia apontam para a emergência da ANL, no meio sindical, como mais um competidor ao varguismo. Com apoio dos sindicalistas revolucionários da I República, a ANL ameaçou a exclusividade do apoio operário a Getúlio, insinuando que as leis do trabalho até podiam ser o resultado de uma outorga, mas que o sistema sindical ainda permitia uma gama de ações independente ante o governo. Não fossem as tentativas dos comunistas e militares em provocar uma onda revolucionária, Vargas teria de manter-se inquieto com a ANL nos sindicatos.

Apesar do PCB e dos tenentes aceitarem fazer aliança com outros setores da sociedade, eles mostraram-se pouco dispostos a abrir mão da luta armada e golpista,

tentando com o método insurrecional chegar ao poder e fazer as reformas pelo alto, talvez por considerar que o trabalho de ampliação democrática pela base fosse muito demorado. Suas decepções – ou “falta de ilusões” – com o andamento da Revolução de 30 à Constituição de 1934 certamente contribuiu para isso.

Se a idéia de golpe permeava as cabeças dos integralistas, do PCB e governo naquele período e se os militares pareciam estar tentando decidir os destinos do país desde os anos 20, haja vista os levantes de 1922 e 1924 e a revolução de 30 que alçou ao governo vários militares, então o atropelo da parte golpista e militar sobre a ala civil dentro da ANL encontra seu lugar no movimento armado de 1935.

A ANL terminou não conseguindo se transformar numa alternativa de governo nem de poder ao governo Vargas, apesar de ser um anseio de seus dirigentes, configurando-se numa frente de agitação política com grande poder de mobilização. O chamado às armas feito no manifesto de junho de 1935 escrito por Prestes, e o levante armado deflagrado em novembro foram utilizados pelo governo para justificar a escalada repressiva que se abateu indiscriminadamente contra os setores de oposição mais a esquerda, vinculados ou não à insurreição. Assim o estado revelava, pela continuidade dos métodos, ser a violência repressiva uma prática política, um mecanismo de defesa, usado sempre que os governados ousavam extrapolar os estreitos limites a eles impostos. Na supressão da rebeldia política das revoltas, era costumeira outra caça às bruxas, aquela que varria as ruas de seus elementos viciosos, perigosos – estes também considerados sediciosos.

Após 1935, uma vez mais a sociedade brasileira teve que esperar que a placa da democracia fosse reinaugurada. Enquanto isso, no teatro João Caetano, caía a cortina do Estado Novo.

Bibliografia

ABREU, Alzira (org). *Juracy Magalhães, minhas memórias provisórias*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo, Cortez, 2001.

ALMEIDA, Maria. *Feminismo na Bahia, 1930-1950. Dissertação de mestrado*. Salvador, Universidade Federal da Bahia.

ARAÚJO, Ângela. *A Construção do consentimento: corporativismo e trabalho nos anos trinta*. São Paulo, Scritta, 1998.

_____, Ângela. “Estado e trabalhadores” In *Do corporativismo ao neoliberalismo*. São Paulo, Editempo, 2002.

BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

BATTIBUGLI, Thaís. *A solidariedade antifascista: Brasileiros na guerra civil*. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília, UNB, 1994.

CARVALHO, Apolônio. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro. Rocco, 1998

CASTRO, Ricardo. “A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil” In *Topoi*, nº 5, 2002

_____, Ricardo. *Contra Guerra ou contra o fascismo: as esquerdas brasileiras e o antifascismo, 1933-1935*. Tese de Doutorado apresentada a Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

DOMINGUES, Petrônio. “Constantemente derrubo lágrimas”: o drama de uma liderança negra no cárcere do governo Vargas. Manuscrito.

FALCÃO, João. *Giocondo Dias, a vida de um revolucionário*. Rio de Janeiro, Agir, 1993.

FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa”. In Ferreira, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2001.

_____, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas do Brasil, 1930-1956*. Rio de Janeiro, Mauad, 2002.

FRENCH, John *O abc dos operários: conflito e aliança de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo, Hucitec, 1995

FONTES, José Raimundo. *A Bahia de todos os trabalhadores: classe operária, sindicato e política, 1930-1947*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1997.

FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Caxias do Sul, EDUCS, Rio de Janeiro, Garamound, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. “Confronto e compromisso no processo de constitucionalização”. In Fausto, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol 3. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1991.

_____, Ângela de Castro. “Reflexões em torno de populismo e trabalhismo” In *Varia*, nº 28, 2002.

_____, Ângela de Castro (org.). *Regionalismo e centralização política: partido e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

_____, Ângela (org.). *Velhos militantes: depoimentos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1988.

GOMES, Flávio. *Negros e política, 1888-1937*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2005.

GUEIROS, José Alberto. *O último tenente*. Rio de Janeiro, Record, 1996.

HALL, Michael & PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle”. In: Prado, A.(org.). *Libertários & militantes*. Campinas, Coleção Remate de Males, n 5, 1985

_____, Michael. “Corporativismo e fascismo: as origens das leis brasileiras” In Araújo, Ângela. (org.) *Do Corporativismo ao neoliberalismo: estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo, Editempo, 2002.

HILTON, Stanley. *A rebelião vermelha*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1986.

HOBBSBAUM, Eric. *Estratégias para uma esquerda racional: escritos políticos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

LEMOS, Renato. *Bem traçadas linhas*. Rio de Janeiro, Bom Texto, 2004.

LEVINE, *O regime de Vargas: os anos críticos (1934-1938)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, p. 132.

_____, Robert. *Pai dos pobres?: o Brasil na era Vargas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001

LIMA, Heitor. *Caminhos percorridos: Memórias de militância*. Editora Brasiliense, 1982.

KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo, Editora Unesp, 2003.

MAZZO, Armando. *Memórias de um militante político e sindical no ABC*. São Bernardo do Campo, Secretária de Educação, Cultura e Esportes, 1991.

NEGRO, Antonio Luigi & GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. In *Tempo Social*, Vol 18, nº 1. São Paulo, 2006, pp. 217-240.

_____, Antonio. “Ignorantes, sujos e grosseiros: uma reinvenção da história do trabalhismo”. *Trajetos*, 4(2), 2003.

_____, Antonio. O Jeca, o Zé, a doutorice. Comunicação apresentada no *Colóquio Conflitos Sociais, Interétnicos, Interregionais e Formação de Identidades*. Bahia, 2004.

_____, Antonio. “Paternalismo, populismo e história social”. In *Cadernos AEL*, Campinas, Vol 19, 2005.

_____, Antonio & FONTES, Paulo. “Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia”. In Aquino, Maria Aparecida (org.). *No coração das trevas: o Deops visto por dentro*. São Paulo, Imprensa Oficial, 2001.

_____, Antonio. “Um PCB é pouco, dois é bom, três é demais: A participação operária na política do pós-guerra” In *História*, Assis (SP). V 2, 2002.

_____, Antonio. “Zé Brasil foi ser peão: sobre a dignidade do trabalhador não qualificado na fábrica automobilística” In BATALHA, Cláudio; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando (orgs.). *Culturas de classe*. Campinas, Editora da Unicamp, 2004.

OLIVEIRA FILHO, Moacyr. *Praxedes um operário no poder: a insurreição comunista de 1935 vista por dentro*. São Paulo, Editora Alfa-omega, 1985.

PANDOLFI, Dulce Chaves. “A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político”. In Gomes, Ângela. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

PAOLI, Maria Célia. “Movimentos sociais, movimentos republicanos?”. In TEIXEIRA, Fernando; CAMIOLOTTI, Virginia; NAXARA, Márcia (orgs.). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba, Editora Unimep, 2003.

TOLEDO, Edilene. *Anarquistas e sindicalismo revolucionário: Trabalhadores e militantes em São Paulo na primeira república*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

PIMENTA, Everton. “Apontamentos para o estudo da participação feminina no integralismo”. *I Seminário de história: caminhos da historiografia contemporânea*. Universidade Federal de Ouro Preto, 2004.

- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: A revolução mundial e o Brasil 1922-1935*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Luis Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*, Rio de Janeiro, Vozes, 1997.
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Vol I. São Paulo, Record, 1979.
- REIS, Laís. *Educação e Assistência Social: as estratégias de inserção da Ação Integralista Brasileira nas camadas populares da Bahia em O Imparcial (1933-1937)*. Dissertação de mestrado apresentada a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Ufba. Salvador, 2005.
- ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e o controle social do Brasil (1930-1954)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- SAES, Décio. “Classe média e política no Brasil” In FASTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira*. Vol 3, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e representação: o legislativo da Bahia na segunda república, 1930-1937*. Salvador, Assembléia Legislativa, 1992.
- SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões*. Campinas, Editora da Unicamp, 2003.
- SILVA, Hélio. *1935 – A revolta vermelha*. Rio de Janeiro, 1969.
- SILVA, Paulo. *Âncoras da tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico da Bahia, 1930-1949*. Salvador. Edufba, 2000.
- TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas Lutas: da planície à borda do antiplanalto*. Vol I. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora. 1973.
- _____, Juarez. *Uma vida e muitas lutas: a caminhada no antiplanalto*. Vol II. Rio de Janeiro, Livraria José Olimpo Editora, 1974.
- THEODORO, Francisco. *Os 16 deportados cearenses*. Rio de Janeiro, Aperj, 2000.
- VARGAS, Getúlio: *Diário*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- VIANNA, Marly. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- WAACK, Wiliam. *Camaradas nos arquivos de Moscou: A história secreta da revolução brasileira de 1935*. Rio de Janeiro, Editora da Biblioteca do Exército, 1999.

Arquivos e Fontes

Bahia

Arquivo Público do Estado da Bahia

- Secretaria do Governo
- Seção Legislativa

Biblioteca Pública da Bahia - BPEB

Setor de Jornais Raros

- *Diário da Bahia* (1933 a 1937)
- *O Imparcial* (1933 a 1937)
- *Diário de Notícias* (1933 a 1937)
- *Estado da Bahia* (1933 a 1937)
- *Diário da tarde de Ilhéus* (1933 a 1937)
- *A Tarde* (1933 a 1937)

Brasília

Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados (CEDI)

- Seção Legislativa, 17 caixas.

Recife

Arquivo Público Estadual João Emereciano (APEJE)

Secretaria de Segurança Pública

- Pasta DOPS 3913, Maço 1717.

Jornal

- *Folha do Povo* (1935)

Rio de Janeiro

Arquivo Nacional

- Série governo estadual/ Ba

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

- Fundo Polícia Política/Setor comunismo.
- Fundo DPS
- Fundo DESPS

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea – CPDOC

- Arquivo Pessoal de Juracy Magalhães
- Arquivo Pessoal de Getúlio Vargas
- Arquivo Pessoal de Osvaldo Aranha